

**Rafael dos Santos**

**As Microcervejarias Catarinenses:  
da gênese à dinâmica atual**

Dissertação de mestrado submetida  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal  
de Santa Catarina para a obtenção do  
grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aloysio  
Marthins de Araújo Júnior.

Florianópolis,  
2013.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Rafael dos

As microcervejarias catarinenses : da gênese à dinâmica  
atual / Rafael dos Santos ; orientador, Aloysio Marthins  
de Araújo Júnior - Florianópolis, SC, 2013.  
198 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação  
em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Geografia Econômica. 3. Indústria  
Cervejeira. 4. Microcervejarias Catarinenses. I. Araújo  
Júnior, Aloysio Marthins de. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.  
Título.



Dedico este trabalho à minha família –  
Jaime, Soili, Caren e Larissa – pela  
confiança e apoio dados ao longo  
desta importante etapa da minha vida.  
Muito obrigado por tudo!

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer às pessoas e às instituições neste espaço, que mais me ajudaram e acompanharam ao longo deste árduo, mas exitoso trabalho.

Primeiramente, agradeço à minha família (Jaime, Soili, Caren e Larissa), que sempre esteve ao meu lado nas horas boas e ruins e me apoiando incansavelmente na busca dos meus ideais. Obrigado pai e mãe por tudo, o que vocês me proporcionaram na vida! Serei eternamente grato!

Agradeço também a todos os colegas e amigos, que estiveram presentes nesta etapa da minha vida e espero contar com suas amizades, conselhos, trocas de ideias e parcerias pelo resto da minha vida!

Agradeço em especial às colegas Nair Fernanda Mochiutti e Roberta Alencar, que estiveram sempre por perto para ajudar, trocar ideias e também tomar uma cervejinha, quando necessário, não é? Também aos colegas Paulo Henrique Schlickmann, Sidnei Niederle, Agostinho Schneiders, Pedro Eduardo Toledo, Orlando Ferretti, Maycon Bastos, Joel Souza, Humberto Stotz, Raphaela Desidério, Giselli Ventura, Silvio Márcio Montenegro Machado, Altair de Oliveira, Diogo Quintilhano, Keity Kristiny Viera Isoppo, Rodrigo Giraldi, Helton Rosa, entre outros tantos.

Quero agradecer especialmente ao amigo Alberto Miguel Schauben por me acolher neste tempo e estar junto nas horas sérias e também nas divertidas.

Agradeço também aos professores Carlos José Espíndola, José Messias Bastos, Marcos Aurélio da Silva, Ruth Emília Nogueira, Clécio Azevedo da Silva e Márcio Rogério Silveira.

Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Aloysio Marthins Araújo Júnior pelo apoio, compreensão, paciência e sabedoria para me guiar no desenvolvimento deste estudo. Ainda mais, por aceitar um desafio novo para ambos e conseguir alcançar com êxito os objetivos propostos.

Por fim, agradeço aos demais amigos, colegas e instituições, que de alguma forma ou outra tiveram participação neste processo, especialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Era um homem sábio aquele que inventou a  
cerveja. PLATÃO (s. d.).

## Resumo

O tema do presente estudo tratou do processo de formação e desenvolvimento das microcervejarias do Vale do Itajaí e do Nordeste de Santa Catarina, vistas como resultado do processo histórico de constituição da pequena propriedade mercantil, destacando as suas principais implicações ao desenvolvimento econômico regional catarinense desde a sua gênese até a atualidade. Como problemática do estudo, viu-se que a formação socioespacial deveria ser levada em conta na análise do desenvolvimento econômico de um país e/ou região, mais especificamente em situações como a de Santa Catarina, onde se acredita que a pequena propriedade mercantil foi condição *sine qua non* para a industrialização, assim como para a indústria cervejeira catarinense. Assim sendo, a análise deste fenômeno a partir desta ótica mostrou-se de extrema importância e atual para a Geografia e áreas afins e justifica tal estudo, visto que as microcervejarias catarinenses despontam nacionalmente e representam atualmente um importante setor produtivo de Santa Catarina. Diante disto, o objetivo geral do estudo foi compreender o surgimento, o estabelecimento e desenvolvimento das microcervejarias em Santa Catarina. Já os objetivos específicos foram identificar e analisar o papel do Estado na criação, crescimento e consolidação do setor cervejeiro catarinense; identificar e interpretar os processos de surgimento e evolução da cadeia produtiva (origem do capital, conhecimento técnico, grau de desenvolvimento tecnológico, empresas fornecedoras de insumos e equipamentos, mercados etc.) do setor cervejeiro catarinense e, por fim, avaliar os diferentes impactos das microcervejarias catarinenses à(s) região(ões) e ao estado como um todo no momento atual. Por meio dos métodos analíticos do materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, da formação socioespacial de Vladimir Lênin e Milton Santos e da pequena propriedade mercantil de Armen Mamigonian, pretendeu-se discutir e analisar os fatores determinantes para tal processo, esperando atingir os objetivos propostos desta pesquisa, obter respostas ao fenômeno em questão e contribuir com um importante estudo à área da Geografia Econômica e afins.

**Palavras-chave:** Microcervejarias. Pequena Propriedade Mercantil. Santa Catarina.

## **Zusammenfassung**

Das Thema der vorliegenden Studie ist der Entstehungs- und Entwicklungsprozess der Mikrobrauereien der Regionen Itajaí-Tal und Nordosten des brasilianischen Bundesstaates Santa Catarina, welche als Fazit seines historischen Entstehungsprozesses des kleinen Handelseigentums gesehen wird, wann ihre wichtigsten Beiträge zur wirtschaftlichen Entwicklung der Region seit der Entstehung bis zur Gegenwart diskutiert werden. Die Problematik dieser Studie, dass die soziale und räumliche Formation verwendet werden sollte, um die industrielle Entwicklung eines Landes oder einer Region zu analysieren, noch spezifischer bei Fällen wie Santa Catarina, wo an der Hypothese geglaubt wird, dass der kleine Handelseigentum eine essenzielle Bedingung für die Industrialisierung und bzw. für den Brausektor Santa Catarinas sei. Daher ist die Analyse dieses Phänomens ab diesem Blickpunkt sehr wichtig und aktuell für die Geographie und entsprechende Bereiche, da die Mikrobrauereien von Santa Catarina in ganz Brasilien zum Vorschein kommen und heutzutage ein wichtiger Sektor Santa Catarinas ist. Daraus folgt das Hauptziel dieser Arbeit: die Erscheinung, die Einrichtung und Entwicklung der Mikrobrauereien in Santa Catarina zu verstehen. Die spezifischen Ziele sind: die Rolle des Staates in der Entstehung, Wachstum und Konsolidierung der Brauindustrie in Santa Catarina zu identifizieren und analysieren; die Entstehung und Evolution der produktiven Brausektorkette (technologisches Entwicklungsniveau, Produzenten und Lieferanten von Rohstoffen und Maschinen für den Brausektor, Märkte etc.) in Brasilien und Santa Catarina zu identifizieren und analysieren; und zu Ende die verschiedenen Ergebnisse und Wirkungen der Mikrobrauereien auf den entsprechenden Regionen sowie auf ganz Santa Catarina heutzutage zu identifizieren. Mithilfe der analytischen Methoden des historischen und dialektischen Materialismus von Karl Marx und Friedrich Engels, der sozialen und räumlichen Formation von Wladimir Lenin und Milton Santos und des kleinen Handelseigentum von Armen Mamigonian hat es vor, die wichtigsten Faktoren für diesen Prozess zu diskutieren, die vorliegenden Ziele dieser Arbeit zu erreichen, die Antworten dafür zu erhalten und zu einer wichtigen Studie im Bereich der Wirtschaftsgeographie beizutragen.

**Schlüsselwörter:** Mikrobrauereien. Kleines Handelseigentum. Santa Catarina.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Monumento Blau .....	35
Figura 2 - Código de Hamurabi .....	36
Figura 3 – Bebedores babilônios de cerveja há 4.400 anos .....	37
Figura 4 - Produção de cerveja no Egito Antigo .....	38
Figura 5 – Monge Cervejeiro durante a Idade Média na Europa .....	42
Figura 6 – Monastério e Cervejaria Weihenstephan – Alemanha .....	43
Figura 7 – A <i>Reinheistgebot</i> – Lei de Pureza Alemã de 1516 .....	44
Figura 8 – Cartaz de Incentivo ao Consumo da Cerveja em Ajuda à Agricultura na Alemanha .....	46
Figura 9 – Cervejaria Schmalz em Joinville – SC .....	78
Figura 10 – Cervejaria Otto Jennrich .....	82
Figura 11 – Cervejaria Canoinhense .....	90
Figura 12 – Rota da Cerveja em Santa Catarina .....	97
Figura 13 – Mapa da Origem do Povoamento de Santa Catarina .....	135
Figura 14 – Regiões de Santa Catarina .....	135
Figura 15 – A Eisenbahn e suas Cervejas .....	145
Figura 16 – Aspectos da Automação Alemã na Fábrica da Eisenbahn .....	146
Figura 17 – As Cervejas da Bierland .....	149
Figura 18 – Aspectos do Interior da Fábrica da Bierland .....	151
Figura 19 – As Cervejas da Opa Bier .....	153
Figura 20 – Aspecto Interno da Fábrica da Opa Bier .....	154
Figura 21 – Logo da Cervejaria Heimat .....	156
Figura 22 – Aspecto Interno da Fábrica da Heimat .....	157
Figura 23 – Aspectos do Entorno da Cervejaria Das Bier .....	159
Figura 24 – Aspecto Interno da Fábrica da Das Bier .....	161
Figura 25 – Logo da Cervejaria Othomania Catarina .....	163

Figura 26 – Aspecto Interno da Fábrica da Othomania Catarina .....	165
Figura 27 – As Cervejas da Schornstein .....	167
Figura 28 – A Cervejaria Schornstein em Pomerode .....	169
Figura 29 – Logo da Cervejaria Königs Bier .....	171
Figura 30 – Aspecto Interno da Fábrica da Königs Bier .....	172

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Os Maiores Conglomerados Cervejeiros do Mundo - 2010 .....	50
Tabela 2 – Os Vinte Maiores Consumidores de Cerveja no Mundo - 2012 .....	52
Tabela 3 – Os Dez Maiores Produtores de Cerveja no Mundo - 2011 .....	53

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – As Primeiras Cervejarias Brasileiras .....	57
Quadro 2 - Os Ciclos Longos do Sistema Capitalista Mundial e o Setor Cervejeiro Brasileiro .....	66
Quadro 3 – Os Quatro Principais Grupos Cervejeiros do Brasil .....	73
Quadro 4 – As Microcervejarias em Santa Catarina .....	140

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Evolução do Consumo Nacional de Cerveja (1985–2005) .....	68
Gráfico 2 – Evolução do Consumo Total de Cerveja no Brasil (1985-2005) .....	69
Gráfico 3 - Fatia do Mercado Brasileiro de Cervejas em 2009 .....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a. C. - antes de Cristo

AMBEV – *American Beverage Company* (Companhia de Bebidas das Américas)

APA - *American Pale Ale*

BADESC - Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina

BESC – Bando do Estado de Santa Catarina Sociedade Anônima

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

° C – *Celsius*

CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

C&T – Ciência e Tecnologia

EFSC - Estrada de Ferro Santa Catarina

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

etc. - *et cetera* (entre outros)

EUA – Estados Unidos da América

FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento de Empresas Catarinenses

FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Ib. - *ibidem* (no mesmo lugar/obra)

IPA – India Pale Ale

LTDA. - limitada

*Op. cit.* - *opus citatum* (obra citada)

p. - página

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PLAMEG - Plano de Metas do Governo

POE - Plano de Obras e Equipamentos

PROCAPE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

s. d. – sem data

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina

SESI - Serviço Social da Indústria

SINDICERV - Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja

s. p. - sem página

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina Sociedade Anônima

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

## Sumário

<b>1 Introdução .....</b>	<b>18</b>
1.1 Tema de Pesquisa .....	18
1.2 Problema de Pesquisa .....	19
1.3 Objetivos de Pesquisa .....	20
1.3.1 Objetivo Geral .....	20
1.3.2 Objetivos Específicos .....	20
1.4 Justificativa de Pesquisa .....	20
1.5 Referencial Teórico-Metodológico .....	21
1.6 Metodologia de Pesquisa .....	31
1.7 Estrutura do Trabalho .....	31
<b>2 O Panorama da Cerveja no Mundo e no Brasil .....</b>	<b>33</b>
2.1 A História da Cerveja e das Cervejarias no Mundo e no Brasil .....	33
2.2 A História da Cerveja e das Cervejarias no Brasil .....	53
<b>3 A História da Cerveja e das Cervejarias em Santa Catarina .....</b>	<b>77</b>
3.2 As Microcervejarias Catarinenses .....	91
<b>4 O Estado e a Indústria Cervejeira em Santa Catarina .....</b>	<b>100</b>
4.1 O Conceito de Estado .....	100
4.2 O Estado e o Desenvolvimento Econômico Catarinense .....	108
4.2.1 A Ocupação do Território e a Formação Capitalista Catarinense .....	109
4.2.2 Os Reflexos do Governo Vargas (1930-1945) em Santa Catarina e suas Implicações Socioeconômicas .....	116
4.2.3 Da Expansão das Atividades Industriais à Atualidade Econômica Catarinense .....	120
4.3 O Estado e o Setor Cervejeiro Catarinense .....	127
<b>5 As Implicações Socioeconômicas e Espaciais das Microcervejarias em Santa Catarina .....</b>	<b>133</b>
5.1 Aspectos Geoeconômicos das Principais Regiões Industriais Catarinenses .....	133
5.2 As Microcervejarias Catarinenses na Atualidade .....	139
5.2.1 Eisenbahn .....	143
5.2.2 Bierland .....	148
5.2.3 Opa Bier .....	152
5.2.4 Heimat .....	155
5.2.5 Das Bier .....	158
5.2.6 Othomania Catarina .....	162
5.2.7 Schornstein .....	166
5.2.8 Königs Bier .....	170
5.3 O Impacto das Microcervejarias nas Regiões do Vale do Itajaí e	



Nordeste Catarinense .....	173
<b>6 Considerações Finais .....</b>	<b>180</b>
<b>7 Referências Bibliográficas .....</b>	<b>184</b>
<b>8 Anexos .....</b>	<b>194</b>

## **1. Introdução**

Apreciada por muitos e produzida desde os remotos tempos da Mesopotâmia há mais de seis mil anos atrás, a cerveja é um produto bastante presente em nossas vidas, porém a atividade econômica dela decorrente é estudada por poucas áreas do conhecimento, geralmente pela Administração e Economia. Por trás dela, existe uma cadeia produtiva gigantesca, que gera riquezas, impulsiona a economia, transforma as relações sociais e modifica a dinâmica regional, onde ela estiver presente. Por isto, o setor produtivo da cerveja torna-se cada vez mais importante nos cenários mundial, nacional, regional e, até mesmo, municipal.

O setor de bebidas é importante para qualquer economia, dado a necessidade de gerar infraestruturas na cadeia produtiva (desde a produção da matéria-prima, produção, distribuição etc.). Consequentemente, o setor cervejeiro, juntamente com outros setores produtivos de sua cadeia produtiva acima citados, figura como importantes setores da economia e também são responsáveis pelo desenvolvimento econômico de uma região e/ou país.

Atualmente, Santa Catarina possui um amplo e diversificado parque industrial, que é de grande importância para a economia nacional e marca presença com seus produtos nos mais diversos setores industriais no comércio internacional contemporâneo. Esta complexidade industrial e produtiva se reflete em diferentes setores aqui, tais como os setores eletrometalmecânico, têxtil, cerâmico, plástico, informática, agroindustrial etc. Na virada do século XX para o XXI, vê-se que outro setor encontra-se em plena ascensão em Santa Catarina: o setor cervejeiro, uma importante atividade industrial do passado e, agora, retomando seu valor e importância no cenário socioeconômico estadual a partir da expansão das microcervejarias no estado, especialmente na região do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense. Portanto, um fenômeno atual da economia catarinense que merece ser estudado e compreendido pela Geografia.

### **1.1 Tema de Pesquisa**

O tema deste estudo trata do processo de formação e desenvolvimento das microcervejarias (delimitação temática), na grande área de colonização europeia compreendida pelas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, (delimitação espacial), desde sua gênese até a atualidade (delimitação temporal), destacando as principais

implicações socioeconômicas e espaciais geradas por elas nestas regiões catarinenses.

## 1.2 Problema de Pesquisa

Na elaboração da problemática do estudo, viu-se que a formação socioespacial deve ser levada em conta na análise do desenvolvimento industrial de um país e/ou região. Conforme algumas análises ao longo da história econômica do Brasil, que tiveram seu ponto de partida a formação socioespacial da área em questão, constatou-se que a influência de suas forças se dá de forma tão profunda e incisiva, que podem determinar o sucesso ou a decadência socioeconômica de uma determinada região.

É o caso de regiões com uma formação socioeconômica e espacial diferenciada e, provavelmente, única como é o caso de algumas regiões de Santa Catarina, mais especificamente o Vale do Itajaí e o Nordeste catarinense. Estas tiveram (e têm) predominância do minifúndio, cidades de pequeno e médio porte, forte presença de imigrantes europeus, pequena propriedade mercantil, mão de obra qualificada, setores industriais fortes e diversificados etc.. Pôde-se dizer que esta combinação de fatores seria uma condição *sine qua non* para a própria industrialização e o desenvolvimento socioeconômico destas regiões em Santa Catarina, tendo uma relação imediata e decisiva para o seu sucesso socioeconômico atual e será o principal problema de pesquisa a ser abordado aqui.

Neste sentido, a literatura já desenvolvida sobre a pequena propriedade mercantil encontrada em Santa Catarina mostra, que esta teve um importante papel no desenvolvimento socioeconômico e especial regional. Por isto, muitos setores industriais e, consequentemente, empresas catarinenses passaram a contribuir ao desenvolvimento socioeconômico regional e puderam criar suas bases, obter êxito e projetar-se nacional e internacionalmente, devido principalmente às condições aqui encontradas e oriundas desta estrutura. Neste contexto, as microcervejarias catarinenses também participaram deste processo e representam hoje um destacado setor industrial estadual.

Desta forma, algumas questões podem ser elencadas para este estudo: quais foram os principais fatores à gênese, formação e desenvolvimento das microcervejarias em Santa Catarina? Qual o papel do Estado neste processo? Quais são os diferentes impactos deste processo às regiões catarinenses e ao estado como um todo?

## **1.3 Objetivos de Pesquisa**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Compreender o surgimento, o estabelecimento, o desenvolvimento e a dinâmica econômica das microcervejarias em Santa Catarina.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

a) Identificar e interpretar os processos de surgimento e evolução do setor cervejeiro catarinense, assim como de sua cadeia produtiva (origem do capital, conhecimento técnico, grau de desenvolvimento tecnológico, empresas fornecedoras de insumos e equipamentos, mercados etc.);

b) Identificar e analisar o papel do Estado na criação, crescimento e consolidação do setor cervejeiro catarinense;

c) Avaliar os diferentes impactos das microcervejarias catarinenses às regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense e ao estado como um todo no momento atual.

## **1.4 Justificativa de Pesquisa**

Muito já se estudou sobre o processo de industrialização e desenvolvimento econômico de Santa Catarina, destacando vários fatores, aspectos e setores neste contexto. Podem ser destacados aqui os diversos estudos de Alcides Goularti Filho, Idaulo José Cunha, Paul Singer, Hoyêdo Nunes Lins, Maria Luzia Renaux, Walter Piazza etc. Não obstante, a maioria dos estudos neste sentido busca por outros meios e caminhos aprofundar-se nesta temática, deixando de lado, por vezes, dois aspectos essenciais: a sociedade e o espaço. Cada vez mais, estudiosos da área da Geografia conseguem com mérito explorar e analisar tal processo a partir da formação socioeconômica e espacial, para explicar tal fenômeno desde os primórdios até a atualidade, especialmente a partir dos importantes estudos de Milton Santos e Armen Mamigonian. Este é justamente o grande desafio de uma pesquisa na área da Geografia Econômica como esta aqui.

Neste estudo, pretendeu-se seguir o segundo método, isto é, analisar o processo de industrialização e desenvolvimento econômico de Santa Catarina, a partir da formação socioeconômica e espacial catarinense, da pequena propriedade mercantil e da sua contribuição à indústria cervejeira catarinense. A forma diferenciada de análise deste processo já justificou por si só um estudo desse gênero, levando-se em conta a constante necessidade de estudos nesta área, já que Santa Catarina desponta como um dos principais polos industriais do Brasil e apresenta algumas especificidades, que merecem ser melhor estudadas pela Geografia. Diante disto, a pertinência do tema comprovou-se por sua atualidade dentro da geografia humana contemporânea, por tratar especialmente do papel e a importância da formação socioespacial no desenvolvimento econômico regional.

Acima de tudo, tratou-se de um estudo inédito, já que para explicar este processo parte-se da análise de um setor industrial catarinense ainda pouco explorado pela Geografia, isto é, a indústria cervejeira de Santa Catarina. Além disto, outros fatos contribuíram ainda para justificar tal estudo, em especial pela sucessiva expansão do setor cervejeiro no Brasil e, particularmente, pelo *boom* das microcervejarias catarinenses nos últimos anos.

## 1.5 Referencial Teórico-Metodológico

A complexidade na compreensão do desenvolvimento socioeconômico de um país ou região ou até mesmo de um setor produtivo, como é o caso do setor cervejeiro neste estudo, fez com que várias correntes teóricas tentassem explicar tal fenômeno. Entretanto, por apontarem certas limitações teóricas, principalmente em razão de seus diferentes pontos de vista, métodos de análise e ênfases de abordagem para explicar um determinado fenômeno, pretendeu-se trabalhar aqui com algumas teorias norteadoras paralela e simultaneamente.

Destaca-se, entre elas, a corrente marxista com os métodos filosófico do *Materialismo Histórico-Dialético* de Karl Marx e Friedrich Engels, geográfico da *Formação Sócio-Espacial* de Milton Santos e teórico da *Pequena Produção Mercantil* de Karl Marx e Vladimir Litch Lénin, método este também empregado por Armen Mamigonian.

O materialismo histórico-dialético, uma categoria filosófica idealizada por Karl Marx e Friedrich Engels em sua expressiva obra *A Ideologia Alemã* de 1846, apresenta a ideia de que qualquer processo tem interações sociais com o meio e ele é contínuo, não sendo um fato

isolado social e historicamente. Em outras palavras, um determinado processo representa etapas historicamente constituídas ao longo dos anos por uma dada sociedade, conforme suas interações com o meio em que ela se insere.

De forma resumida, o método do materialismo histórico-dialético, segundo Martins (s. d., p. 14-15, grifo do autor),

[...] pressupõe como ponto de partida, a apreensão do *real imediato*, isto é, a representação inicial do todo, que convertido em objeto de análise por meio dos processos de abstração resulta numa apreensão de tipo superior, expressa no *concreto pensado*. Porém, esta não é a etapa final do processo, uma vez que as categorias interpretativas, as estruturas analíticas constitutivas do concreto pensado serão contrapostas em face do objeto inicial, agora apreendido não mais em sua imediatez, mas em sua totalidade concreta. Este procedimento metodológico pode ser assim sintetizado: parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento. Portanto, a epistemologia marxiana tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação. Não apela a negação da lógica formal, mas torna-a parte integrante da lógica dialética. Não privilegia processos de dedução em detrimento dos processos de indução ou vice-versa, caracterizada que é pelo princípio da unidade e luta dos contrários. Não proclama a lógica subjetivista como critério gnosiológico.

Portanto, o Materialismo Histórico parte da concepção materialista da realidade, para, através do método dialético de análise, abordar de maneira mais correta e abrangente os mais variados fenômenos e ainda descobrir as leis objetivas mais gerais que regem a sua evolução. Para os comunistas, o materialismo histórico/dialético é a base filosófica [marxista]

de análise e compreensão do mundo e da realidade à nossa volta.<sup>1</sup>

No que diz respeito ao processo produtivo num determinado espaço e tempo, pode-se afirmar que

A produção constitui, dentro deste contexto, *a unidade mediadora das relações sociais*. Através da análise da produção em uma escala espaço-temporal integrada, o método materialista acaba por apresentar uma proposta de explicação teórica para a compreensão da sociedade através do entendimento das relações entre os lugares, da estrutura interna dos lugares e do desenvolvimento interno entre os lugares. (*Idem*, p. 69, grifo do autor).

Portanto, o método materialista de Marx e Engels analisa um determinado fenômeno numa da sociedade utilizando-se da História (o tempo) para identificar e apresentar cronologicamente os diferentes acontecimentos e aspectos ao longo da sua evolução e da Dialética para identificar e compreender suas diversas relações com o meio (o espaço), que determinarão e explicarão a sua realidade. Aliando a História e a Dialética, tal qual como a categoria de análise da Formação Sócio-Espacial como será visto mais adiante, torna-se essencial para a análise e compreensão da realidade do setor cervejeiro catarinense, objeto de estudo deste trabalho.

A partir disto, Marx elaborou também a ideia das “múltiplas determinações”, que afirma que um determinado processo não acontece por si só, mas principalmente devido à presença e combinação de vários fatores determinantes das relações sociais de produção numa dada sociedade em determinados momentos de sua história, podendo ser fatores de origem humana, física, biológica etc.

Neste sentido, o conceito das combinações geográficas de André Cholley, por sua vez, vem de encontro ao pensamento de Marx e também pode fornecer um bom suporte à análise do processo de

---

<sup>1</sup> SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Introdução ao materialismo histórico/dialético**: curso de introdução partidária. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/materialismo.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

industrialização e desenvolvimento econômico de Santa Catarina, visto que ela apresenta três fatores essenciais, que quando combinados podem responder o porquê de um país ou região ser desenvolvido e industrializado. São eles: fatores físicos, biológicos e humanos. Segundo Cholley (1964, p. 270),

No campo das combinações mistas, físicas, biológicas e humanas, devemos reconhecer, o homem é que governa sua decisão ou sua escolha, quando põe em ação uma combinação para exercer satisfatoriamente uma de suas atividades fundamentais (agricultura, criação, pesca, fabricações, etc.). Contudo, uma vez desencadeada uma combinação, seu poder diminui singularmente. A combinação se desenvolve, provocando os efeitos, mais ou menos esperados, no domínio da produção, da demografia e da estrutura social. As crises indicarão se o sistema está mais ou menos bem adaptado às condições físicas, biológicas ou políticas reinantes no momento e assistir-se-á a malogros, a paradas e a tentativas de consertos grosseiros. Porém parece que, o esforço do homem somente produzirá pleno efeito se, em consequência destas experiências ou destes prejuízos, ele chegar a compreender as insuficiências da combinação e qual a modificação que deve introduzir para melhor adaptá-la às condições do meio físico ou humano.

Diante disto, pode-se dizer que na maior parte das regiões de Santa Catarina ocorreu a combinação destes três fatores concomitantemente. Isto é, nas diversas regiões catarinenses coexistem os fatores físicos (paisagem da região e seus recursos naturais), biológicos (características biológicas do próprio homem) e humanos (forma de sociedade), sendo que esta combinação é liderada pelo homem e que a usa em seu favor para explorar e/ou desenvolver alguma atividade econômica (agricultura, indústria etc.). Quando surge uma crise, ele é capaz de identificar as insuficiências, adaptar-se, introduzir inovações e modificar a sua maneira de se relacionar com estes fatores. Estas características são compatíveis com a sociedade catarinense em geral e, particularmente, representam também a figura do empresariado catarinense, que pode ser compreendido com a ajuda do próximo referencial teórico escolhido para esta pesquisa.



O economista austríaco Joseph Alois Schumpeter, baseado na sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* definiu que a concorrência cria o empresário empreendedor e, conseqüentemente, um setor inovador. Segundo ele, “[...] os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos.” (SCHUMPETER, 1982, p. 58). Eles são um dos responsáveis pelas novas combinações dos meios produtivos e, desta maneira, fundamentais ao desenvolvimento econômico, desde que tais empresários apresentem as três características básicas ao empreendedorismo definidas pelo teórico: iniciativa, autoridade e previsão. Em outras palavras, um empresário empreendedor. Posteriormente, será possível constatar o empreendedorismo dos empresários catarinenses, especialmente aqueles de origem estrangeira, sendo eles um dos fatores essenciais da industrialização catarinense, com presença e destaque em vários setores produtivos, inclusive no setor cervejeiro.

As concepções de Schumpeter foram elaboradas pensando num ambiente econômico de concorrência perfeita. Entretanto, não existe concorrência perfeita no sistema capitalista e não se pode analisar um fenômeno destas proporções como foi a industrialização e o desenvolvimento econômico de Santa Catarina somente pela ótica do empresariado catarinense. Existiram outros fatores tão importantes quanto este, que serão discutidos a seguir e devem ser levados em consideração, ainda sob a ótica das “múltiplas determinações”.

Diante das constantes instabilidades e profundas crises no sistema capitalista mundial ao longo de sua história, os governos nacionais tendem a agir na tentativa de corrigir tais falhas do mercado. (SOUZA, 1999). Desta maneira, tal fato abre espaço para outra corrente teórica analisar o desenvolvimento econômico, agora a partir do papel do Estado na economia. Tomando como os exemplos o Brasil e Santa Catarina, ambos tiveram respectivamente destacadas atuações do Estado para promover sua industrialização e seu desenvolvimento econômico, como será visto a seguir a partir da teoria keynesiana.

A contribuição da corrente teórica keynesiana, baseada por sua vez nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes e na sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de 1936, estabelece uma análise econômica de uma ótica diferenciada das demais, pois, segundo os pontos que interessam a esta pesquisa, o desenvolvimento econômico está condicionado a outras variáveis. Entre elas, está o papel do Estado, dos investimentos e da acumulação de capital em novos bens de capital, principais fatores para resolver os problemas econômicos e sociais de

uma economia. A teoria keynesiana, segundo Souza (1999), afirma que o *laissez-faire*, defendido pelos economistas da corrente clássica e que atribuíam ao mercado o papel de regular a economia mundial, deu lugar a uma ação mais efetiva do Estado no direcionamento da economia, sendo que uma intervenção estatal teria, por exemplo, como objetivo reduzir o desemprego, elevando a produção ao nível do pleno emprego.

Em períodos de depressão principalmente, o governo pode influenciar diretamente o nível do emprego, por meio da *política fiscal* (gastos públicos, tributação, empréstimos etc.), da *política monetária* (emissão ou controle da moeda, fixação da taxa de juro etc.), da *política cambial* etc. Com o auxílio dessas políticas, o governo age também sobre as *expectativas* dos agentes econômicos, influenciando, pois, direta e indiretamente, o nível do investimento. Assim, cabe ao Estado, segundo Keynes, a função básica de regular a economia, procurando suavizar as flutuações econômicas e complementar a iniciativa privada no que tange à realização do investimento, evitando a estagnação no longo prazo [...]. (*Idem*, p. 159, grifo do autor).

Aqui mais outro ponto importante da teoria keynesiana, já que “[...] os investimentos desempenham um papel essencial. Eles são função do crescimento demográfico, das inovações tecnológicas na produção e do incentivo a investir” (DILLARD, 1964, p. 158). Conforme Keynes (1992), seriam os investimentos tanto públicos ou privados, alimentados pelo seu “efeito multiplicador”, que garantiriam o pleno emprego, já que “[...] uma taxa elevada de investimento foi sempre condição necessária para o bom funcionamento das economias capitalistas”. (DILLARD, 1964, p. 257). Ou seja, a partir do investimento num determinado setor da economia, ele se expandiria indiretamente para outros setores adjacentes, via de regra, através de gastos do setor receptor deste investimento em compras (insumos, equipamentos etc.) e do consumo de seus trabalhadores, agora empregados e assalariados, em outros setores da economia, aquecendo novamente a economia como um todo e retomando o crescimento.

No Brasil e em Santa Catarina, as realidades não foram diferentes e seguiram as tendências mundiais de intervenção do Estado na economia, com volumosos investimentos estatais em suas economias para garantir as bases de acumulação e reprodução de capital e a

estabilidade do sistema capitalista em dados momentos ao longo de sua história. Como será visto posteriormente, apesar das tendências neoliberais mundiais de não-intervencionismo, o Estado sempre desempenhou um importante papel tanto no Brasil como em Santa Catarina para promover o desenvolvimento econômico brasileiro e catarinense respectivamente, sendo ele em ambos os casos um dos responsáveis por este processo. Por isto, os conceitos de Keynes foram considerados neste estudo, para analisar o papel do Estado neste sentido.

A corrente teórica marxista teve ainda mais a ajudar nesta investigação, pois, além da ideia das “múltiplas determinações” apresentada acima, Marx analisa o desenvolvimento econômico a partir da acumulação do capital industrial, desde que ela se transforme em novos bens de capital. Ela “[...] determina o ritmo do desenvolvimento, mas ela depende tanto dos lucros como de um impulso psicológico que leva a classe empresarial a investir.” (*idem*, p. 144). No entanto, segundo Marx, uma maior acumulação de capital pelo capitalista industrial estaria baseada numa maior exploração da massa assalariada, o que geraria uma acirrada luta de classes entre estas duas classes antagônicas: de um lado os capitalistas (os burgueses) e de outro os trabalhadores (os proletários). Como será discutido em breve, as realidades do Brasil e de Santa Catarina também apresenta(ram) tais características descritas por Marx. Ou seja, os industriais capitalistas passaram a acumular e reproduzir seu capital com maior facilidade e rapidez a partir de uma intensa exploração da mão de obra e dos benefícios oriundos do Estado, aumentando seus lucros e expandindo seus negócios.

Outra ferramenta teórico-metodológica utilizada no desenvolvimento deste estudo é a categoria geográfica da formação socioespacial de Milton Santos. Esta, por sua vez, é uma categoria marxista de análise, já que Marx trabalhou com este conceito inicialmente em sua obra *O Capital*. Marx (1988) afirmar que, para compreender uma dada sociedade e suas relações socioeconômicas ao longo de sua história, deve-se fundamentalmente analisar sua formação social e, consequentemente, seu modo de produção vigente, sendo que este determina aquela.

Por outro lado, foi Lênin quem aprofundou esta categoria e enfatizou a sua importância. A partir do conceito de *Formação Econômica e Social*, empregado de forma pioneira por Vladimir Ilitch Lênin em sua importante obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de 1899. A análise do desenvolvimento econômico tomou novos rumos a partir da concepção de Lênin, na qual ele afirma que tal fenômeno só poderia ser compreendido e explicado através da Formação

Econômica e Social de um país. Mais adiante, outro importante fator desta obra de Lênin será apresentado e complementarará este assunto.

Não obstante, Lênin levou em conta, principalmente, fatores econômicos e sociais na sua análise sobre a Rússia, limitando um pouco a interpretação e sua adequação com outras realidades. Apesar de estar implícito em alguns momentos em sua obra, faltou-lhe acrescentar ao seu estudo outro fator, vindo da Geografia: o espaço. Milton Santos, para suprir esta lacuna, afirma que “Modo de produção, formação social e espaço – estas três categorias são interdependentes.” (SANTOS, 1977, p. 14). Partindo das ideias de Lênin e Marx e trazendo à tona seu legado, surge, assim, a categoria da Formação Sócio-Espacial de Milton Santos, publicada no texto intitulado *Sociedade e Espaço: a categoria de formação social como teoria e método* em 1977, tornando-se uma nova e importante categoria teórica e analítica da Geografia.

Conforme Espíndola e Silva (1997, p. 1, grifo dos autores),

Partindo do pressuposto que a noção de formação social está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, **Milton Santos** demonstra que ela não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico, afinal, este aparece tanto como produto como uma condição de (re)produção das relações sociais. Com isso, a categoria adquire o *status* de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações sócio espaciais.

Portanto, a ideia de Santos é que não se pode levar somente a formação social ou econômica e social em consideração para analisar e explicar determinados fenômenos, mas acima de tudo deve-se levar em conta o espaço geográfico. Isto é, as formas de exploração e uso de um determinado território por uma determinada sociedade num determinado período, pois elas representam as condições necessárias para a (re)produção das relações socioeconômicas neste espaço e definiram as suas bases para o desenvolvimento econômico. Desta forma, para compreender o fenômeno da industrialização e do desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina em geral, torna-se bastante conveniente e necessário analisá-lo a partir de sua formação socioeconômica e espacial, para encontrar as respostas para as perguntas propostas nesta pesquisa. Neste sentido, Lênin, Marx e Santos muito contribuíram para este estudo, pois se acreditou que a industrialização e o setor cervejeiro de Santa Catarina merecem ser melhor compreendidos

e explanados a partir do ponto de vista da categoria da formação socioeconômica e espacial.

Portanto, a categoria marxista da formação socioespacial contribuiu na análise de um determinado fenômeno ao possibilitar analisar as diversas forças que se relacionam com o espaço em determinados processos histórico-evolutivos de uma dada sociedade. Segundo Santos (*idem*, p. 14),

Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

Justamente por unir sociedade e espaço e aliá-los ao tempo, o método de análise da formação sócio-espacial se apresentou como o mais adequado para o entendimento da industrialização e, por conseguinte, da indústria catarinense.

A pequena produção mercantil ou pequena propriedade mercantil, como categoria teórica de análise socioeconômica, foi empregada primeiramente por Karl Marx, mas foi melhor aprofundada, analisada e praticada por Vladimir Litch Lênin em sua importante obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de 1899, ao analisar a formação e o desenvolvimento das bases capitalistas numa Rússia no período anterior à revolução socialista, mais precisamente no fim do século XIX. Segundo Lênin, o país possuía ainda uma estrutura feudal neste período, mas já apresentava alguns sinais de uma transição para o modo de produção capitalista, no qual o desenvolvimento industrial a partir da pequena produção mercantil (pequenos ofícios camponeses e manufatura de alguns produtos) já era evidente, preparando o país para a indústria pesada e, também, para a grande revolução socialista no início do século XX.

A partir do estudo de Lênin sobre a Rússia pré-capitalista na virada dos séculos XIX-XX, suas concepções serviram de ponto de partida e base mais tarde para outros estudos em outros países do mundo, inclusive o Brasil. A ideia da pequena produção mercantil foi utilizada de forma pioneira na Geografia brasileira por Armen Mamigonian em suas importantes obras *A Indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas Consequências na Vida Urbana* de 1960 e *Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau* de 1965, ao constatar o importante papel da pequena produção mercantil no desenvolvimento

econômico de Santa Catarina, pois possibilitou propriamente a industrialização catarinense e o surgimento de várias atividades econômicas em diversas regiões do estado, inclusive a indústria cervejeira – objeto do presente estudo -.

Para se ter uma ideia da importância da pequena propriedade mercantil, ao longo da história econômica de Santa Catarina houve uma nítida predominância do padrão de crescimento econômico catarinense baseado nela durante décadas. Ou seja, a pequena propriedade mercantil determinou o ritmo do desenvolvimento econômico catarinense, pois o capital-mercantil acumulado por ela acabou por transformar-se gradualmente em capital-industrial através dos excedentes gerados por ela num sistema colônia-venda estabelecido a partir da colonização europeia em Santa Catarina, inicialmente no Vale do Itajaí e região Nordeste e, posteriormente, nas regiões Sul e Oeste. Além dos setores tradicionais (têxtil e alimentício), a pequena propriedade mercantil se fez presente também nos setores mais dinâmicos da economia catarinense: eletrometalmecânico, cerâmico, papel e celulose, moveleiro, agroindustrial etc., pois eles nasceram da pequena produção, sendo que muitas das atuais grandes empresas catarinenses destes setores são resultantes desta estrutura, voltaram-se para o mercado nacional a partir da década de 1950 e, em muitos casos, conquistaram também grande destaque no mercado internacional. (MAMIGONIAN, 1965; GOULARTI FILHO, 2002).

A partir deste referencial teórico apresentado acima e composto por diferentes correntes teóricas, foi proposto um diálogo entre elas e a Geografia, a fim de responder e analisar as perguntas da pesquisa de forma mais abrangente, completa, adequada e, de certa forma, inovadora. Desta forma, pretendeu-se responder as questões levantadas, atingir os objetivos da pesquisa e abranger diferentes visões de análise do papel e da importância de se analisar o desenvolvimento econômico e industrial de uma região ou país a partir da análise de sua formação socioespacial. E apesar de isso ser muito desafiador, laborioso, instigante e, por vezes, exaustivo, os referenciais teóricos sugeridos foram vistos como complementares uns dos outros e não conflitivos, apesar de serem de diferentes correntes teórico-metodológicas, e foram utilizados na pesquisa a fim de abranger todos estes quesitos e especificidades para uma análise mais aprofundada do setor cervejeiro e suas implicações ao desenvolvimento econômico regional de Santa Catarina.

## 1.6 Metodologia de Pesquisa

A metodologia desta pesquisa abrangeu três métodos complementares para desenvolver o estudo, já apresentados anteriormente. A saber, o método filosófico do Materialismo Histórico-Dialético, o método geográfico da Formação Sócio-Espacial e, por fim, o método teórico da Pequena Produção Mercantil.

Para isto, as técnicas de investigação tiveram como base as pesquisas bibliográfica e documental, que pretendem reunir tanto as fontes primárias quanto as secundárias a serem utilizadas nesta pesquisa. Desta forma, as fontes primárias foram constituídas de informações coletadas por meio da aplicação de questionários durante a visita nas empresas selecionadas na área de estudo, que, devido à localização geográfica e concentração espacial da maioria das microcervejarias catarinenses na atualidade, será o Vale do Itajaí e região Nordeste catarinense – a grande área de colonização alemã em Santa Catarina -. Com isto, além de simplesmente coletar preciosas informações, pôde-se constatar e interpretar *in loco* algumas questões teóricas solúveis e exemplificáveis somente através disto. Obviamente, que as publicações e/ou materiais coletados diretamente nestas empresas e em instituições governamentais também fizeram parte das fontes primárias, pois elas podem fornecer materiais exclusivos e essenciais ao estudo. Por outro lado, as fontes secundárias foram constituídas de uma vasta bibliografia e outros materiais, alguns apresentados anteriormente e outros incorporados ao estudo posteriormente, para desenvolver a pesquisa, obter os resultados esperados e contribuir para futuras pesquisas na área da Geografia industrial.

Por fim, como foi mencionado anteriormente, é importante destacar, que as entrevistas e os questionários foram ferramentas de investigação aplicadas somente em algumas empresas, já que se trata de um setor com um elevado número de empresas – 31 microcervejarias em atividade até o momento em Santa Catarina, conforme levantamento prévio do autor. Desta maneira, foi empregada também nesta pesquisa técnica de investigação por amostragem, isto é, foram escolhidas as empresas mais representativas e destacadas do setor para que fizessem parte e contribuíssem ao presente estudo.

## 1.7 Estrutura do Trabalho

A estrutura do presente trabalho ficou composta por elementos pré-textuais (resumo, introdução etc.), elementos textuais (quatro

capítulos descritos a seguir) e elementos pós-textuais (considerações finais, referências bibliográficas e anexos).

No primeiro capítulo intitulado *O Panorama da Cerveja no Mundo e no Brasil*, pretendeu-se fazer um breve resgate histórico da cerveja e das principais cervejarias no mundo, desde a Antiguidade até a atualidade, incluindo a história da cerveja e das cervejarias no Brasil e apresentando o setor cervejeiro mundial e nacional no presente.

No próximo capítulo *A Indústria Cervejeira de Santa Catarina*, por sua vez, fez-se um resgate histórico da cerveja e das cervejarias em Santa Catarina, para então identificar e interpretar os processos de surgimento, consolidação e evolução da cadeia produtiva (principais cervejarias, origem do capital, técnicas de produção, grau de desenvolvimento tecnológico, empresas fornecedoras de equipamentos e insumos, mercados etc.) do setor cervejeiro catarinense, mais especificamente das microcervejarias catarinenses.

No terceiro capítulo intitulado *O Estado e a Indústria Cervejeira em Santa Catarina*, pretendeu-se identificar e analisar o papel do Estado, tanto nacional quanto estadual, no processo de industrialização em Santa Catarina, primeiramente, e, em seguida, na criação, crescimento e consolidação do setor cervejeiro catarinense desde os primórdios do século XIX até a atualidade.

No último capítulo *Os Impactos Socioeconômicos e Espaciais das Microcervejarias em Santa Catarina*, foram avaliados e discutidos as diferentes implicações e/ou impactos socioeconômicos e espaciais das microcervejarias catarinenses às regiões do Vale do Itajaí e Nordeste Catarinense, mas também ao estado de Santa Catarina como um todo no momento atual, destacando os fatores discutidos anteriormente e relativos às diferentes formações socioeconômicas e espaciais catarinenses, à pequena produção mercantil e suas relações com o setor cervejeiro catarinense.



## **2. O Panorama da Cerveja no Mundo e no Brasil**

A cerveja como produto descoberto e desenvolvido pelo homem há milhares de anos possui um longo trajeto de evolução até chegar à atualidade. Nasceu possivelmente por acaso, na Mesopotâmia, passou de produto artesanal nobre na época dos faraós no antigo Egito para um produto industrial popular e amplamente consumido em todo o mundo na atualidade. Por isto, seu rumo se confunde com a própria história do homem moderno e da sociedade contemporânea ao longo dos séculos.

Desta forma, nada mais conveniente do que resgatar um pouco da história da cerveja e das cervejarias no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, para então identificar e interpretar os processos de surgimento, consolidação e evolução da cadeia produtiva (principais cervejarias, origem do capital, técnicas de produção, grau de desenvolvimento tecnológico, empresas fornecedoras de equipamentos e insumos, mercados etc.) dos setores cervejeiros mundial e nacional num primeiro momento.

### **2.1 A História da Cerveja e das Cervejarias no Mundo**

A cerveja é uma bebida muito apreciada em todo o mundo, sendo sua composição básica água e cereais e fabricada há muitos anos pelo homem. Não obstante, existem várias controvérsias sobre o local e data exatos do surgimento da cerveja. A cronologia de fatos subseqüentes da humanidade pode ajudar a desvendar e precisar tal acontecimento.

A hipótese mais aceitável pelos historiadores e cientistas é a de que a produção de cerveja seja tão antiga quanto à agricultura.

Historiadores contam que o homem pré-histórico abandonou a vida nômade ao desenvolver as primeiras técnicas de agricultura e começou a cultivar grãos. A possibilidade do cultivo de cereais (sorgo, cevada, trigo) e seu armazenamento para consumo posterior permitiram a fixação do homem em grupos. Os primeiros campos de cultura de cereais surgiram na Ásia Ocidental por volta do ano 9.000 a.C. Os agricultores primitivos colhiam os grãos e os transformavam em farinha. Daí surgiu uma lenda que diz que o que fixou o homem foi a necessidade de produzir pão e cerveja (MORADO, 2009, p. 22).

Tudo isto se deve ao fato histórico de que exista há milhares de anos, segundo Morado (*ibidem*),

[...] uma relação direta entre pão e cerveja: ambos são feitos de grãos (cevada, trigo, arroz, aveia), água e fermento, e apresentam o mesmo valor nutricional – assim como o pão, a cerveja alimenta e já foi, por isso, chamada de ‘pão líquido’.

De facto, sabe-se que o Homem conhece o processo de fermentação há mais de 10.000 anos e obtinha nessa época, mesmo em pequenas quantidades, as primeiras bebidas alcoólicas. Especula-se que a cerveja, assim como o vinho, tenha sido descoberta acidentalmente, provavelmente fruto da fermentação não induzida de algum cereal. Afirma-se que a descoberta da cerveja se deu pouco tempo depois do surgimento do pão. Os sumérios e outros povos teriam percebido que a massa do pão, quando molhada, fermentava, ficando ainda melhor. Assim teria aparecido uma espécie primitiva de cerveja, como "pão líquido" (CERVEJAS DO MUNDO, 2011, s. p., grifo do autor).

Além disto, Morado (2009, p. 24) destaca que

Muitos indícios nos levam a crer que, à época em que o homem começou a construir cidades, por volta de 6.000 a.C., a fabricação de cerveja já era uma atividade bem estabelecida e aparentemente organizada. Os documentos mais antigos já encontrados estão repletos de símbolos da cerveja como mercadoria e moeda de troca.

Portanto, atribui-se freqüentemente a criação da cerveja aos sumérios, onde os primeiros registros comprovam que há 6.000 anos na região da Suméria, posteriormente Mesopotâmia, atual Iraque no Oriente Médio, a cerveja já era produzida constantemente por eles, que a chamavam de *sikaru*. Além de ser utilizada na alimentação como “pão líquido”, mercadoria e moeda de troca nesta época, os sumérios já fabricavam cerca de 20 tipos de cerveja, que eram utilizados como

remédios para os olhos e a pele, pagamento de salários de trabalhadores ou, ainda, oferenda aos deuses. (*Ib.*).

Na Figura 1, vê-se um dos registros mais antigos do mundo, que faz referência à cerveja, uma peça suméria chamada *Monumento Blau* de cerca de 4.000 anos a. C., na qual se vê a cerveja sendo oferecida à deusa suméria da fertilidade Nin-Harra.

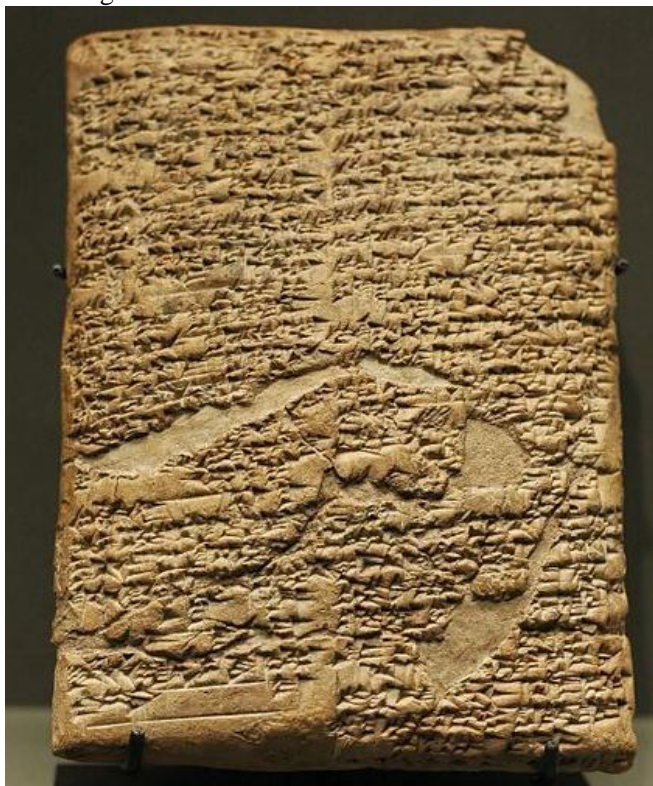
Figura 1 - Monumento Blau



Fonte: HISTÓRIA. Disponível em: <http://www.bierort.com.br/historia.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

Após a queda da civilização suméria cerca de 2.000 anos a. C., surgiu outra civilização na Mesopotâmia a partir dela, porém muito mais avançada cultural e tecnologicamente, que muito contribuiu ao avanço no processo de fabricação de cerveja: os babilônios. Dentre os principais avanços deste período, convém destacar a popularização da cerveja em todo o seu território, já que o vinho era produzido somente nas regiões montanhosas da Anatólia, atual Turquia, e do Cáucaso, atual Armênia, Azerbaijão e Geórgia; a instituição da profissão de cervejeiro como altamente respeitada, levada a cabo essencialmente por mulheres; e a diversificação em cerca de duas dezenas de diferentes tipos de cerveja, com base em diferentes combinações de plantas aromáticas e no maior ou menor emprego de mel, cevada ou trigo.

Figura 2 – Código de Hamurabi



Fonte: HISTÓRIA. *Op. cit.*.

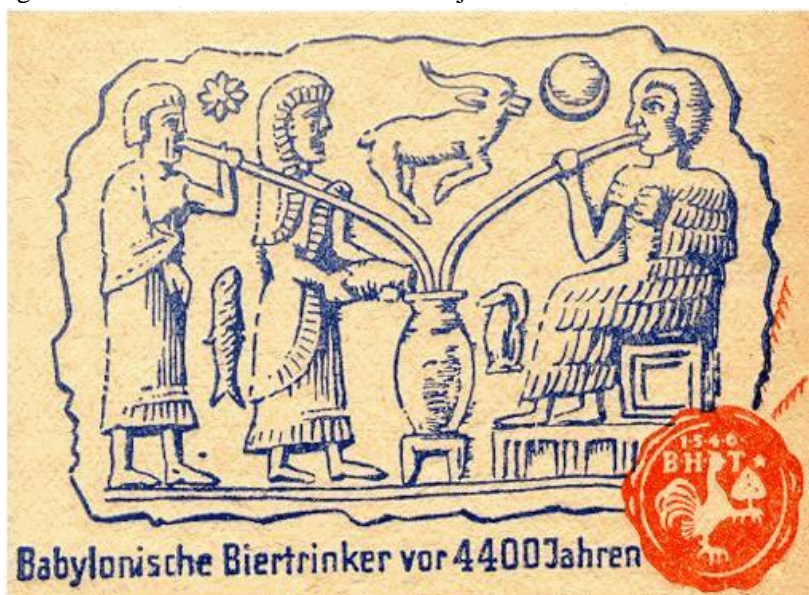
Por fim, convém destacar o estabelecimento do Código de Hamurabi, o sexto rei da Babilônia, com várias regras relacionadas com a cerveja no seu grande código de leis – ver Figura 2. Entre elas, uma estabelecia uma ração diária de cerveja, ração essa que dependia do estatuto social de cada indivíduo. Por exemplo, um trabalhador comum receberia dois litros por dia, um funcionário público três litros, enquanto que os administradores e sacerdotes receberiam cinco litros. Talvez por isto, existia uma lei para os sacerdotes, que, se vistos em tabernas - vistas como lugares de reunião e lazer -, seriam punidos com a pena de morte. Outra lei protegia os consumidores da cerveja de má qualidade, ficando assim definido que o castigo a aplicar por se servir má cerveja seria a morte por afogamento do cervejeiro em sua própria cerveja, caso ela fosse considerada imprópria para o consumo. Também existia uma

lei, que dizia que a compra de cerveja só poderia ser paga em grãos de cereais, não em dinheiro, possivelmente para incentivar o cultivo de grãos e, conseqüentemente, a produção da cerveja (CERVEJAS DO MUNDO, 2011; MORADO, 2009).

Ainda sobre a cultura e a produção da cerveja entre os babilônicos, vale a pena ressaltar mais um hábito e uma curiosidade.

Quase todas as cervejas dos babilônios seriam opacas e produzidas sem filtragem. Tal facto, como já vimos, fazia com que bebessem a cerveja através de um predecessor da actual palhinha [canudo – conforme Figura 3] (no caso dos reis essa palhinha seria de ouro...), o que evitava que ingerissem o resíduo que se acumulava no fundo e que seria bastante amargo. No entanto, essa situação não impedia que a cerveja aí produzida fosse bastante conceituada, chegando os babilônios a exportar grandes quantidades para o Egipto (CERVEJAS DO MUNDO, 2011, s. p., grifo do autor).

Figura 3 – Bebedores babilônios de cerveja há 4.400 anos



Fonte: CERVEJAS do mundo. *Op. cit.*

Por outro lado, existe comprovação científica a partir de peças encontradas no Egito, que a cerveja também era feita pelos egípcios, a partir do cultivo de cereais ao longo do rio Nilo já nos tempos dos Faraós. Na Figura 4, pode-se observar algumas características da produção de cerveja no Egito Antigo.

Segundo Morado (2009, p. 24-25),

Os egípcios faziam vários tipos de cerveja sob o nome genérico de *zythum*. As mais suaves eram destinadas aos pobres e as aromatizadas com gengibre, tâmara e mel ficavam reservadas aos nobres. Essa bebida era indispensável nas cerimônias fúnebres e era usada também em banhos, como tratamento para a pele. O mais antigo registro encontrado sobre uma cervejaria diz que em Tebas (Egito), em 3.400 a.C., eram fabricados dois tipos de bebida: a ‘cerveja dos notáveis’ e a ‘cerveja de Tebas’. [...]. Mas o primeiro centro produtor de cerveja da história foi a cidade de Pelesium (atual Port-Said), no Egito.

Figura 4 - Produção de cerveja no Egito Antigo



Fonte: ERSTE Bierrezepte vor 4.000 Jahren. Disponível em:

<<http://www.brauer-bund.de/index.php?id=21>>. Acesso em: 05 de setembro de 2012.

É válido destacar, que a cerveja no Egito Antigo tinha outras importantes funções.

Para além de bem alimentar [diário], servia também como remédio para certas doenças. Um documento médico, datado de 1600 a.C. e descoberto nas escavações de um túmulo, descreve cerca de 700 prescrições médicas, das quais 100 contêm a palavra cerveja. A sua importância é também visível nos aspectos religiosos da cultura egípcia. Nos túmulos dos seus antepassados, para além dos artefactos habituais como incenso, jóias e comida, era também habitual encontrar provisões de cerveja. E em casos de calamidade ou desastre natural, era frequente a oferta de grandes quantidades de cerveja aos sacerdotes de forma a apaziguar a ira dos deuses. A extrema relevância da cerveja para os egípcios reflectia-se não só na existência de um alto funcionário encarregado de controlar e manter a qualidade da cerveja produzida, como também na criação de hieróglifos extra que descrevessem produtos e actividades relacionadas com a cerveja (CERVEJAS DO MUNDO, 2011, s. p., grifo do autor).

Na China, existem também registos da produção de cerveja através do painço, chamada de *tsiou*, por volta de 2.000 anos a. C., que era oferecida aos ancestrais. (MORADO, 2009, p. 24). Ainda, há registos de produção de cerveja a partir de outros grãos. Por exemplo,

A ‘*Samshu*’, fabricada a partir dos grãos de arroz e a ‘*Kin*’ já eram produzidas cerca de 2300 a.C. [...]. Já no Japão, subsiste o milenar saké, uma cerveja de arroz, frequentemente confundida no Ocidente com uma bebida destilada. (CERVEJAS DO MUNDO, 2011, s. p.).

Na Grécia Antiga, a cerveja foi introduzida pelos egípcios, que, por sua vez, foi repassada aos romanos. No entanto, ela não se tornou uma bebida popular nem na Grécia nem em Roma, preferindo em ambos



os casos o vinho por questões culturais e religiosas.

O poder de influência dos gregos e, mais tarde, dos romanos, produtores e apreciadores do vinho, fez com a cerveja perdesse um pouco de sua popularidade, já que a política dos conquistadores era impor seus costumes aos conquistados. Mais tarde, o vinho, por ser a bebida dos judeus e dos cristãos europeus, com vários significados simbólicos e também identificado como o sangue de Cristo, ocupou uma parte importante na cultura da época. Entretanto, a cerveja, por ser mais abundante e barata, passou, aos poucos, a ser bebida das classes mais pobres e dos bárbaros, como os estrangeiros eram chamados pelos romanos (MORADO, 2009, p. 25).

A cerveja transformou-se, então, numa bebida muito apreciada em regiões longínquas sob domínio do Império Romano, principalmente na Germânia, Gália e Bretanha. Com a influência romana nestas regiões a partir das conquistas romanas posteriormente, somente a elite passou a consumir vinho romano, enquanto a população mais desfavorecida tomava cerveja. (CERVEJAS DO MUNDO, 2011). Tal fato contribuiu claramente para expansão da produção e consumo da cerveja nestas regiões, podendo ser constatado ainda hoje na Alemanha, Suíça, Áustria, em algumas regiões da França, Bélgica, Holanda e Inglaterra, países onde o consumo da cerveja se sobressai em relação ao vinho.

Voltando ao período romano para entender sua expansão pela Europa, a cerveja passou a ser popular em todo o Império Romano com o passar do tempo, já que grande parte da população era pobre e, necessariamente, só lhe restava a cerveja como opção de consumo.

O vinho, apesar de ser considerado sagrado, era muito caro, principalmente nas regiões ao norte da Europa, o que ajudou a popularizar a cerveja. Outra razão de seu prestígio é que, ao contrário do vinho, que depende exclusivamente de uvas de cuidadoso plantio e colheita delicada, a cerveja podia ser fabricada a partir de diferentes cereais, tais como trigo, sorgo, milho e arroz, além da cevada – produtos mais resistentes e abundantes, principalmente nas regiões conquistadas e em parte do Império Romano. (MORADO, 2009, p.



26).

Com as expansões romanas e os movimentos migratórios de povos, como os trácios oriundos da atual Romênia que se espalharam pela Europa, por exemplo, outros povos como os celtas de várias tribos (bretões, gauleses, batavos etc.) e os germanos (saxões, suábios etc.) passaram a cultivar a cerveja, consumi-la com bastante frequência e aperfeiçoar suas técnicas de produção. Inclusive, foi na Gália que ela recebeu o nome latino de *cerevisia* ou *cervisia*, em homenagem a Ceres, deusa da colheita e da fertilidade. Todos estes povos foram os que mais produziram e consumiram cerveja no primeiro milênio da era cristã na Europa (*Ib.*).

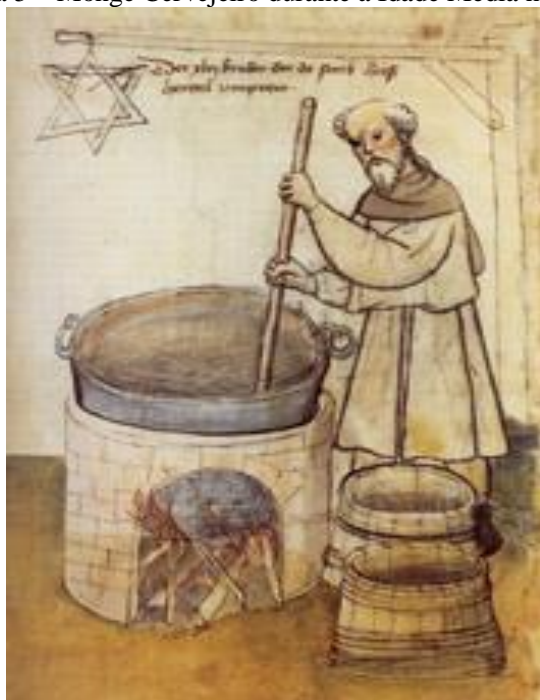
Durante a Idade Média, a cerveja toma outros rumos na Europa.

A importância do consumo de cerveja residia no fato de que as cervejas produzidas na época, as de tipo Ale [cervejas de alta fermentação], além de possibilitarem um nível desejado de embriaguez [sic] – que talvez seja a principal razão para o consumo de bebidas alcoólicas – eram também um suplemento importante para uma constante e limitada dieta. Com uma composição química muito similar ao do pão, a cerveja era, e continua sendo, uma combinação oportuna de subprodutos de grãos, como carboidratos e amidos, que forneciam uma excelente adição nutricional. Além disso, as Ale e as cervejas posteriores, foram importantes na prevenção das constantes epidemias provocadas pela ingestão de água contaminada. A esterilização no processo de fabricação da cerveja, por meio da ebulição e da fermentação, eliminava a possibilidade de contágio destas doenças (SANTOS, 2009, p. 75-76).

Eram os monges, que geralmente produziam nos mosteiros e comercializavam a cerveja na região, à qual pertenciam. Eles foram os responsáveis por isto durante toda a Idade Média na Europa. Muitos mosteiros tornaram-se verdadeiras cervejarias, dada a quantidade produzida e comercializada e a variedade e qualidade de suas cervejas. Os mosteiros produtores de cerveja na Europa localizavam-se principalmente nos atuais países da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Inglaterra, regiões onde atualmente esta herança cervejeira

dos monges é preservada e levada a sério. Na Figura 5, observa-se um monge cervejeiro em atividade na Europa medieval.

Figura 5 – Monge Cervejeiro durante a Idade Média na Europa



Fonte: CERVEJAS do mundo. *Op. cit.*.

Existem monastérios produtores de cerveja que datam ainda do século XI e funcionam até hoje. Um exemplo dos mais antigos monastérios europeus a produzir e comercializar cerveja na Alemanha, ainda em funcionamento até hoje, é o monastério de Weihestephan na cidade de Freising, no Estado da Baviera, que data do ano de 1020, mas sua produção organizada de cerveja começou somente em 1040 – ver Figura 6. Portanto, trata-se da cervejaria mais antiga do mundo em atividade na atualidade. Além da cervejaria, funciona atualmente no local o Centro de Ensino da Tecnologia de Cervejaria da Universidade Técnica de Munique, o qual é referência mundial na formação de mestres cervejeiros.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> BAYERISCHE Staatsbrauerei Weihestephan. Disponível em:

Figura 6 – Monastério e Cervejaria Weißenstephan - Alemanha



Fonte: HISTÓRIA. *Op. cit.*.

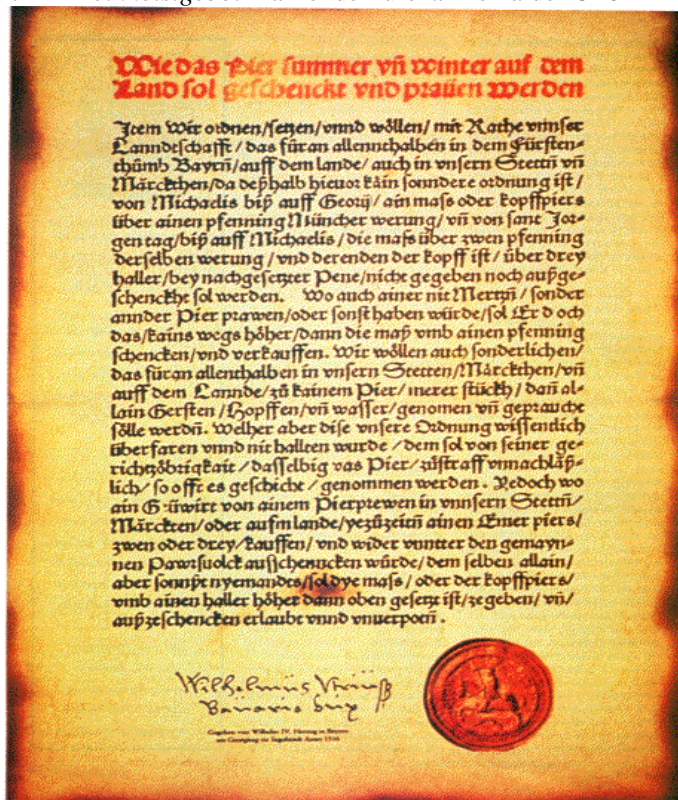
Os monges, por sua vez, introduziam novas técnicas de produção, ampliavam a capacidade produtiva, diversificavam os tipos de cerveja e descobriam novos ingredientes.

Outro elemento importante para o desenvolvimento de cervejarias com alta capacidade de produção foi a adição dos lúpulos na composição das cervejas. Ao longo dos séculos XVI e XVII, o poder preservativo do lúpulo havia ampliado a vida útil da cerveja. Na medida em que é um excelente conservante, a sua utilização possibilitou o armazenamento da produção e a distribuição da cerveja em grandes quantidades. Além disso, não havia mais a necessidade de localizar as cervejarias e os pontos de venda próximos uns dos outros. As instalações das cervejarias poderiam ocorrer a uma distância considerável das cidades, próximas de áreas com mananciais de águas menos poluídas, algo vital

para uma cerveja de boa qualidade. Esta tendência incidiu particularmente em regiões como a Baviera, Flandres e o norte e o leste da França, onde o cultivo de lúpulos era favorecido pelo clima. (SANTOS, 2009, p. 76).

A partir da adição do lúpulo na cerveja e sua maior durabilidade, houve, portanto, uma expansão de seu alcance através de uma distribuição do produto em regiões antes não atendidas. Este fator, associado com a crescente urbanização na Europa, proporcionou o abastecimento de um mercado em plena ascensão, possibilitando o aumento do consumo e a produção de cerveja na Europa. (*Ib.*).

Figura 7 – A *Reinheistgebot* – a Lei de Pureza Alemã de 1516



Fonte: DAS REINHEITSGEBOT von 1516. Disponível em: <http://pub.ch/rheinheitsgebot>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

No final da Idade Média, mais precisamente em 1516, foi promulgada a Lei da Pureza Alemã, a *Reinheitsgebot*, pelo Duque Wilhelm IV da Baviera – Figura 7 -. Desde então, instituiu-se que a cerveja só poderia ser produzida a partir de três ingredientes: água, malte e lúpulo, para garantir e organizar a produção de grãos e, acima de tudo, proporcionar e garantir a qualidade das cervejas alemãs. É importante salientar, que não se conhecia muito sobre a levedura. Por isto, ela foi acrescentada à Lei de Pureza somente anos mais tarde. Para muitas cervejarias alemãs seguir a *Reinheitsgebot* é, até hoje, sinônimo de qualidade na produção de cerveja e símbolo de reconhecimento internacional, inclusive por grandes cervejarias. (HISTÓRIA, *op. cit.*).

Por outro lado, a cerveja adquiria *status* de importante item comercial na economia agrícola a partir do século XVIII, especialmente na Alemanha, França e Inglaterra. Nestes países, muitas terras de camponeses expulsos delas pelo novo contexto econômico numa Europa pré-capitalista e semi-industrial foram tomadas por grandes fazendeiros, que passaram a produzir grãos nestas terras para suprir a crescente produção de cerveja, obtendo constantes lucros e acumulando cada vez mais capital. (SANTOS, *op. cit.*). Neste sentido, existiam inclusive propagandas apelativas de governos, voltadas ao incentivo do consumo de cerveja para beneficiar a produção de grãos e a agricultura no geral do país. Na Figura 8, vê-se um cartaz da Alemanha com o dizer: “Quem bebe cerveja, ajuda a agricultura!”. Era uma forma de convencer a população a consumir constantemente cerveja para ajudar a agricultura e contribuir à economia alemã em certos períodos de crise.

Figura 8 – Cartaz de Incentivo ao Consumo da Cerveja em Ajuda à Agricultura na Alemanha



Fonte: BLECHSCHILD "Wer Bier trinkt, hilft der Landwirtschaft". Disponível em: <<http://www.agrarvideo.de/blechschild-wer-bier-trinkt.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

Além disto, uma considerável expansão do comércio internacional de bebidas se deu a partir do século XVI, quando as metrópoles europeias conquistaram novos territórios, fixaram colônias em outros continentes e introduziram seus hábitos de consumo nestes locais. Primeiramente, eram comercializados vinho, rum, uísque etc. A cerveja, por se tratar de uma bebida mais difícil de ser transportada e menos consumida até então na Europa, ficou em segundo plano.

Na Inglaterra, acontecia a Primeira Revolução Industrial no fim do século XVIII e, combinando todos estes fatores apresentados anteriormente, estava também lançada a base necessária, para que a cerveja deixasse para trás seu estágio artesanal para avançar ao



industrial. Era o início da transição das pequenas cervejarias artesanais para as grandes cervejarias industriais.

A industrialização trazia, além do progresso técnico, uma crescente tendência de urbanização e, com ela, uma concentração de uma demanda sem precedentes por bens de consumo não-duráveis, entre eles a cerveja. Tal fato associado com a melhoria nos transportes (ferrovias, navegação fluvial e marítima) e na infraestrutura geral das cidades (água, esgoto, eletricidade etc.) fez com que aumentasse o mercado consumidor de cerveja, ainda que limitado geralmente numa determinada região. Para atender tal demanda, as cervejarias europeias se viram forçadas a transformar a velha estrutura artesanal para uma moderna estrutura industrial. (ALTEMEYER, 2009, s. p.)<sup>3</sup>. Neste contexto, cada vez mais, modernas máquinas passaram a substituir a mão de obra existente e, assim, se estabeleceram as grandes cervejarias na Europa.

Algumas das características deste processo de transformação das cervejarias artesanais em industriais são apontadas por Santos (*ib.*). Segundo ele, significativas alterações estruturais e econômicas voltadas à implantação da escala industrial pelas cervejarias europeias foram sendo postas em marcha, quando alguns elementos presentes na produção industrial se desenvolveram de forma precoce na indústria cervejeira, impulsionados pela maximização do lucro por partes dos industriais e sob a ótica do emergente sistema capitalista, como a concentração da força de trabalho, o processamento de matérias-primas em grande escala e a ampla distribuição de seus produtos para comercialização no atacado e no varejo. Além disto, os avanços tecnológicos como a máquina a vapor e organizacionais como a divisão de tarefas na planta da fábrica proporcionaram grandes ganhos de escala

---

<sup>3</sup> „Erst die im 19. Jh. eingeführten technischen Errungenschaften der Industrialisierung sowie zunehmende Urbanisierungstendenzen und die damit verbundene Konzentration einer bisher nicht gekannten Massennachfrage in den Großstädten führten zur Transformation der traditionellen Manufakturbetriebe zu Industriebetrieben. Die Entwicklung moderner Kühltechnik, neuer Transportmöglichkeiten (Eisenbahn und Kanalschifffahrt) und die Verbesserung kommunaler Versorgungssysteme (Wasser und Elektrizität) zogen eine deutliche Ausweitung der Absatzmärkte nach sich; die Nachfrage blieb aber zunächst auf enge regionale Grenzen beschränkt.“ Fonte: ALTEMEYER, Alexander. **Die Entwicklung des Brauereiwesens in Westfalen**. Disponível em: <[http://www.lwl.org/LWL/Kultur/Westfalen\\_Regional/Wirtschaft/Industrie/Brauereiwesen](http://www.lwl.org/LWL/Kultur/Westfalen_Regional/Wirtschaft/Industrie/Brauereiwesen)>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

e passaram a diferenciar consideravelmente as grandes cervejarias das pequenas semi-artesanais. Diferentemente destas, nas quais o conhecimento era transmitido através de gerações de famílias e a execução e o controle das etapas de produção eram feitos diretamente por membros destas famílias, as grandes cervejarias europeias se estruturaram de tal maneira, que o mestre-cervejeiro passou a ser o responsável pelas etapas de produção, enquanto os trabalhadores se ocupavam com tarefas mecânicas e o dono e/ou sua família com a administração do negócio.

Nesta época, surgem também inovações tecnológicas não somente na planta fabril e maquinários, mas também na qualidade, distribuição e divulgação das cervejarias europeias mundo a fora, principalmente a partir da adoção de novos tipos de embalagens e etiquetas nos produtos e de novos processos produtivos. Santos (*ib.*) destaca que marcas em barris, recipientes selados e os próprios nomes das cervejas atestavam a procedência, a qualidade e a eficácia das cervejarias.

No início do século XVIII, ocorreu uma inovação no setor cervejeiro, que revolucionaria seu consumo e produção: o uso de garrafas. Grandes cervejarias europeias viram nele várias vantagens, visto que

O engarrafamento facilitava o transporte e o armazenamento e, a partir do final do século XIX, as inovações em vedações ajudaram a aumentar o prazo de validade das bebidas. No início do século XVIII, as garrafas de vidro já começaram a participar de uma série de artigos padronizados e particularmente planejados para se adaptar eficientemente às oscilações do transporte. (*Ib.*, p. 75).

Outra importante inovação no processo de produção em larga escala da cerveja foi, sem dúvida nenhuma, a transição do sistema de alta fermentação para o de baixa fermentação no século XIX.

Desde meados do século XIX, marcas de cerveja de origem alemã vinham adquirindo espaço no mercado mundial, através do sucesso de uma inovação: a cerveja de baixa fermentação. Surgida primeiramente na Baviera, para posteriormente ser aplicada em Pilsen na Boêmia e em Copenhague, a técnica permitia a fabricação de uma cerveja



mais clara, límpida e com um maior período de conservação. Algumas décadas depois, outros desenvolvimentos foram aplicados em escala industrial como a pasteurização<sup>4</sup> e sistemas de refrigeração mais confiáveis e acessíveis. Com as melhorias e a produção em massa, o sistema de produção de cerveja, denominado Lager, passou a ser mais previsível, controlado e menos oneroso se comparado com o antigo processo de alta fermentação<sup>5</sup> (*Ib.*, p. 83-84).

Portanto, é desta época, que surgem as cervejarias tal como são conhecidas hoje. Alguns exemplos disto são as atuais Guinness, fundada em 1759 na Irlanda, a Beck's em 1873 na Alemanha, Heineken em 1873 na Holanda etc., que se destacam há séculos por apresentar um padrão internacional de qualidade reconhecido mundialmente por seus excelentes produtos e apresentam uma posição destacada no mercado mundial de cerveja na atualidade.

Um fenômeno paralelo desta época, ou seja, do século XIX, é a expansão da atividade cervejeira para outras regiões do mundo, que até então não figuravam como regiões produtoras, mas como importadoras

---

<sup>4</sup> Segundo Santos (2009, p. 83), “Em 1876, Pasteur publicou o seu livro ‘Estudos sobre a Cerveja’ divulgando os princípios da teoria fisiológica da fermentação por micro-organismos e os fundamentos de conservação da cerveja através do aquecimento.” Ou seja, o processo de pasteurização é aquele pelo qual a cerveja é aquecida a 70 - 75 ° C por um determinado tempo, geralmente em torno de 15 minutos, matando a maioria dos micro-organismos presentes na cerveja, o que lhe confere uma melhor conservação e maior durabilidade diante das oscilações durante a armazenagem e o transporte do produto.

<sup>5</sup> “O processo de baixa fermentação caracteriza-se pela deposição da levedura cervejeira no fundo do tanque, após a fermentação.” (*Ibidem*). O depósito da levedura (fermento) no fundo do tanque é sinal de que houve a decantação da levedura devido à baixa temperatura que é exigida durante a fermentação desta cerveja. Por isto, é possível separá-lo da cerveja antes do engarrafamento/embarilhamento, evitando, assim, risco de explosões de garrafas, por um lado, e conferindo-lhe maior durabilidade do produto, por outro lado, pois os micro-organismos não agiram mais e a cerveja conservará suas características mesmo com o passar dos dias. Já no processo de alta fermentação, a levedura fica misturada à cerveja, pois a fermentação é feita numa temperatura mais alta, havendo mais risco de explosões de garrafas e também de alteração do sabor e durabilidade do produto.

de cerveja. Desta forma, surgem novas e grandes cervejarias em vários países como a Miller em 1855 e a Budweiser em 1876 nos Estados Unidos, a Antarctica 1885 e a Brahma em 1888 no Brasil, a Foster's em 1888 na Austrália, a Quilmes em 1890 na Argentina, a Kirin em 1907 no Japão, a Modelo em 1922 no México, entre outras.

A partir da inserção do setor cervejeiro na economia destes países, fez que com tais cervejarias passassem a contribuir com o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico em suas respectivas regiões. Tal fato poderá ser evidentemente percebido, quando o Brasil e, mais especificamente, Santa Catarina forem analisados mais adiante neste estudo.

Na atualidade, existem grandes cervejarias espalhadas pelo mundo e dominam boa parte da produção mundial de cerveja – Tabela 1.

Tabela 1 - Os Maiores Conglomerados Cervejeiros do Mundo - 2010

<b>Posição</b>	<b>Cervejaria</b>	<b>País de Origem</b>	<b>Produção - bilhões de litros</b>	<b>Fatia do Mercado Mundial</b>
1º	AB-InBev	Bélgica/ Brasil/ EUA	35,87	19,4 %
2º	SAB-Miller	Reino Unido	17,23	9,3 %
3º	Heineken	Holanda	14,59	7,9 %
4º	Carlsberg	Dinamarca	11,40	6,2 %
5º	China Ressource Brewery	China	9,33	5,1 %
6º	Tsingtao Brewery Group	China	6,40	3,5 %
7º	Grupo Modelo	México	5,19	2,8 %
8º	Yanjing	China	5,03	2,7 %
9º	Molson-Coors	EUA/Canadá	4,87	2,6 %
10º	Kirin	Japão	3,03	1,6 %

Fonte: BEER Production: market leaders and their challengers in the top 40 countries in 2010. Disponível em: <[http://www.biersekte.de/downloads/fakten\\_statistik/market\\_leaders\\_2010.pdf](http://www.biersekte.de/downloads/fakten_statistik/market_leaders_2010.pdf)>. Acesso em: 02 de agosto de 2012.

Excetuando-se as micros e pequenas cervejarias deste contexto, pois possuem escala de produção limitada e abrangência local e/ou regional, as grandes cervejarias tornaram-se grandes conglomerados multinacionais e têm conquistado cada vez mais importantes fatias do mercado mundial, não somente por sua capacidade de produção e abrangência, mas principalmente por processos de fusões, aquisições de concorrentes, parcerias do tipo *join-ventures*<sup>6</sup>, licenças de produção, franquias etc. Como exemplos para isto, são as fusão da Companhia de Bebidas das Américas – AmBev - do Brasil com a Interbrew – InBev - da Bélgica em 2004, que gerou o maior conglomerado cervejeiro do mundo, e a aquisição da Femsa do México pela Heineken da Holanda, que estabeleceu outro grande conglomerado cervejeiro mundial. Tais situações serão bastante exemplificadas no próximo subcapítulo sobre a cerveja no Brasil e refletem muito bem a realidade do mercado mundial da cerveja, já que tais fusões e aquisições refletiram diretamente no setor cervejeiro nacional.

Quanto ao mercado internacional de cerveja, pode-se constatar ainda, que nem sempre os maiores países produtores são os maiores consumidores. Segundo a Tabela 2, pode-se claramente constatar isto.

---

<sup>6</sup> *Joint-venture*, segundo o dicionário Michaelis, trata-se de um empreendimento conjunto com fins lucrativos, do qual participam duas ou mais pessoas (empresas) por um tempo determinado. Uma *joint-venture* acontece, geralmente, quando duas ou mais empresas participam na formação de um empreendimento com fins de exportar seus produtos, através do estabelecimento de uma firma ou de um ponto de distribuição e/ou representação no país que desejam vender seus produtos.

Tabela 2 – Os Vinte Maiores Consumidores Mundiais de Cerveja - 2012

<b>Posição</b>	<b>País</b>	<b>Consumo em litros/habitante</b>
1º	República Tcheca	144
2º	Alemanha	107
3º	Áustria	106
4º	Irlanda	99
5º	Polônia	85
6º	Austrália	82
7º	Bélgica	82
8º	Reino Unido	81
9º	Romênia	80
10º	Espanha	80
11º	Venezuela	80
12º	Estados Unidos	79
13º	Holanda	74
14º	Rússia	73
15º	Canadá	66
16º	Dinamarca	64
17º	Hungria	63
18º	México	61
19º	África do Sul	59
20º	Brasil	58

Fonte: BEER production. *Op. cit.*.

Conforme a tabela 2, o Brasil não figura entre os maiores consumidores de cerveja no mundo, quando se trata de consumo médio anual *per capita* em comparação com outros países e ocupa apenas a 20º posição no ranking. Por outro lado, o país se tornou recentemente o terceiro maior produtor mundial de cerveja. A Tabela 3 traz a comparação em relação aos outros países na que diz respeito à produção anual dos maiores produtores mundiais de cerveja.

Tabela 3 - Os Dez Maiores Produtores Mundiais de Cerveja - 2011

<b>Posição</b>	<b>País</b>	<b>Produção em bilhões de litros</b>
1	China	48,9
2	EUA	22,5
3	Brasil	13,3
4	Rússia	9,8
5	Alemanha	9,5
6	México	8,1
7	Japão	5,6
8	Reino Unido	4,5
9	Polônia	3,7
10	Espanha	3,3

Fonte: THE BARTH Report 2011/2012. Disponível em: <[http://www.barthhaasgroup.com/images/pdfs/Barth\\_Bericht\\_2012\\_Englisch.pdf](http://www.barthhaasgroup.com/images/pdfs/Barth_Bericht_2012_Englisch.pdf)>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

A partir da tabela acima, vê-se claramente a liderança isolada da China na produção mundial de cerveja com 48,9 bilhões de litros no ano de 2011, sendo mais que o dobro do segundo colocado, os Estados Unidos, com 22,5 bilhões de litros. O Brasil se consolidou como o terceiro maior produtor mundial de cerveja com 13,3 bilhões de litros, demonstrando também sua força neste importante setor industrial mundial, e, através de sua expansão ano após ano, deixou recentemente para trás importantes países produtores como a Alemanha e a Rússia. Desta forma, é interessante notar uma nova tendência no setor cervejeiro mundial, quando países emergentes como Brasil, China, México e Rússia estão conquistando mais espaço e importância neste setor industrial nos últimos anos, desbancando países desenvolvidos e tradicionalmente fortes na produção de cerveja como Alemanha, Japão e Reino Unido.

Depois de conhecer a história da cerveja e das cervejarias pelo mundo e discutir seus principais aspectos e fatores, convém a seguir apresentar uma breve história da cerveja e das cervejarias no Brasil e discutir os principais aspectos e fatores do setor cervejeiro nacional.

## **2.2 A História da Cerveja e das Cervejarias no Brasil**

Assim como na Europa e no Oriente Médio, onde a cerveja já se faz presente há milhares de anos, como foi visto anteriormente, a

história da cerveja no Brasil começa também com os índios. Antes mesmo do descobrimento do Brasil em 1500, povos indígenas brasileiros já produziam com algumas técnicas milenares uma espécie de cerveja, a *cauim*. Segundo Hugo (2013, s. p.), se tratava de

[...] Um fermentado a base de milho ou mandioca, e em alguns casos misturado com suco de frutas. Ao contrário das cervejas atuais, a conversão enzimática do açúcar não era feita cozinhando o mosto. Os índios pré-cozinavam a mandioca para torna-la macia. Depois a mastigavam e cuspiam. Deste modo as enzimas presentes na saliva faziam a conversão do amido em açúcar.

A produção desta cerveja pelos índios brasileiros manteve-se de forma muito artesanal, rudimentar e limitada, sendo que até hoje algumas tribos ainda preservam esta tradição. No entanto, a história da cerveja no Brasil é comumente contada a partir da entrada da bebida vinda da Europa com os colonizadores a partir da segunda metade do século XVII.

A cerveja, segundo Morado (2009, p. 56), foi

[...] primeiramente trazida pela Companhia das Índias Orientais, no século XVII, junto com os holandeses. Com a saída dos holandeses do país em 1654, o produto sumiu por quase 150 anos, reaparecendo apenas em 1808, quando a Família Real portuguesa desembarcou no Brasil Colônia. Na verdade, a cachaça era a bebida alcoólica mais popular no Brasil antigo. Além dela, eram importados licores da França e vinhos de Portugal, especialmente para atender à nobreza.

Por outro lado, Santos (2009) chama a atenção para o seguinte fato: mesmo que os portos brasileiros estivessem fechados aos navios estrangeiros e que o consumo da cerveja não era uma das preferências dos imigrantes portugueses e de seus descendentes, registros documentais apontam para a existência de comércio ilegal de cerveja e contrabando da bebida através de alguns portos brasileiros. Isto não quer dizer que as cervejas fossem abundantes na colônia e o consumo da bebida estivesse disseminado entre a população. Muito pelo contrário, o consumo de cerveja se inseriria no cotidiano das pessoas de forma paulatina somente

ao longo do século XIX. Entretanto, tal comércio contribuiu ao reaparecimento da cerveja no período colonial no Brasil depois da retirada dos holandeses na metade do século XVII.

Assim sendo, a cerveja era um bem de luxo importado, consumido particularmente pela elite do país ou pessoas mais abastadas. Pode-se dizer, portanto, que, apesar de os holandeses terem sido os primeiros a importar e consumir a cerveja na região Nordeste ainda na metade do século XVII foi somente a partir da vinda da Família Real de Portugal ao Rio de Janeiro em 1808 que a cerveja passou a ser constantemente importada e consumida em solo brasileiro.

A importação da cerveja ao Brasil não acontecia obviamente pela metrópole portuguesa, primeiramente por questões culturais como já foi dito, pois a cerveja não era um produto amplamente consumido em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil também não. Não obstante, um fato deve ser levado em conta neste contexto: a abertura dos portos brasileiros determinada pela Coroa Portuguesa às nações amigas, entre elas a Inglaterra. Wilk<sup>7</sup> *apud* Santos (*idem*, p. 80) explica que

No momento em que a Inglaterra estava se consolidando como um império ultramarino, o comércio de comidas e bebidas se tornou parte importante nas suas políticas culturais. A submissão da coroa portuguesa frente aos interesses da Inglaterra foi um aspecto fundamental para a expansão e a oficialização do ingresso de produtos ingleses na colônia, entre eles a cerveja.

Desta maneira, a Inglaterra saiu na frente e obteve grandes vantagens comerciais, ao conseguir através de tratados baixas taxas de importação para produtos ingleses, entre eles a cerveja. Isto consolidou a presença inglesa no período e fez com que vários estabelecimentos comerciais ingleses se instalassem no Brasil a partir de 1808. (*Idem*).

Tal monopólio da Inglaterra no comércio exterior brasileiro perdurou até pouco depois da Independência do Brasil em 1822. Aquino *apud* Santos (*Idem*, p. 81), destaca ainda que “[...] o Brasil firmava, em 1827, tratados comerciais junto a outras nações, como a França, Áustria

---

<sup>7</sup> Para mais ver: WILK, Richard. Anchovy Sauce and Pickled Tripe: Exporting Civilized Food in the Colonial Atlantic World. In: BELASCO, Warren; HOROWITZ, Roger (Ed.). **Food Chains From Farmyard to Shopping Cart**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

e Prússia, e com a Dinamarca, os Estados Unidos e os Países Baixos, em 1829, vulgarizando ainda mais a entrada de produtos estrangeiros.” Isto possibilitou a entrada de diversos produtos de diferentes nações, rivalizando com os produtos ingleses. Entre estes produtos está a cerveja, que passou a vir também destas nações, não mais somente da Inglaterra.

Santos (*ib.*, p. 81) destaca ainda, que “[...] foi somente com a chegada de grandes levas de imigrantes alemães, a partir da década de 1820, que a cerveja começou a adquirir uma posição de destaque entre as bebidas consumidas na província.” Este era a realidade na província do Rio Grande do Sul, a qual certamente correspondia às províncias de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro etc., aonde significativo número de levas de imigrantes europeus, sobretudo alemães, chegaram e passaram a consumir constantemente cerveja, estabelecendo-a como bebida regularmente consumida nestas regiões.

Com o consumo interno aumentando gradativamente graças à chegada de crescentes levas de imigrantes europeus e as dificuldades de importação por causa principalmente do elevado preço, obrigaram aos apreciadores da cerveja a buscarem alternativas para o consumo. Uma delas foi a produção artesanal. Por isto, surgiram nesta época muitas cervejarias anexas às residências de alguns imigrantes, que detinham ou adquiriram o conhecimento necessário à produção artesanal de cervejas.

O alto custo de importação, a rápida deterioração das cervejas em razão do calor e questões culturais, possivelmente tenham incentivado a produção local por parte dos imigrantes alemães. Embora o lúpulo e a cevada não fossem culturas da região, outras matérias-primas como a abóbora e o milho poderiam promover a fermentação na fabricação de cerveja (*Idem*, p. 81-82).

Obviamente, eram produções muito pequenas, limitando-se quase que exclusivamente ao consumo próprio. Como não havia produção excedente, o comércio de cerveja por estas cervejarias de fundo de quintal era muito incipiente, não sendo nem muito representativo.

A produção de cerveja em escala industrial no Brasil tardaria ainda a transformar-se em realidade. Algumas pequenas cervejarias surgiram, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste antes de 1850 por iniciativa de imigrantes europeus, sobretudo alemães, austríacos e suíços, sendo que a maioria delas operava de maneira bastante artesanal. O Quadro 1 apresenta alguns exemplos dos primeiros empreendimentos



cervejeiros desta época no país.

Quadro 1 – As Primeiras Cervejarias Brasileiras

<b>Cervejaria</b>	<b>Cidade/Estado</b>	<b>Fundação</b>
Cervejaria Brasileira	Rio de Janeiro/RJ	1836
Henrique Schoenbourg	São Paulo/SP	1840
Georg Henrich Ritter	Nova Petrópolis/RS	1846
Henrique Leiden	Rio de Janeiro/RJ	1848
Vogelin & Bager	Rio de Janeiro/RJ	1848
João Bayer	Rio de Janeiro/RJ	1849
Gabriel Albrecht Schmalz	Joinville/SC	1852
Henrique Kremer	Petrópolis/RJ	1853
Carlos Rey	Petrópolis/RJ	1854

Fonte: Morado. *Op. cit.*.

Destas cervejarias destacadas acima, resta atualmente somente a cervejaria de Henrique Kremer, de Petrópolis/RJ, a atual Bohemia incorporada pela AmBev. As outras mudaram de ramo, como é o caso da cervejaria de Georg Ritter, de Nova Petrópolis/RS, que atualmente produz doces, geléias de frutas etc., ou simplesmente desapareceram sem deixar resquícios como a cervejaria de Gabriel Albrecht Schmalz, de Joinville/SC.

Segundo Santos (*ib.*), alguns fatores devem ser levados em consideração, que fizeram com que surgisse o setor cervejeiro brasileiro. Além do fator humano com a presença de imigrantes europeus, especialmente alemães, que trouxeram o hábito de beber e o conhecimento de produzir cerveja, existem ainda dois importantes fatores: o mercado interno e o papel do Estado.

Já na metade final do século XIX, a demanda por produtos industrializados importados era crescente no Brasil e não havia produção local destes bens. Com o aumento da produção agrícola, em especial do café, e da circulação de riquezas na economia brasileira, ocorria o processo de formação de um mercado consumidor nacional, geralmente fragmentado em mercados regionais. Tais mercados foram de certa forma, berço de pequenos ateliês e oficinas, que resultariam futuramente em indústrias, inclusive cervejarias. O mercado interno crescente passou a absorver a produção nacional dos mais diversos bens, inclusive cerveja, deixando de importar grande parte de tais artigos.

A partir da década de 1870, segundo Köb (2000), o cenário muda com uma drástica diminuição do consumo de cerveja importada da

Inglaterra, um rápido aumento das importações da Alemanha e gradativo crescimento do consumo e da produção nacional pelo mercado interno. Para se ter uma ideia do total de cerveja importada em 1846, o Brasil importava 99,3% de sua cerveja da Inglaterra, enquanto a Alemanha correspondia a somente 0,4% deste montante. Não obstante, a Inglaterra perdeu quase todo seu espaço no mercado de cervejas no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, restando-lhe apenas 13,86% do total das importações em 1895. Enquanto isto, a Alemanha passou a participar com 65,11% do total importado pelo Brasil neste mesmo ano.

Köb (*ib.*) salienta ainda o terceiro ponto neste período de transição do mercado cervejeiro no Brasil: o gradativo aumento do consumo e da produção nacional de cerveja. A produção nacional passou de 6,67 milhões de litros em 1876 para 30 milhões em 1904, segundo estimativas da época. O consumo per capita de cerveja também aumentou de 0,54 litro em 1885 para 1,53 litro em 1904. Tal mudança deveu-se, principalmente, por questões relacionadas ao preço da cerveja consumida no Brasil. Como será visto a seguir, as cervejas importadas da Europa eram muito mais caras, enquanto as brasileiras eram muito mais baratas, porém de menor qualidade. Mesmo assim, a cerveja nacional caiu no gosto da população brasileira, contribuindo à diminuição da importação e ao aumento da produção nacional de cerveja.

Outro ponto importante neste processo foi o papel do Estado ao promover um processo de substituição de importações do setor cervejeiro desencadeado pelas reformas tributárias implantadas ainda na última década do século XIX pelo governo brasileiro. Santos (*ib.*, p. 92) aponta para a adoção de medidas econômico-financeiras da durante a República Velha (1889-1930), que incentivou o crescimento do número de estabelecimentos industriais a partir da facilitação do crédito, emissões de papel-moeda e elevação dos preços de produtos importados, pondo um fim às importações em massa de cerveja da Inglaterra e Alemanha. Isto favoreceu a criação de uma reserva de mercado para as cervejarias nacionais já existentes e possibilitou o surgimento de novas fábricas de cerveja no país.

Nesta época, tais mudanças foram significativas e modificaram profundamente a economia brasileira, contribuindo com o desenvolvimento de vários setores industriais, que antes inexistiam ou eram insignificantes e constantemente prejudicados pela concorrência externa. Por sua vez, o setor cervejeiro nacional foi diretamente beneficiado com tais medidas e logrou grandes êxitos. As cervejarias brasileiras, entretanto, para conseguir isto, tiveram que posicionar-se e

“[...] passaram a se articular politicamente na defesa dos seus interesses procurando sempre, a cada decisão sobre tributação, manter no mesmo índice as taxas de importação para produtos manufaturados e tarifas reduzidas para a matéria-prima importada.” (SANTOS, *ib.*, p. 92). Era o início do fortalecimento político da classe dos industriais nesta nova realidade socioeconômica brasileira na virada do século XIX para o XX.

Tudo isto era um prelúdio para o que estava por vir: as grandes cervejarias. Elas seriam as responsáveis por uma revolução no setor cervejeiro nacional em todos os sentidos, como será visto ao longo deste capítulo. Segundo Santos (*ib.*), com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, criaram-se as condições ideais para o surgimento das grandes cervejarias a partir da década de 1870 e 1880. Entre as principais delas, destacaram-se o sistema político agora sob a égide da República, incentivando o crescimento da produção industrial e do mercado de trabalho assalariado no país; os desenvolvimentos tecnológicos e a conversão para o sistema de baixa fermentação; e a concentração empresarial com o fechamento de pequenas e médias cervejarias a partir de uma política econômica e fiscal focada na exportação de produtos e no controle do câmbio e dos impostos, conforme os interesses do empresariado nacional. Tais fatores contribuíram para uma significativa desigualdade no ramo cervejeiro em todo o Brasil na virada dos séculos XIX-XX, quando as grandes cervejarias de abrangência nacional passaram a eliminar os competidores locais e/ou regionais e a dominar o mercado nacional, restando apenas algumas poucas cervejarias artesanais nas regiões Sudeste e Sul. Fato, como será visto posteriormente, que perdura até hoje.

Nesta época, como já visto, desde o final do século XIX, a distinção das cervejarias não se dava somente pelo tamanho da empresa e/ou volume de produção, mas também pela tecnologia empregada no processo produtivo. Micro e pequenas cervejarias utilizavam técnicas limitadas de produção, mão de obra familiar e poucos equipamentos, sendo que os existentes eram geralmente bastante rústicos, muitas vezes improvisados e de pouca tecnologia agregada. Por outro lado, as grandes cervejarias emergentes no Brasil se diferenciavam daquelas por um maior emprego de tecnologias tanto na questão de processo produtivo quanto de máquinas e equipamentos na linha de produção. Dependendo do grau tecnológico almejado, o investimento seria muito alto e só se tornaria viável e exequível por grandes cervejarias, enquanto as micros e pequenas cervejarias ficaram de fora deste processo. Por conseguinte, o contexto brasileiro já prenunciava um cenário em constante transformação e apresentava sinais de uma tendência bastante atual: o

surgimento, a consolidação e a predominância de grandes cervejarias brasileiras no setor cervejeiro nacional, coexistindo algumas poucas micros, pequenas e/ou médias cervejarias com atuações restritas e mercados limitados.

Para citar um exemplo desta diferença tecnológica e da distância de escala de produção entre grandes e pequenas cervejarias no Brasil neste período, Santos (*ib.*) estudou o caso das cervejarias no Rio Grande do Sul, mas que as constatações de seu estudo neste sentido são certamente válidas para Santa Catarina e também para o resto do Brasil durante o período de transição do século XIX para o XX.

Até o final da década de 1880, provavelmente, todas as cervejarias no estado [neste caso o Rio Grande do Sul] não tinham adquirido ainda equipamentos de refrigeração e feito a conversão do sistema de fabricação alta para o de baixa fermentação. Foram estes os avanços técnicos que estabeleceram a desigualdade entre os fabricantes, no período que vai das últimas décadas do XIX ao início do XX, não só no estado como em todo o Brasil. Com a conversão dos sistemas de fabricação e de refrigeração a produção de cerveja poderia ficar estocada meses antes do verão, a estação de maior demanda.<sup>8</sup> (*Ib.*, p. 87).

Somente no fim do século XIX, o panorama da atividade cervejeira no Brasil conheceu novos rumos e prosperou com a fundação de duas grandes cervejarias: a Companhia Antártica Paulista em São Paulo e a Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia no Rio de Janeiro.

A *Antarctica Paulista – Fábrica de Gelo e Cervejaria* foi fundada em 1885 na cidade de São Paulo pelo brasileiro Joaquim de Salles e outros sócios também brasileiros. Inicialmente, ela foi uma fábrica de embutidos de carne de porco e fábrica de gelo, que logo entrou em declínio por escassez de matéria prima e acabou por ficar com capacidade ociosa. Em 1887, se associou à Companhia o alemão Louis Bücher, que trouxe inovações técnicas, equipamentos e mestres

---

<sup>8</sup> Segundo Köb (*op. cit.*), a Cia. Antarctica realizou a conversão do sistema de produção de alta para baixa fermentação em 1891 em São Paulo e a Cia. Brahma em 1896 no Rio de Janeiro.

cervejeiros da Alemanha e passou a produzir cerveja a partir de 1888, tendo capacidade diária de produzir 6 mil litros.<sup>9</sup>

A Antartica se transformaria em pouco tempo numa das maiores cervejarias do Brasil. Na virada do século XIX para o XX, o estado de São Paulo era o maior produtor brasileiro de café e sua economia já era a maior do país, em pleno processo de industrialização e com bases capitalistas bastante consolidadas (grandes empresas, trabalho assalariado, mercado consumidor em expansão, aquisições de concorrentes etc.).

Em São Paulo, a Antártica se beneficiava da capitalização promovida pela valorização do preço do café e pela ascensão do mercado consumidor paulista. No início do século XX, a empresa já tinha iniciado um processo de incorporação de concorrentes e de pequenas fábricas de outros estados, com a aquisição, em 1904, da cervejaria Bavária (SANTOS, 2009, p. 96).

Isto demonstra que não só para a compra de equipamentos e/ou melhorias da planta industrial das cervejarias eram utilizados os recursos vindos da capitalização gerada pelo café em São Paulo, mas também para a incorporação ou aquisição de outras empresas, especialmente concorrentes diretos e menores. Pode-se dizer assim, que grandes cervejarias como a Antartica e a Brahma eram altamente concorrenciais e disputavam o mercado não somente entre si, mas também com concorrentes menores. Diante disto, uma estratégia usada para conquistar cada vez mais mercado era a aquisição de alguns concorrentes, gerando o início da concentração de empresas do setor cervejeiro, que se refletirá até hoje.

A Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia, por sua vez, foi fundada em 1888 no Rio de Janeiro, pelo suíço Joseph Villiger. Nesta época, a fábrica produzia 12 mil litros de cerveja diariamente e contava com 32 funcionários.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> ANTARCTICA paulista. Disponível em: <<http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2012/06/antarctica-paulista-fabrica-de-gelo-e.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

<sup>10</sup> BRAHMA. Disponível em: <[www.brahma.com.br](http://www.brahma.com.br)>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

Logo a Brahma conquistou espaço e consumidores, primeiramente, no Rio de Janeiro e, depois, no restante do Brasil. Assim como fez a Antarctica, a Brahma investiu, conforme Santos (*idem*, p. 96), “[...] na compra de equipamentos, de terrenos, na edificação de novas unidades para produção e na incorporação de outras indústrias.” Desta maneira, a Brahma se tornou uma das maiores cervejarias brasileiras de todos os tempos, só havendo um concorrente à altura: a Antarctica.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ocorrem dificuldades de importar produtos, insumos e equipamentos, incentivando, por um lado, a substituição de importações e a produção destes bens aqui no Brasil e, por outro lado, impedindo a modernização do emergente parque industrial brasileiro, o que acabaria por afetar os mais diversos setores industriais do país, inclusive o cervejeiro. Neste contexto, as grandes cervejarias brasileiras obtiveram significativas vantagens, especialmente as pioneiras Antarctica e Brahma, se comparadas com suas concorrentes.

Num período em que os processos de importação de equipamentos tornaram-se extremamente seletivos [por causa do conflito mundial e suas complicações comerciais], quem melhor suportou e até se beneficiou nesta fase foram as cervejarias que anos antes investiram na compra de tecnologias estrangeiras, no caso as relativas aos novos sistemas de refrigeração e à conversão da produção para baixa fermentação. Um dos efeitos destas mudanças nas importações foi a necessidade, na maioria das transações comerciais, de efetuar depósitos a vista, antes do embarque, algo que era extremamente [sic] penoso para as pequenas fábricas de cerveja com reduzido capital de giro. A impossibilidade de realizar a importação, provavelmente, tenha forçado alguns fabricantes a comprar, com preços majorados, as matérias-primas junto aos intermediários no país. Aos aumentos de custo juntou-se a elevação do imposto de consumo sobre as cervejas, que a partir de 1916 provocaram uma significativa diminuição nas margens de lucro das cervejarias. (*Idem*, p. 94).

No período logo após o término do conflito bélico, o mercado

brasileiro de bebidas apresentava outro perfil e, agora, se transformara num importante setor industrial do país. Conforme Marques *apud* Santos (*idem*, p. 95), “[...] o setor de bebidas era o responsável pela maior arrecadação do imposto de consumo no país e as cervejarias eram um dos principais contribuintes”. Obviamente, que isto aconteceu não só pelo aumento da produção e sua decorrente tributação, mas também, em parte, pois “As alíquotas do imposto de consumo foram reajustadas o que acarretou grandes dificuldades, principalmente, para as pequenas cervejarias” (*Idem*, p. 95-96).

Outra característica do período pós Primeira Guerra Mundial foi a concentração de capital e formação de grandes oligopólios em diversos setores industriais e comerciais brasileiros. Reichel *apud* Santos (*ib.*, p. 96) afirma, que

O período foi marcado pelo fechamento de pequenas e médias indústrias e pela concentração empresarial, fruto de uma política econômica e fiscal que tinha como prerrogativa a exportação e que alternava medidas de cunho ora inflacionárias, ora deflacionárias, com o objetivo de intervir no câmbio e nos impostos.

No que diz respeito ao setor cervejeiro no Brasil neste período, segundo Santos (*idem*, p. 97),

A tendência era de que as companhias que tinham como foco o mercado regional fossem reduzindo os seus ganhos a ponto de encerrar as suas atividades ou ser adquiridas, além do declínio daquelas que visavam o mercado de outros estados. Tudo isto motivado pela conquista destes mercados pelas grandes cervejarias, como a Antártica e a Brahma.

Consequentemente, todos estes fatores acima relacionados contribuíram certamente à dissolução de várias cervejarias, em especial as pequenas, que não superaram tais dificuldades e, muito menos, suportaram a pressão de cervejarias maiores. Isto fez com que muitas simplesmente fechassem suas portas e outras tantas fossem adquiridas por grandes cervejarias nacionais, possibilitando uma forte concentração empresarial no setor cervejeiro nacional.

Com exceções de algumas pequenas cervejarias locais ou

regionais sobreviventes, o setor cervejeiro nacional ficou concentrado e foi palco do duelo dos dois únicos grandes concorrentes: Antarctica e Brahma. Não existia no Brasil outra cervejaria do porte destas para competir frente a frente por uma maior fatia do mercado brasileiro de cerveja. Somente décadas mais tarde, surgem três grandes concorrentes existentes até hoje, que vieram a conquistar importância e parcelas significativas de mercado no país. Tratavam-se das cervejarias Schincariol, fundada em Itu – São Paulo em 1939<sup>11</sup>; Kaiser, fundada em Divinópolis – Minas Gerais em 1982<sup>12</sup>; e Petrópolis em Petrópolis – Rio de Janeiro em 1994<sup>13</sup>.

Convém mencionar a partir daqui alguns pontos interessantes sobre o setor cervejeiro nacional. Primeiramente, embora o mercado brasileiro de cerveja se concentrasse cada vez mais em grandes cervejarias, não significa que não surgiram outras cervejarias ao longo destes anos e, muito menos, que a produção em função disto tivesse deixado de crescer. Muito pelo contrário. Outras tantas cervejarias surgiram, desapareceram, foram adquiridas e incorporadas pelas grandes e algumas pequenas e médias sobreviveram até hoje, mesmo que com abrangência regional e não ameaçando as grandes. Portanto, sempre houve uma constante renovação no rol de fabricantes de cerveja no Brasil ao longo da história da cerveja no país, mesmo que as grandes cervejarias sempre se mostraram mais presentes e ofuscaram a presença das menores.

Outro ponto interessante a destacar é o intervalo de décadas para surgir grandes cervejarias no país, que, com exceção da Antarctica e da Brahma que surgiram praticamente juntas no fim do século XIX, mas que só depois de 50 anos viria aparecer a Schincariol e praticamente mais 50 anos após esta para surgir a Kaiser e, posteriormente, a Petrópolis. Ou seja, as grandes cervejarias brasileiras surgiram com intervalos de cerca de meio século entre uma e outra, caracterizando, assim, diferentes períodos de desenvolvimento deste setor no país.

---

<sup>11</sup> SCHINCARIOL. Disponível em: <<http://www.schincariol.com.br>>. Acesso em 31 de janeiro de 2012.

<sup>12</sup> KAISER. Disponível em: <<http://www.kaiser.com.br>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

<sup>13</sup> GRUPO Petrópolis. Disponível em: <<http://www.grupopetropolis.com.br>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012.



Por falar nos períodos históricos de desenvolvimento do setor cervejeiro no Brasil, pode-se fazer luz aos ciclos econômicos do sistema capitalista mundial<sup>14</sup>.

Segundo Schumpeter (1982), o sistema capitalista mundial pode ser historicamente dividido em quatro ciclos longos de cerca de 50 anos cada, sendo cada um deles subdivididos em duas fases: fase “a” de expansão e crescimento e fase “b” de contração, crise e recessão da economia mundial. Cada ciclo longo pode ser relacionado com alguns dos mais importantes fatos históricos do capitalismo mundial, especialmente evoluções ou descobertas técnico-científicas e outros eventos políticos e sociais como guerras ou revoluções, que se constituem em etapas naturais da evolução capitalista. Desta maneira, pôde-se elaborar um quadro com os quatro ciclos longos e os principais eventos mundiais, relacionando com importantes eventos e/ou fatos à economia brasileira e, em especial, ao setor cervejeiro nacional.

---

<sup>14</sup> “Nas primeiras décadas do século XX, surge a *teoria do desenvolvimento econômico* elaborada pelo austríaco Joseph A. Schumpeter, o qual baseou-se no trabalho inicial do economista russo Nikolai D. Kondratieff e sua hipótese de que a economia mundial é caracterizada por ciclos [longos] ou ondas largas. Diante disso, os ciclos determinariam o crescimento e a expansão do sistema capitalista. Um ciclo, segundo a teoria, dura cerca de 50 anos, compreendendo desde os períodos de depressão e de crise até os de ascensão e de saturação da economia mundial. No período de crise [fase “a”], ocorrem as maiores e mais profundas transformações, ou seja, quando as estruturas do sistema são modificadas principalmente por empresários empreendedores que investem em inovações tecnológicas e dão novo fôlego à economia. Depois de incorporadas à produção, as inovações revolucionam a produção e ditam uma nova reorganização da economia mundial, recuperando o sistema capitalista e levando as economias ao desenvolvimento econômico [fase “b”].” (SANTOS, 2005, p. 21).

Quadro 2 - Os Ciclos Longos do Sistema Capitalista Mundial e o Setor Cervejeiro Brasileiro

<b>Ciclos Longos</b>	<b>Fases</b>	<b>Períodos</b>	<b>Evento(s) Importante(s) no Mundo</b>	<b>Evento(s) no Setor Cervejeiro Brasileiro</b>
1º	“a”	1790-1815	Primeira Revolução Industrial (Reino Unido)	Abertura dos portos e vinda da Família Real
	“b”	1815-1847	Crise na Europa e ondas de imigração	Independência, entrada de imigrantes europeus e primeiras cervejarias
2º	“a”	1847-1873	-	-
	“b”	1873-1896	Segunda Revolução Industrial (Alemanha, França e EUA)	Grandes cervejarias: Antártica e Brahma
3º	“a”	1896-1920	Revolução Russa e Primeira Guerra Mundial	República Velha
	“b”	1920-1948	Crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial	Industrialização e grande cervejaria: Schincariol
4º	“a”	1948-1973	Primeiro choque do petróleo	-
	“b”	1973- até o presente	Segundo choque do petróleo e Terceira Revolução Industrial (Alemanha, EUA e Japão)	Grandes cervejarias: Kaiser e Petrópolis e <i>boom</i> das microcervejarias

Fonte: Adaptação de Rangel (1982) e elaboração do autor.

A partir do Quadro 2, pode-se deduzir que, seguindo as tendências de cada momento do sistema capitalista mundial, o setor cervejeiro nacional logrou expansão e/ou crescimento nas fases “a” de seus ciclos,

como, por exemplo, com a vinda da Família Real de Portugal ao Brasil em 1808 e a consequente abertura dos portos brasileiros aos produtos importados de nações amigas, principalmente da Inglaterra, possibilitaram a entrada de cerveja e ampliaram o seu consumo entre a população brasileira. Além disto, como foi visto anteriormente, a República Velha (1889-1930) ocorreu numa fase “a” e foi determinante para o aumento das taxas de importação de cerveja, que vieram a incentivar a produção cervejeira nacional.

Por outro lado, os fatos mais importantes para o setor cervejeiro nacional ocorreram, quase que exclusivamente, na fase “b” dos ciclos longos do sistema capitalista, conforme o quadro acima. Nelas, aconteceram eventos decisivos e extremamente importantes para o setor. Entre eles, a Independência do Brasil, que permitiu a entrada de produtos, entre eles a cerveja, de outros países frente domínio inglês sobre as importações brasileiras de cerveja até então; a entrada massiva de imigrantes europeus, especialmente os de origem germânica, que trouxeram não somente o hábito de beber, mas também de produzir cerveja, contribuindo ao surgimento do setor aqui no país ao fundarem as primeiras cervejarias brasileiras; por fim, a própria industrialização brasileira ocorrida durante o Governo Vargas (1930-1945) também se deu durante uma fase “b” do ciclo, que também trouxe reflexos ao setor cervejeiro ao prover um parque industrial com indústria de base e de bens de capital, que viriam a suprir uma carência de máquinas, equipamentos e materiais para vários setores industriais nacionais da época, inclusive o cervejeiro, que antes se viam obrigados a importar quase tudo.

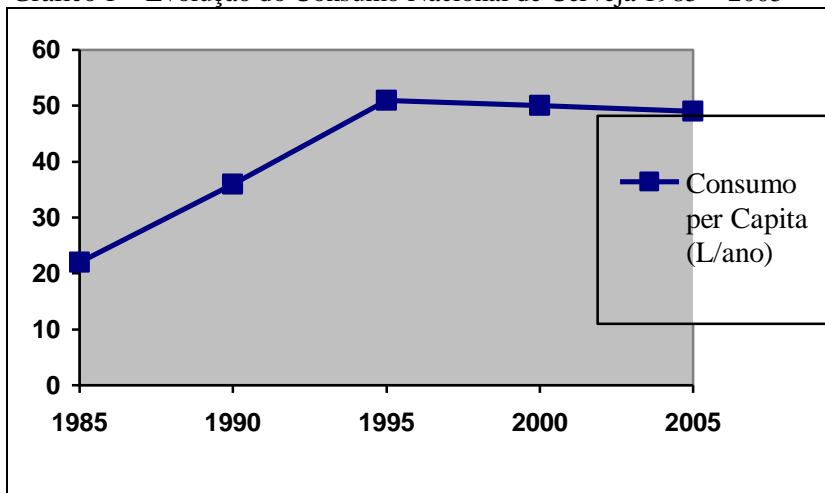
Coincidentemente ou não, as grandes cervejarias brasileiras, que dominam até hoje o mercado brasileiro de cerveja, surgiram, sem exceção, nas fases “b” dos três últimos ciclos econômicos, mostrando que eram momentos propícios ao surgimento de grandes empreendimentos no setor. Primeiramente, a Antarctica em 1885 e a Brahma em 1888, depois Schincariol em 1939 e, por fim, Kaiser em 1982 e Petrópolis em 1994, caracterizando, assim, intervalos de cerca de 50 anos entre o surgimento de uma grande cervejaria e outra no país, ou seja, de um ciclo econômico para outro. Além do surgimento de grandes grupos cervejeiros nacionais nestes ciclos, ocorria concomitantemente um grande avanço tecnológico no setor cervejeiro brasileiro em cada transição dum ciclo para outro, surgindo novas máquinas e equipamentos mais modernos e acessíveis na cadeia produtiva, melhorias na produção e disponibilidade de matérias-primas de melhor qualidade e maior quantidade, sem falar no consequente aumento da

capacidade de produção do setor e de consumo em determinados mercados.

Por conseguinte, um último ponto a salientar antes de partir para o próximo assunto deste trabalho é de que a produção e consumo de cerveja foram crescentes no Brasil ao longo das décadas. Mesmo com um número reduzido de cervejarias no país, mas que produzem muito por serem grandes cervejarias, o consumo e a produção de cerveja no país cresceram ano após ano, como será visto a seguir. Desta forma, o país se tornou um dos maiores produtores mundiais de cerveja e o setor cervejeiro se tornou um importante setor industrial nacional.

Nas últimas décadas, portanto, o mercado consumidor brasileiro de cerveja se expandiu significativamente até a metade da década de 1990, sendo que o consumo *per capita* de cerveja no país passou de 22 litros em 1985 para cerca de 50 litros em 1995, conforme o Gráfico 1. Isto é, o consumo *per capita* mais que dobrou numa década apenas.

Gráfico 1 – Evolução do Consumo Nacional de Cerveja 1985 – 2005



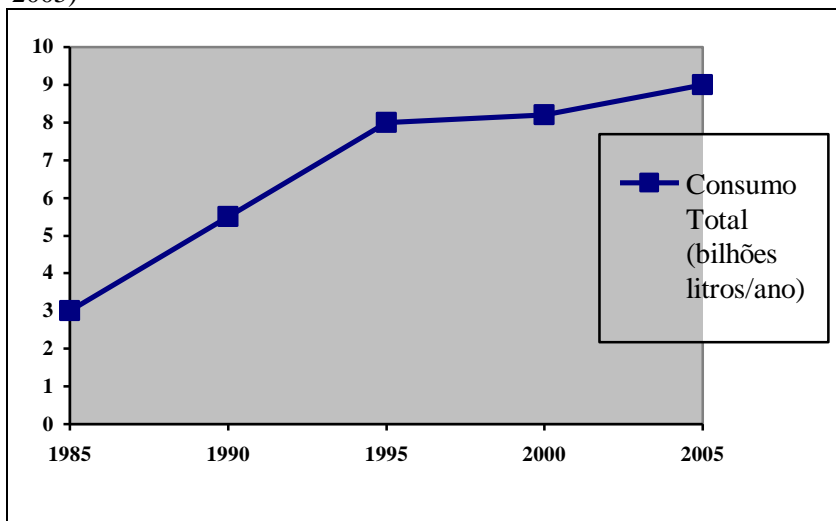
Fonte: CRUZ, Iara *et al.* Produção de Cerveja. Disponível em: <[http://www.eng.ufsc.br/labs/probio/disc\\_eng\\_bioq/trabalhos\\_grad/trabalhos\\_grad\\_2008\\_2/cerveja/cerveja.doc](http://www.eng.ufsc.br/labs/probio/disc_eng_bioq/trabalhos_grad/trabalhos_grad_2008_2/cerveja/cerveja.doc)>. Acesso em: 02 de agosto de 2012. [Adaptado]. Elaboração do autor.

A partir deste gráfico, conclui-se ainda que o consumo *per capita* no país se manteve praticamente estável entre 1995 e 2005, havendo pequena variação de um ano para o outro e mantendo-se nos atuais 50

litros de cerveja consumidos por ano por cada brasileiro. Neste sentido, parece que a conjuntura econômica nacional da década de 1990, marcada pela abertura econômica do Brasil e instabilidade monetária – que seria contornada só em 1994 com o Plano Real –, parece não ter contribuído muito para expandir ainda mais o mercado consumidor de cerveja no país.

Por conseguinte, no período analisado de 1985 a 2005, ou seja, em duas décadas, o consumo total de cerveja no Brasil triplicou, passando de três bilhões de litros em 1985 para nove bilhões de litros em 2005, conforme o Gráfico 2. A partir dele, nota-se claramente, que no período entre 1985 e 1995 ocorreu um grande aumento do consumo de cerveja no país, praticamente dobrando a cada cinco anos. Entretanto, no período entre 1995 e 2005, o crescimento foi muito menor, se comparado com o período anterior analisado.

Gráfico 2 – Evolução do Consumo Total de Cerveja no Brasil (1985-2005)



Fonte: Adaptação de Cruz *et al.* (2008) e elaboração do autor.

Depois de analisar ambos os gráficos, percebe-se um aumento considerável a partir de 2005 até a atualidade no que diz respeito ao consumo total, enquanto o consumo per capita se manteve praticamente no mesmo nível de anos anteriores. Se em 2005 foram consumidos 9,2 bilhões de litros no país por um lado, já em 2009 foram consumidos 10,7 bilhões de litros de cerveja e o Brasil ultrapassou a Alemanha -

tradicional consumidor e produtor - no ranking mundial de consumo total de cerveja.<sup>15</sup>

Em 2010, o Brasil se firmou como o terceiro maior produtor mundial de cerveja com uma produção recorde de 12,8 bilhões de litros, ficando apenas atrás da China (44,8 bilhões de litros) e dos Estados Unidos (22,8 bilhões de litros)<sup>16</sup>. Ou seja, o consumo total de cerveja cresceu entre 2005 e 2010 em 3,6 bilhões de litros, ou seja, quase 30 %. Isto resulta num crescimento médio anual em torno de 5 % neste período, um desempenho significativo em comparação com outros países como a Alemanha e outros países europeus.

Segundo dados da pesquisa realizada em parceria entre o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>17</sup>, deve-se levar em consideração, que em 2008 o setor cervejeiro brasileiro movimentou na economia nacional cerca de R\$ 60 bilhões, somando-se os valores gerados diretamente pela cadeia do setor (produção industrial, distribuição atacadista e varejista), indiretamente pelos setores adjacentes (transporte, construção civil, comércio, agropecuária, turismo etc.) e indutivamente pelos gastos salariais e consumo dos empregados do setor cervejeiro em outros setores econômicos. Desta maneira, caracteriza-se o “efeito multiplicador”<sup>18</sup>, ou seja, a partir do setor cervejeiro em específico beneficiam-se outros setores econômicos indiretamente, que acabam por

---

<sup>15</sup> APESAR da crise, consumo de cerveja cresce 5% no país. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,apesar-da-crise-consumo-de-cerveja-cresce-5-no-pais,501081,0.htm>>. Acesso em 26 de outubro de 2011.

<sup>16</sup> THE BARTH report 2011/2012. Disponível em: <[http://www.barthhaasgroup.com/images/pdfs/Barth\\_Bericht\\_2012\\_Englisch.pdf](http://www.barthhaasgroup.com/images/pdfs/Barth_Bericht_2012_Englisch.pdf)>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

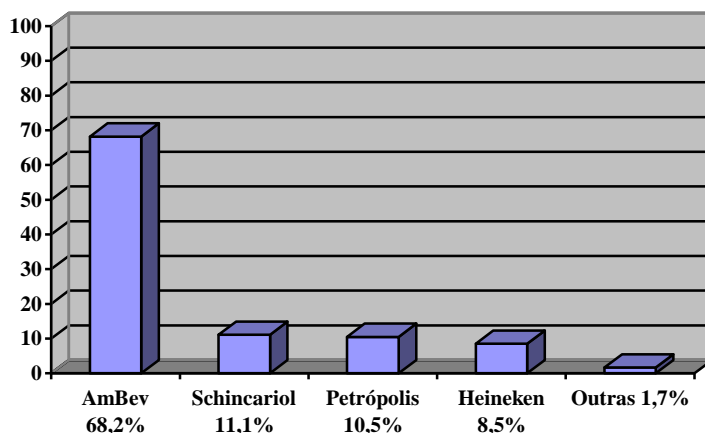
<sup>17</sup> SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CERVEJA; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impacto Econômico Geral – 2008**. Disponível em: <<http://www.cervejaebrazil.com.br/sobrePesquisa.aspx>>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

<sup>18</sup> O conceito do “efeito multiplicador” foi cunhado pelo economista John Maynard Keynes em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de 1936, quando se referiu aos investimentos do Estado num determinado setor econômico e os mesmos se expandiriam e se refletiriam em outros setores, beneficiando a economia nacional como um todo.

movimentar toda a economia do país.

Atualmente, existe uma evidente concentração de grandes cervejarias multinacionais, que acabam por formar uma forte estrutura oligopolista no mercado brasileiro de cervejas. Para se ter uma ideia disto, em 2011 a AmBev participou com 68,2 % do mercado nacional de cerveja, a Schincariol com 11,1 %, a Petrópolis (única grande cervejaria de capital exclusiva e majoritariamente nacional) com 10,5 % e a Heineken com 8,5 %, conforme Gráfico 2. Assim sendo, as demais cervejarias brasileiras (micro, pequenas e médias) representam 1,7% do total do mercado nacional.

Gráfico 3 - Fatia do Mercado Brasileiro de Cervejas em 2009



Fonte: QUEM é quem na cerveja. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/51280\\_DUELO+DAS+LATI\\_NHAS](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/51280_DUELO+DAS+LATI_NHAS)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

Entre as grandes cervejarias presentes no mercado brasileiro, convém destacar que suas matrizes estão localizadas na região Sudeste, particularmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de todas elas possuírem plantas industriais e de distribuição em outras regiões brasileiras. Além disto, apesar de tradicionalmente tidas como nacionais, dado que inicialmente elas foram empresas fundadas no Brasil e com capital inicial exclusivamente nacional, elas têm atualmente participação direta e, em geral, de forma majoritária de

capital estrangeiro.

A AmBev<sup>19</sup>, fruto da fusão ocorrida em 1999 entre as cervejarias Brahma e Antarctica, tem sua sede no Brasil, mas é controlada majoritariamente pela multinacional belga Anheuser-Busch Inbev desde 2004. A Schincariol<sup>20</sup>, tradicional cervejaria brasileira, foi vendida em 2011 à gigante japonesa Kirin. Já a cervejaria Kaiser<sup>21</sup>, foi comprada pela empresa mexicana Femsa em 2006, que, por sua vez, foi incorporada em 2010 pela holandesa Heineken. Somente o Grupo Petrópolis<sup>22</sup> ainda conta com capital majoritariamente nacional.

O Quadro 3 a seguir apresenta alguns dados sobre as quatro grandes cervejarias presentes no Brasil, as quais dominam mais de 98 % do mercado nacional de cerveja, como foi visto anteriormente.

---

<sup>19</sup> A AMBEV. Disponível em: <<http://www.ambev.com.br/pt-br/a-ambev/institucional/a-ambev>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012.

<sup>20</sup> SCHINCARIOL. *Op. cit.*.

<sup>21</sup> BEM-VINDO à Heineken Brasil. Disponível em: <<http://www.heinekenbrasil.com.br/>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

<sup>22</sup> GRUPO Petrópolis. *Op. cit.*.



Quadro 3 – Os Quatro Principais Grupos Cervejeiros do Brasil<sup>23</sup>

<b>Empresa, Fundação e Sede</b>	<b>Origem do Capital</b>	<b>Principais Marcas</b>	<b>Produção Anual<sup>24</sup></b>	<b>Números de Empregados e Plantas</b>
AmBev <sup>25</sup> (1999) São Paulo – São Paulo	Anheuser-Busch Inbev – Bélgica	Antarctica, Brahma, Bohemia e Skol	16,51 bilhões de litros	32 mil empregados e 34 fábricas, 59 centros de distribuição e 5 centros de excelência
Schincariol <sup>26</sup> (1939) Itu – São Paulo	Kirin - Japão	Nova Schin, Devassa, Baden-Baden e Eisenbahn	5 bilhões de litros	10 mil empregados e 13 fábricas e 10 centros de distribuição.

<sup>23</sup> Para efeitos desta pesquisa, foram utilizados apenas dados referentes ao Brasil, independente de suas filiais e/ou matrizes no exterior, e à produção total de bebidas de cada uma delas, incluindo a produção de refrigerantes e outras bebidas não-carbonatadas (água, sucos etc.), já que a maioria destas empresas também produz. Além disto, foi considerado também como ano de fundação de cada cervejaria aquele no qual elas foram fundadas no Brasil, desconsiderando assim o ano de fundação de suas empresas controladoras internacionais.

<sup>24</sup> Os dados da produção total de cada cervejaria podem incluir não só o volume total de cerveja produzida, mas também de outras bebidas (refrigerantes, sucos, águas etc.). Nos casos da AmBev e da Schincariol, que produzem vários tipos de bebida além da cerveja, não se conseguiu chegar aos dados exatos e separá-los, para chegar somente ao volume total de produção de cerveja destas cervejarias. No entanto, por produzirem somente cerveja, a Petrópolis e a Heineken apresentam seus dados apenas desta produção.

<sup>25</sup> Dados de 2010. A AMBEV. *Op. cit.*. Foi utilizado como ano de fundação da AmBev a data da fusão entre a Brahma e a Antarctica, isto é, 1999. Entretanto, convém ressaltar, que ambas as cervejarias foram fundadas muito antes disto e são certamente algumas das cervejarias mais antigas do Brasil. A Antarctica foi fundada em 1885 na cidade de São Paulo e, por sua vez, a Brahma foi fundada em 1888 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>26</sup> Dados de 2010, mas que incluem a produção de outras bebidas (refrigerantes,

<b>Empresa, Fundação e Sede</b>	<b>Origem do Capital</b>	<b>Principais Marcas</b>	<b>Produção Anual</b>	<b>Números de Empregados e Plantas</b>
Kaiser <sup>27</sup> (1982) Divinópolis Minas Gerais	Heineken – Holanda	Heineken, Kaiser, Sol e Bavária	1,9 bilhão de litros	2,3 mil empregados e 8 fábricas
Petrópolis <sup>28</sup> (1994) Petrópolis – Rio de Janeiro	Grupo Petrópolis - Brasil	Itaipava, Petra, Lokal e Crystal	1,47 bilhão de litros	Não informado e 4 fábricas e centros de distribuição

Fonte: *Sites das empresas. Adaptação e elaboração do autor.*

Certamente, existem outras cervejarias no Brasil que têm abrangência e importância em suas regiões de origem e, dificilmente, atingem o mercado nacional. Como é o caso da Cerpa na região Norte, da Proibida na região Nordeste, da Nobel na região Centro-Oeste, da Lecker na região Sudeste, da Polar<sup>29</sup> na região Sul etc. Além destas, existem outras tantas, geralmente menores e de importância local, que juntas somadas não atingem o volume e amplitude das grandes cervejarias.

Uma nova tendência, por outro lado, está surgindo e percebe-se uma lenta, mas progressiva desconcentração no mercado cervejeiro nacional com o avanço das microcervejarias, estas com crescimento na ordem de 12 % ao ano e aquelas na ordem de 6 % ao ano, segundo Born (2010, p. 10). O autor destaca que o fenômeno das microcervejarias deve-se basicamente pelo aumento do poder de compra da população brasileira, que passou a consumir produtos diferenciados, de maior valor agregado e melhor qualidade. Aproveitando esse nicho de mercado, as

---

águas etc.). SCHINCARIOL. *Op. Cit.*

<sup>27</sup> Dados de 2010. BEM-VINDO à Heineken Brasil. *Op. Cit.*

<sup>28</sup> Dados de 2011. GRUPO Petrópolis. *Op. cit.*

<sup>29</sup> Apesar de a marca Polar pertencer à AmBev, ela é produzida e consumida exclusivamente na região Sul do Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul.

microcervejarias brasileiras passaram a produzir as chamadas cervejas artesanais, que apresentam uma variedade muito maior de sabores e tipos de cerveja, uma não-adição de conservantes ou produtos químicos em suas fórmulas e uma produção em baixa escala, que não excede os 200 mil litros ao mês.<sup>30</sup> Ainda segundo seu estudo, existem cerca de 110 microcervejarias funcionando oficialmente no Brasil. Segundo o Sindicerv, elas possuem cerca 5% do mercado nacional e movimentam anualmente R\$ 300 milhões em média.<sup>31</sup>

Para finalizar, como foi dito, discutido e analisado, existe, portanto, uma forte concentração do setor cervejeiro mundial em grandes oligopólios multinacionais, que reflete também a realidade do setor cervejeiro nacional com a predominância de seus quatro grandes grupos cervejeiros, controlados quase que na sua maioria por capital estrangeiro daqueles e que servem de extensões para a entrada e consolidação de suas cervejas no mercado brasileiro. Tais grupos procuram se fortalecer através da estratégia de fusões e aquisições de cervejarias menores para conquistar cada vez mais determinadas fatias de mercado. Por outro lado, também existe uma tendência ao surgimento e consolidação de pequenas e/ou microcervejarias, que não chegam a disputar diretamente fatias de mercado com as grandes cervejarias, já que produzem cervejas diferenciadas em escalas menores capazes de atender geralmente só os mercados locais e/ou regionais, diferentemente daquelas que produzem em grandes escalas e têm capacidade de abranger os mercados nacionais e até mundial. Certamente, tais cervejarias coexistirão, permanecerão atuando em seus respectivos mercados e, dificilmente, desaparecerão tão cedo. Ou seja, sempre haverá grandes, médias, pequenas e microcervejarias disputando diferentes nichos de mercados e atendendo consumidores nas mais diversas partes do mundo.

---

<sup>30</sup> Este será o parâmetro para definir e utilizar o termo microcervejaria no presente estudo, baseando na Lei Estadual Nº 14.961 de 03 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o assunto, a qual encontra-se no Anexo B deste trabalho. **Fonte:** LEI Nº 14.961, de 03 de dezembro de 2009. SANTA CATARINA. Disponível em: [http://200.19.215.13/legtrib\\_internet/html/Leis/2009/Lei\\_09\\_14961.htm](http://200.19.215.13/legtrib_internet/html/Leis/2009/Lei_09_14961.htm). Acesso em: 05 de abril de 2013.

<sup>31</sup> CERVEJA. Disponível em: <http://www.sindicerv.com.br/clipping/11/sindicerv1011.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

No próximo capítulo, serão apresentados a história e um panorama da cerveja e das cervejarias em Santa Catarina, apontando e analisando seus principais precedentes, fatores, atores e cervejarias desde o princípio até a atualidade.

### 3. A História da Cerveja e das Cervejarias em Santa Catarina

Assim como no Brasil em geral, a cerveja entrou em Santa Catarina basicamente por mãos de imigrantes a partir do século XIX. Os primeiros imigrantes, geralmente os mais abastados e requintados, traziam consigo, além de alguns exemplares, engradados ou até mesmo barris, o hábito de beber cerveja com certa frequência. Esta foi, certamente, uma das consequências da colonização europeia em Santa Catarina mais perceptível frente à sociedade luso-brasileira, ou seja, a divulgação de “[...] novos hábitos e costumes no modo de morar, de trabalhar, de vestir, de amar, de comer e de beber. Ao lado da cachaça surgiu a cerveja (e mais tarde, com os italianos, o vinho); [...]” (LUZ, 2000. p. 244).

Como alguns imigrantes trouxeram o conhecimento e as técnicas de produção da cerveja e de outras bebidas fermentadas (licores, vinhos, aguardentes etc.) de seus países de origem (Alemanha, Áustria, Suíça, Itália, Polônia etc.), aliado com as dificuldades de importação da Europa (preço, transporte, demora etc.) de insumos e equipamentos, fez com que estes imigrantes passassem a produzir artesanalmente sua cerveja e outras bebidas, geralmente em suas próprias casas e somente para consumo próprio. Como o seu sustento era basicamente vindo da agricultura, a cerveja não representava um negócio para estas famílias, mas era um produto bastante apreciado e produzido por eles.

Por outro lado, alguns imigrantes viram nisto uma oportunidade de iniciar seus negócios através da produção de cerveja para comercialização. A tradição familiar nas primeiras cervejarias catarinenses era bastante perceptível e se utilizavam formas de produção bastante improvisadas e tecnologias pouco desenvolvidas, dado à inexistência de determinados maquinários necessários nas colônias.

A primeira cervejaria de Santa Catarina foi fundada em 1852 pelo imigrante suíço Albrecht Gabriel Schmalz, que chegou neste mesmo ano à Colônia Dona Francisca (hoje Joinville) no Nordeste Catarinense, estabelecendo-se com sua família e instalando seus equipamentos trazidos diretamente da Suíça na beira do ribeirão Mathias, que possuía na época águas cristalinas de onde era retirada a água para a produção de cerveja. Schmalz, natural da cidade de Nidau no cantão de Berna na Suíça, já era cervejeiro e decidiu produzir cerveja, mesmo sem haver cevada na região para suprir sua fábrica. Seguindo uma receita que os incas já haviam colocado em prática na América pré-colombiana, Schmalz decidiu usar o milho como cereal maltado na sua produção de

cerveja, pois este cereal já era cultivado na região e, provavelmente, era o único disponível até então para isto (CERVESIAFILIA, 2011).

Existem também relatos como o do viajante norte-americano J. C. Fletcher, que passou por Joinville e região em 1855 e descreveu sua ceia no hotel do Sr. Steiner, um alemão: “Minha ceia foi perfeitamente, pois terminou por cerveja, que, na falta de cevada, é feita de arroz, abundante nesta zona [...]” (LUZ, 2000, p. 237). Era uma forma de adaptar à realidade local e não deixar de produzir cerveja.

Figura 9 - Cervejaria Schmalz em Joinville - SC



Fonte: CERVEJARIA Schmalz. Disponível em:  
<<http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2011/11/cervejaria-schmalz.html>>.  
Acesso em: 02 de agosto de 2012.

Como pode ser visto na Figura 9, a Cervejaria Schmalz era pequena e anexada à casa da família, contando certamente com mão de obra familiar. Provavelmente, sua produção era limitada e abastecia somente o comércio local de Joinville. As técnicas e os equipamentos foram adaptados e/ou improvisados conforme a realidade da época na região. Desta maneira, o malte, por exemplo, era obtido pela germinação dos grãos de milho em água quente, diferentemente da Europa que era obtido pela germinação de grãos como a cevada, o trigo etc.. Durante o

processo de produção, utilizava-se uma tina de madeira para clareação. Por fim, a fermentação e a maturação duravam quase duas semanas. Em 1862, Schmalz falece aos 41 anos e deixa o negócio para sua família, que passou a administrar a cervejaria até 1880, quando foi vendida. Acabou, assim, a história da primeira cervejaria fundada e instalada em Santa Catarina. (*Ib.*).

A segunda cervejaria catarinense surgiu na colônia Blumenau no Vale do Itajaí, quando o imigrante alemão Heinrich Hosang fundou sua fábrica de cerveja. Natural de Brunswick – Alemanha, veio para o bairro Garcia em 1858, abrindo logo a pequena indústria, numa época em que Blumenau não alcançava 1000 habitantes. (CAMINHA, 2012).<sup>32</sup>

Segundo Silva (1960, s.p.), Hosang era um

Homem ativo e empreendedor. [...]. Pensou logo na criação de uma indústria de cerveja, de que trouxera prática do velho mundo. E tão logo viu possibilidades de suficiente consumo para a produção prevista, e depois de ter construído sua casa [...], instalou, nos fundos de sua residência, a sua pequena indústria.

A Cervejaria Hosang prosperou devido ao crescimento do consumo da bebida e tornou-se a preferida no comércio local. O fundador esteve à frente da sua indústria até 1888, quando faleceu com 60 anos de idade. Ficou conhecida por sua cerveja *Victória*. A família ficara responsável pelo negócio até o encerramento de suas atividades em 1923. (*Ib.*).

Depois do falecimento de Heinrich Hosang, a viúva, auxiliada por seu filho Oto, continuou à frente da fábrica, com a mesma eficiência e o mesmo sucesso anterior, até que, em 1898, o filho do casal, Francisco e o genro, Hermann

---

<sup>32</sup> Existem relatos afirmando que existiu uma cervejaria em Blumenau anterior à de Heinrich Hosang. Caminha (2012, s.p.) afirma, “Em 1856, contando a colônia com apenas 6 anos, aqui viviam 498 pessoas distribuídas em 94 casas. Entre as atividades econômicas apareciam 3 alambiques de produção de cachaça e uma fábrica de Cerveja.” Como não temos maiores informações e registros destas cervejarias, passo a considerar a cervejaria de Hosang como a primeira de Blumenau, fundada por ele em 1858. Além disto, existem fontes, que apontam para o ano de 1860 como o ano de fundação da Cervejaria Hosang. Aqui, será utilizado o primeiro ano, ou seja, 1858 como o mais provável.

Schossland, associados, passaram a dirigir a cervejaria, sob a razão social de Schossland & Hosang. Em 1906, Francisco Hosang assumiu, sozinho, a responsabilidade pela firma, até 1923 quando, por motivo de doença, viu-se obrigado a fechar a fábrica, vendendo todo o acervo, material e maquinismos, à firma Bock, de Nova Breslau, atual Presidente Getúlio, onde ainda prestaram serviços por longos anos. (*Ib.*).

Por quase duas décadas, a cervejaria de Heinrich Hosang foi a única existente em Blumenau. Somente anos mais tarde, surgiria o primeiro concorrente. Era a Cervejaria Rischbieter, fundada em 1875 pelo imigrante alemão Carl Rischbieter, que estabeleceu sua indústria ao pé do morro do bairro da Bela Vista em Blumenau. (*Ib.*).

Tio Carl nasceu a 12 de setembro de 1849 em Bienenbuettel, perto de Hannover, na Alemanha, tendo aqui chegado aos 12 anos de idade, em 29 de dezembro de 1861, em companhia de seus pais Ludwig e Charlotte Rischbieter, de um irmão e seis irmãs. De canoa, como todos os imigrantes da época, subiram o rio até a propriedade adquirida em Salto do Norte, na margem esquerda do Itajaí-Açu, defronte à atual ponte do Salto, onde Carl Rischbieter, durante doze anos, experimentou todas as agruras e prazeres da vida dos imigrantes pioneiros, tendo, depois, partido para o Rio de Janeiro, onde foi aprender a profissão de cervejeiro. De volta, instalou-se ele, entre 1875 a 1877, perto do seu atual estabelecimento, na propriedade de Carlos Probst, fronteira às terras de Augusto Werner, com a sua primeira cervejaria, até que adquiriu, de Augusto Blomeier, a propriedade conhecida como “dos Ebert”, onde levantou as construções da atual fábrica e dependências, menos a saleta-bar, que só foi construída em 1907, como necessidade absolutamente “edificante”. (*Ib.*).

Algumas características da cervejaria quanto do próprio fundador chama a atenção. Segundo Silva (*ib.*),

A cervejaria prosperou, tendo sido adaptada à



eletricidade em 1913. “Bavária” (clara) e “Favorita” (escura), além da marca “Schwartzbier”, são produzidas na proporção de 100.000 garrafas anualmente, mais ou menos. Carl Rischbieter progrediu, tornando-se cidadão abastado, conceituado e de influência na vida da comuna, [...] [sendo] primeiro e segundo presidente, durante longos anos, da sociedade de Atiradores de Blumenau, fundada em 1859 [...]. (*Idem*).

A Cervejaria Rischbieter teve uma vida longa. Segundo Silva (*ib.*), “[...] anos depois, foi adquirida por Walter Berner, que viera de Joinville e que continuou no ramo, até época recente.” Acredita-se, que seu funcionamento tenha sido até a década de 1960 ou 1970.

Outra importante cervejaria de Blumenau foi a cervejaria de Otto Jennrich.

[...] a Cervejaria Jennrich, de Itoupava-Sêca, que por vários lustros, foi o ponto de reuniões alegres dos apreciadores de cerveja daquele bairro. Mesmo de Blumenau, não poucos apaixonados da loura bebida, se reuniam no bar, que Jennrich preparara num compartimento da fábrica, mobiliado a capricho, à moda das tradicionais “Bierstube” da legendaria Munique, com os seus jarros e canecões de barro e porcelana lavrada, ostentando figuras e legendas, ora sérias, ora brejeiras, com chifres e cabeças de veado e de outros animais enfeitando as paredes. [...] Ali as horas decorriam céleres, em barulhentas tertúlias, pela noite a dentro, sob o estourar das rolhas bombardeando o teto, donde guirlandas pendiam. Quando a pressão subia além do normal, começavam as cantorias [...]. (*Ib.*).

A Cervejaria Jennrich se transformou em realidade, pois, segundo Silva (*ib.*),

Otto Jennrich criara-se com a família Hosang (de cuja cervejaria se tornara auxiliar dedicado e operoso). Já homem maduro, estabeleceu-se por conta própria. Era, além de bom cervejeiro, homem de bastante leitura e tinha grande paixão

pelas coisas do passado blumenauense. Assim é que, à própria custa, construiu, em terreno fronteiro ao da cervejaria, um pequeno sobrado em que instalou um museu.

Figura 10 – Cervejaria Otto Jennrich



Fonte: CERVEJARIA Otto Jennrich. Disponível: <http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2011/03/cervejaria-otto-jennrich.html>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

O fim da Cervejaria Jennrich aconteceu, quando ela passou sob responsabilidade da Cervejaria Catarinense, uma sociedade de Schmalz & Thiede de Joinville, sendo incorporada, juntamente com esta, pela Antarctica Paulista. (*Ib.*). Desaparecendo de vez em 1948, quando se encerraram as atividades da Cervejaria Catarinense devido à incorporação ocorrida.

Conforme Silva (1960, s. p.),

Há memória, ainda, da ‘Cervejaria Schmidt’, que fora instalada em prédio nas proximidades da

atual ‘Casa Flsch’, na rua 15. O proprietário, o sr. Schmidt, era sogro do dr. Bonifácio Cunha. Foi, entretanto, indústria que durou pouco tempo e que, parece, não teve desenvolvimento comercial. Pouco se sabe sobre ela, além de que o seu produto tinha pouca aceitação, sendo o seu proprietário conhecido pela alcunha de ‘Sauerbieronkel’, ou o ‘titio da cerveja azeda’. A cerveja Schmidt tinha até um apelido depreciativo, impublicável, porque ao ser desenvolvida, emitia, com abundante espumarada, ruído característico e cheiro de fermento azedo. Pelo menos é o que a tradição nos legou.

Obviamente, existiam outras cervejarias em Blumenau no fim do século XIX, mas, por serem muito pequenas ou esquecidas no tempo, não existem informações suficientes para constar neste estudo. Além disto, temos que levar em conta, que boa parte das cidades hoje do Vale do Itajaí como Pomerode, Timbó, Indaial, Gaspar etc. pertencia a Blumenau e, certamente, elas possuíam alguma ou outra cervejaria, mas eram computadas como sendo cervejarias de Blumenau. Tais cidades se emanciparam e deixaram de fazer parte de Blumenau só a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.

No caso de Joinville, além da pioneira Cervejaria Schmalz de 1852, citada anteriormente, outras cervejarias antigas e extintas de Joinville poderiam ser citadas ainda as cervejarias Perner, Reinold, Kuehne, Tide ou Thiede, Czernay, porém nem suas datas de fundação e extinção são conhecidas exatamente, muito menos informações de seus fundadores, processos, equipamentos etc. Por estas dificuldades em conseguir dados confiáveis e impossibilidade de analisar tais cervejarias, não foram citadas ou utilizadas estas cervejarias como exemplos para aprofundar a análise do setor cervejeiro catarinense. Possivelmente, se descubra ao longo dos anos algumas informações mais precisas delas, a ponto de rever e/ou contribuir à discussão e análise deste estudo.

Estas foram, portanto, as primeiras e principais cervejarias de Blumenau e Joinville, as colônias alemãs mais antigas do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense respectivamente. As novas colônias, que tiveram origem a partir da expansão das colônias velhas, também desenvolveram a atividade cervejeira. São Bento do Sul, Campo Alegre, Jaraguá do Sul foram resultados deste processo e também tiveram suas cervejarias.

Em São Bento do Sul no Nordeste catarinense, surgiu a Cervejaria

de Max Meyer. Segundo Henkels (2012, s.p.),

Esta cervejaria estava situada no bairro de Lençol [...]. Foi fundada no ano de 1884 por Joseph Endler, um imigrante austríaco, natural do vilarejo de Marienberg, na Boêmia. Este estabelecimento manteve em atividade por vinte e quatro anos sob comando de seu fundador, até 1908, quando o mesmo vem a falecer. Sua viúva, Alvine Endler, não se interessou em continuar o negócio de maneira que vendeu as instalações da cervejaria e a casa de negócios anexa e mudou-se para Joinville. O comprador foi Max Meyer que tinha imigrado criança ainda, natural da Saxônia, do vilarejo de Crimmitschau. O novo proprietário dá prosseguimento aos negócios e moderniza parcialmente a fábrica de cervejas. Em 1922 Max Meyer também morre prematuramente, com 43 anos e os negócios são continuados pela viúva e seu filho Luiz Meyer. Mais tarde adotam o nome de Cervejaria Brasil.

Uma curiosidade a respeito desta cervejaria e do processo de fabricação de cerveja, que serve para exemplificar algumas características básicas de uma cervejaria catarinense na virada do século XIX para o século XX. Segundo Henkels (*ib.*),

Provavelmente a cerveja que era vendida com a marca “Pilsen” não era da variedade Pilsen que modernamente conhecemos, pois esse tipo de cerveja é de baixa fermentação. Para se produzir cervejas tipo Pilsen se tem a necessidade de fazer uso de resfriamento artificial para processar a fermentação que deve ocorrer em baixas temperaturas. Não existem vestígios históricos que a cervejaria de Max Meyer dispusesse de refrigeração artificial, de maneira que só usavam a palavra Pilsen como diferencial entre os vários fabricantes locais. A cerveja era muito provavelmente uma variedade de alta fermentação.

A Cervejaria Meyer também acabou por desaparecer, quando em 1927 a família Meyer encerrou definitivamente a fabricação de cerveja,

prossequindo só com a casa de comércio até 1938, vendendo toda a propriedade no bairro do Lençol e se transferindo definitivamente para o bairro de Oxford, onde abriram outro botequim. (*Ib.*).

Outra importante cervejaria de São Bento do Sul foi a Cervejaria Zschörper. Segundo Henkels (*ib.*),

A família Zschoerper tem antigo envolvimento com as cervejarias históricas de São Bento do Sul. O pioneiro foi Paul Zschörper, imigrante que chega ao Brasil no ano de 1883, natural de Wignsdorf, no condado de Chemnitz, na Saxônia, na Prússia. A cervejaria Zschörper foi fundada em 1898 por Paul Zschörper, que já tinha participado, como sócio, de Bruno Ryssel, de outra iniciativa no ramo, entre 1886 e 1888. Antes ainda, por volta de 1885, tinha sido funcionário na cervejaria do Capitão Adolph von Altmann, que ostentava o bonito nome de ‘zum Waldschlößchen’ (ao castelinho da floresta). O Capitão von Altmann era tido como o melhor cervejeiro dos tempos antigos de São Bento. Em 1898 Paul Zschörper estabelece sua própria cervejaria no centro da vila, atual Avenida Nereu Ramos, próximo ao Edifício Bavária. Um dos filhos de Paul Zschörper, de nome Otto passa a participar no negócio nos anos seguintes e assume definitivamente a gerência da firma por ocasião da morte do patriarca, que ocorreu em 1909. Na década de 1920 adotam o nome de Cervejaria Cruzeiro do Sul.

No exemplo da Cervejaria Zschörper, pode-se constatar que a participação em atividades voltadas ao ramo cervejeiro possibilitou à família Zschörper capacitar-se e abrir posteriormente sua própria cervejaria. Estas experiências anteriores como funcionário e sócio de outras cervejarias da época foram certamente determinantes ao patriarca Paul Zschörper, que decidiu anos mais tarde fundar um negócio na mesma área. Além disto, tornou familiar e hereditário o negócio, já que seu filho Otto assumiria e conduziria a cervejaria após sua morte.

Um fato que a Cervejaria Zschörper presenciou e, certamente, foi percebido por outras cervejarias catarinenses, foi a concorrência externa de outras cervejarias nacionais, que passaram a entrar no mercado regional e prejudicar as cervejarias locais.

Em 1936, ante a concorrência cada vez maior das cervejas de fora da cidade, vindas de centros maiores como Curitiba, Joinville, mesmo São Paulo e Rio de Janeiro, a firma Zschoerper promoveu uma reformulação geral em sua produção. O lançamento das novas marcas de cerveja “Cometa”, “Porter” (nova fórmula) e “Especial” ocorreu com bastante alarde numa grande festa de casamento [...]. Mais tarde, na década seguinte seriam lançadas as marcas “Princesa” e “Estrela” que hoje estão mais na memória das pessoas. A fabricação de cervejas por parte da família Zschörper continuou até a década de 1950, quando passaram a se dedicar à distribuição dos produtos da Cia. Cervejaria Brahma, descontinuando a produção própria de bebidas. Não existe um registro histórico definitivo estabelecendo exatamente o ano em pararam com a fabricação de cervejas. Seria a última cervejaria dos tempos antigos a encerrar suas atividades em São Bento do Sul. Como distribuidora Brahma, a firma Zschoerper funcionou até 1982. (*Ib.*).

De certa maneira, como será visto mais adiante, esta concorrência viria a resultar no fechamento de muitas cervejarias catarinenses, como foi o caso da própria Cervejaria Zschörper, de São Bento do Sul.

Outra importante cervejaria da região Nordeste de Santa Catarina foi a Cervejaria Guarany de Campo Alegre. Seu exemplo mostra como a maioria das cervejarias catarinenses surgiu, isto é, de uma instalação caseira para uma estrutura fabril, e também como se dava a localização de muitas delas por causa da presença de água no local.

Fundada por volta de 1923, por Adolph Friedrich, a cervejaria inicialmente não passava de uma instalação caseira. Mais tarde, já na década de 1930, construiu-se um prédio mais adequado para uma produção comercial, prédio este que ainda existe. Trata-se da última edificação usada nas antigas cervejarias que ainda não foi demolido. Naquele local existe uma fonte de água muito boa que brota numa fenda de rocha, que se mostrou excelente para fabricação de cerveja. A Cervejaria

Guarany produzia inicialmente só a cerveja preta “Kuhlbach” ou “Porter”. (*Ib.*).

Uma característica notória da maioria das cervejarias catarinenses da época é o emprego de pouquíssima mão de obra, geralmente familiar e, dificilmente, contava com mais três ou quatro funcionários, já incluindo nisso o próprio proprietário. Não foi diferente com a Cervejaria Guarany.

Neste tempo, toda a produção de cervejas e refrigerantes era feita por Ewaldo Friedrich e um único funcionário, seu futuro genro Eugen Bartsch. Isso incluía lavar garrafas, produzir cerveja e refrigerantes, engarrafar, rotular as garrafas, carregar caminhões e as vezes fazer entregas nos bares e restaurantes da região. Muitos bares e vendas e quase nenhum restaurante. Era um serviço colossal para apenas duas pessoas, não raro entravam madrugadas adentro nas lidas da cervejaria. (*Ib.*).

A tradição familiar também era uma realidade na Cervejaria Guarany, sendo que o negócio passou de pai para filho. A partir da segunda geração, no entanto, ocorre a abertura de capital da empresa através da constituição de uma sociedade com outros investidores não pertencentes à família Friedrich, como proprietários de outros negócios da cidade e até de outra cervejaria da região. Era uma nova tendência, que viria a se consolidar no setor cervejeiro catarinense, ou seja, as sociedades.

Com o falecimento do velho Adolph Friedrich, ocorrido em 1947, o negócio passou a ser conduzido por seu filho Ewaldo, que se associou a diferentes pessoas em diferentes épocas. Inicialmente quem se associou a Ewaldo Friedrich na cervejaria foi Carlos Brandes. Esse cidadão, mais tarde também prefeito da cidade, era gerente da fábrica de amido de milho Lorenz & Cia., de Timbó, empresa que montou uma filial em Campo Alegre junto a cascata do rio Turvo, onde construíram uma pequena hidrelétrica para fornecer energia ao empreendimento. Mais tarde admitiram na sociedade da cervejaria Arnaldo

Duvoisin e Ernesto Friedrich, este último irmão de Ewaldo. Ernesto Friedrich, que era proprietário um grande moinho de cereais tocado por roda d'água nas margens do rio Turvo, no centro de Campo Alegre, se retira da sociedade após curto período vendendo seus interesses na firma para Atanagildo Schmidt, que atua na comercialização de erva-mate. Passado algum tempo, Carlos Brandes também se afasta e acaba por vender sua participação na Cervejaria Guarany para Otto Zschörper, de São Bento. Isso ocorre no início da década de 1950. Um pouco mais tarde, por volta de 1955, muda-se a razão social para Cervejaria Serrana Ltda., adotando o nome de outra antiga cervejaria de Campo Alegre, que já havia fechado há muito. Modernizam um pouco a produção e passam a produzir três tipos de cervejas: “Serrana-Pilsen”, “Soberana-Kulmbach” e “Malzbier”, além de gasosas de gengibre e guaraná “espumante”. (*Ib.*).

Como acontece em várias sociedades, existem problemas difíceis de serem solucionados, especialmente quando eles são de ordem financeira, pois diferentes opiniões dos sócios podem determinar o sucesso ou o fracasso da empresa num momento de crise. Foi o caso da sociedade da Cervejaria Guarany.

Com o passar do tempo, as relações entre os sócios Friedrich e Zschörper passam por sobressaltos e a empresa entra gradativamente em dificuldades. No início da década de 1960, a cervejaria descontinua sua produção própria, que nos últimos tempos era ainda só da cerveja preta Soberana-Kulmbach, passando então a distribuir produtos Brahma. Ainda produziam gasosa e engarrafavam aguardente de cana. Com a situação financeira da empresa piorando rapidamente, Zschörper contrata Lauro Lepeck em São Bento, que passa a ser seu homem de confiança na firma afiliada, em Campo Alegre. Atanagildo Schmidt e Arnaldo Duvoisin vendem suas cotas aos Zschoerper, mas Ewaldo Friedrich não queria essa solução para si e se recusava a vender para este. A solução que se encontrou foi introduzir um agente



estranho no negócio para o qual Friedrich concordou em vender sua parte; Alfredo Moeller, morador em São Bento do Sul. Parece que foi financiado por Otto Zschörper para pudesse concretizar a transação. Seria o que atualmente se denomina como “laranja”. [...]. A firma agora com o nome mudado para “Bebidas Campo Alegre Ltda.” estava a ponto de ser leiloada em 1968, quando Zschoerper fez uma proposta a Lauro Lepeck: este assumiria as dívidas e se conseguisse levantá-las, coisa que parecia difícil, ficaria com o negócio, o prédio e a casa anexa. Este aceitou o desafio e acabou por se dar bem. Conseguiu sanar as dívidas e continuou a distribuir os produtos da Brahma em Campo Alegre por vinte e cinco anos ainda, até 1993, quando se transformou num atacado de bebidas, que distribuía produtos de vários fabricantes como Brahma, Skol, Antártica, Schincariol, etc. negócio que encerrou finalmente em 1998. (*Ib.*).

Uma última cervejaria merece ser mencionada ainda neste resgate histórico das cervejarias catarinenses. Trata-se da única sobrevivente das antigas cervejarias e ainda existente: a cervejaria Canoinhense de Canoinhas, Norte de Santa Catarina. Ela contrariou todos os fatos vistos até aqui, como fusões, aquisições e, principalmente, extinções, como aconteceram às outras cervejarias catarinenses ao longo dos anos e segue com sua produção até os dias de hoje.

A Cervejaria Canoinhense foi fundada em 1900 na cidade de Canoinhas, norte de Santa Catarina, pelos imigrantes alemães Pedro Nicolau Werner e Roberto Bachmann. Em 1910, ela foi comprada por Luiz Kaesemodel. Em 1924, ela foi comprada pelo imigrante e mestre cervejeiro alemão Otto Loeffler, passando a produzir vários tipos de cerveja. Era o começo da história da família Loeffler junto à cervejaria Canoinhense, que se estende até hoje. Em 1930, com a morte de Otto, seu filho Wilhelm Loeffler assume a cervejaria, mas já em 1935 ele a vende para seu irmão Ruprecht Loeffler, que ficaria à frente da cervejaria até sua morte em 2011. Atualmente, a cervejaria continua sob o comando da família Loeffler e produz, de forma muito artesanal, ainda suas famosas cervejas Nô de Pinho (escura), Mocinha (clara suave), Jahu (clara) e uma Malzbier. A cervejaria Canoinhense é um ícone na

história da cerveja em Santa Catarina e no Brasil, sendo a microcervejaria mais antiga do país em atividade.<sup>33</sup>

Figura 11 – Cervejaria Canoinhense



Fonte: CERVEJARIA Canoinhense. Disponível em: <<http://www.portaldecanoinhas.com.br/noticias/6172>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

Um panorama mais atual da indústria cervejeira de Santa Catarina, apontando as principais microcervejarias catarinenses e seus antecedentes sociais, históricos e geográficos, será mostrado no item a seguir.

---

<sup>33</sup> HENKELS, Henry; TORKASKI, Fernando. **Cervejaria Canoinhense**. Disponível em: <<http://cervisiafilia.blogspot.com/2010/09/cervejaria-canoinhense.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

### 3.1 As Microcervejarias Catarinenses

Santa Catarina, como já foi destacado anteriormente, se desenvolveu e se industrializou rapidamente ao longo do século XIX, primeiramente nas áreas de colonização europeia do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense que apresentaram um fator decisivo para este processo, ou seja, uma formação econômica, social e espacial diferenciada, ancorada na pequena produção mercantil e de mão de obra qualificada e familiar. Isto possibilitou, de modo geral, o surgimento das primeiras indústrias em diversos setores (têxtil, alimentício, madeireiro, metalúrgico etc.). Posteriormente, as outras regiões catarinenses, mais especificamente o Sul e o Oeste, também apresentaram condições semelhantes e puderam prosperar economicamente.

Na análise do processo de industrialização e desenvolvimento econômico de Santa Catarina, segundo o conceito das combinações geográficas de Cholley (1964), pode-se dizer que grande parte das regiões catarinenses apresenta uma combinação de três fatores essenciais – fatores físicos, biológicos e humanos –, que podem responder o porquê desta ou daquela região ser desenvolvida e industrializada. Isto é, nas regiões do Vale do Itajaí, Nordeste, Sul e Oeste de Santa Catarina coexistem os fatores físicos (paisagem da região e seus recursos naturais), biológicos (características biológicas do próprio homem) e humanos (forma de sociedade), sendo que esta combinação é liderada pelo homem e que a usa em seu favor para explorar e/ou desenvolver alguma atividade econômica (agricultura, indústria etc.).

Os fatores físicos destas regiões, em particular nos Vales Atlânticos como dos rios Itajaí-Açu, Itaperiú, Cachoeira e no Meio-Oeste como dos rios do Peixe e Uruguai, trouxeram dificuldades de explorar determinadas atividades agrícolas por causa de consideráveis acidentes geográficos, mas, que talvez por isso, direcionou quase todos os esforços e investimentos para as atividades do comércio e da indústria. Por sua vez, os fatores biológicos, que correspondem às características biológicas ou naturais do próprio homem. Dentre elas, pode-se destacar a forma de viver e se relacionar com os demais, a aptidão ao trabalho, a religiosidade, o empreendedorismo, a perseverança etc., características presentes na maioria dos imigrantes europeus que chegaram ao sul do Brasil, em especial aos de origem alemã que se estabeleceram nas regiões catarinenses em questão.

Boa parte destas características foi adquirida numa Europa em transição do Feudalismo para o Capitalismo e em pleno processo de

industrialização, sendo a Alemanha o principal país europeu precursor da Segunda Revolução Industrial. Toda esta bagagem de conhecimento e técnicas foi trazida com eles para cá e foram utilizados na implantação e desenvolvimento de novas atividades agrícolas, comerciais, artesanais e fabris. O hábito, costume e produção de cerveja foram trazidos e desenvolvidos por estes imigrantes e seus descendentes em solo catarinense. Por isto, tais regiões estiveram na dianteira no processo de industrialização catarinense, prosperaram em diversos setores industriais e despontam economicamente na atualidade.

Por fim, os fatores humanos dizem respeito ao tipo de sociedade implantada aqui em Santa Catarina. Mamigonian (1965) chama atenção à riqueza artesanal das regiões de colonização europeia devido ao tipo de modo de vida transplantado da Europa para cá, isto é, um modo de vida semi-industrial numa Europa em constante transformação da metade do século XIX. Os imigrantes europeus, especialmente os alemães, chegados a Santa Catarina na segunda metade do século XIX, contribuíram

[...] para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada e, por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva [com o restante do Brasil]. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes, que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 982).

Com exceções das regiões do Planalto Serrano, do Litoral e do Norte catarinense, que foram ocupadas e colonizadas por populações luso-brasileiras, as demais regiões catarinenses foram sendo ocupadas e

colonizadas ao longo dos séculos XIX e XX por imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses etc.), como será visto mais adiante.

Os primeiros imigrantes europeus se estabeleceram nestas regiões em pequenas propriedades voltadas à produção agrícola para a subsistência. Logo, passaram a comercializar seus produtos excedentes através do sistema colônia-venda, como afirmou Mamigonian (1965). Isto passou a criar novas relações de produção, agora capitalistas nas zonas de colonização europeia em Santa Catarina.

Entre essas novas relações de produção se insere a colonização de imigrantes europeus em pequenas propriedades familiares que acabaram permitindo o desenvolvimento de um novo e específico modo de acumulação privada do capital, na medida em que esse passava também a ocorrer a apropriação, na esfera da circulação, do excedente produzido não capitalistamente. (SILVEIRA, 2010, p. 63).

Para se ter uma ideia da importância da pequena propriedade mercantil, ao longo da história econômica de Santa Catarina houve uma nítida predominância do padrão de crescimento econômico catarinense baseado nela durante décadas. Ou seja, a pequena produção mercantil determinou o ritmo do desenvolvimento econômico catarinense, pois o capital-mercantil acumulado por ela acabou por transformar-se gradualmente em capital-industrial através dos excedentes gerados por ela num sistema colônia-venda estabelecido a partir da colonização europeia em Santa Catarina, inicialmente no Vale do Itajaí e região Nordeste e, posteriormente, nas regiões Sul e Oeste. Além dos setores tradicionais (têxtil e alimentício), a pequena produção mercantil se fez presente também nos setores mais dinâmicos da economia catarinense: eletrometalmecânico, cerâmico, papel e celulose, moveleiro, agroindustrial etc., pois eles nasceram da pequena produção, sendo que muitas das atuais grandes empresas catarinenses destes setores são resultantes desta estrutura, voltaram-se para o mercado nacional a partir da década de 1950 e, em muitos casos, conquistaram também grande destaque no mercado internacional. (MAMIGONIAN, 1965; GOULARTI FILHO, 2002).

Assim sendo, a formação socioeconômica e espacial de Santa Catarina ficou marcada pela pequena produção mercantil, que estabeleceu novos usos do território e ordenou a realidade socioeconômica e espacial catarinense. Mesmo que a pequena produção

mercantil não tenha abrangido a totalidade do território catarinense, ela foi decisiva ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas nas regiões, onde ela se fez presente, como foi visto anteriormente. Consequentemente, esta situação proporcionou a Santa Catarina uma condição diferenciada da maioria dos outros estados brasileiros, possibilitando, assim, o surgimento e desenvolvimento de novas atividades econômicas, em especial a indústria e, dentro dela, vários setores inexistentes até então no país, como os citados anteriormente.

Neste contexto, a indústria de alimentos e bebidas (conservas, cachaça, cerveja, banha, farinha etc.) foi certamente a pioneira a desenvolver-se e prosperar a partir da estrutura da pequena produção mercantil nas áreas de colonização europeia em Santa Catarina, ainda que de forma artesanal com sua produção familiar de fundo de quintal e em pequena escala. As cervejarias catarinenses, por sua vez, surgem desta mesma forma na metade do século XIX nas áreas colonizadas por imigrantes europeus, especialmente alemães, que trouxeram consigo o hábito de beber cerveja e as técnicas de produção da bebida e começaram a produzi-la assim que se estabeleceram em solo catarinense.

Observou-se, neste sentido, uma forte concentração de indústrias no Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, a grande região industrial alemã, segundo a definição geográfica de Mamigonian (1958), aglomerando atividades industriais de diversos setores produtivos nestas duas regiões com destaque para os setores eletrometalmecânico, têxtil, químico, moveleiro e alimentício, inclusive o setor cervejeiro – a principal razão para o foco deste estudo no setor cervejeiro nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense.

Santa Catarina, por sua vez, se destaca no cenário nacional por possuir 31 microcervejarias em atividade, conforme levantamento inicial nesta pesquisa. Elas produzem cervejas artesanais de vários estilos e sabores, suprimindo o mercado nacional com seus produtos diferenciados e inovadores. A maior parte das indústrias cervejeiras catarinenses está voltada à produção tanto de chope quanto de cerveja – a diferença básica entre eles é que a cerveja passa pelo processo de pasteurização e o chope não; sendo assim o chope geralmente é comercializado em barris e as cervejas em garrafas<sup>34</sup>. São fabricadas cervejas especiais de diferentes

---

<sup>34</sup> O processo de fabricação da cerveja ou brassagem consiste em seis processos consecutivos: moagem, cozimento, fervura, filtragem, pasteurização e envase. Os insumos, salvo exceções, são sempre os mesmos: água, malte, lúpulo e levedura. Mesmo sendo o mesmo processo de produção e os mesmos

estilos como Weizen, Pale Ale, Stout, Porter etc., indo muito além da consagrada Pilsen produzida e difundida em massa pelas grandes cervejarias.<sup>35</sup> Obviamente, elas são mais caras e raras que as tradicionais, mas vendem com certa facilidade por apresentar este amplo sortimento de estilos e sabores e também por atrair novos consumidores brasileiros de diferentes classes sociais, que agora podem comprar produtos novos, diferenciados, de maior qualidade e, conseqüentemente, mais caros, como é o caso das cervejas especiais.

A vocação para a produção de cerveja em Santa Catarina é certamente histórico-cultural, ou seja, os imigrantes alemães trouxeram a cultura da produção e do consumo da cerveja para cá. Obviamente, que existia cerveja anteriormente aqui, mas foram eles que fortaleceram tal atividade cultural e, logo, ela se transformou em atividade econômica com as primeiras fábricas de cerveja ainda no século XIX. Só para se ter uma ideia, a colônia de Joinville foi criada em 1851 e sua primeira cervejaria foi fundada já em 1852 pelo imigrante suíço Albrecht Schmalz<sup>36</sup>. Já a colônia Blumenau fundada em 1850, teve sua primeira cervejaria fundada ano de 1860 pelo imigrante alemão Heinrich Hosang<sup>37</sup>. Existem também outros dados bastante significativos sobre as

---

ingredientes, existe uma diferença conceitual entre cerveja e chope, que diz respeito ao processo de pasteurização. Ou seja, depois de produzido, o chope é logo envasado em barris e sua comercialização e consumo devem ser imediatos, geralmente em trinta dias, já que não passou pelo processo de pasteurização, o que elimina bactérias e prolonga a vida útil do produto. Por outro lado, a cerveja é pasteurizada, armazenada em garrafas e, assim, pode ser comercializada com uma maior validade. Portanto, os processos de produção do chope e da cerveja são iguais, somente os dois últimos processos (pasteurização e envase) são diferentes, o que, às vezes, pode interferir em questões como armazenamento, logística e distribuição diferenciados. Mesmo assim, será geralmente utilizado o termo cerveja aqui neste trabalho para referir-se a ambos, tanto a própria cerveja quanto o chope, por questões metodológicas. Os processos de produção de cerveja podem ser vistos no anexo C deste trabalho.

<sup>35</sup> Para conhecer os diferentes estilos de cerveja fabricados pelas cervejarias no mundo, consultar o Anexo D deste trabalho.

<sup>36</sup> A HISTÓRIA das antigas cervejarias. Disponível em: <<http://cervisiafilia.blogspot.com/>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2012.

<sup>37</sup> A ALEGRE e pitoresca história das cervejarias de Blumenau e seus folclóricos fundadores. Disponível em:

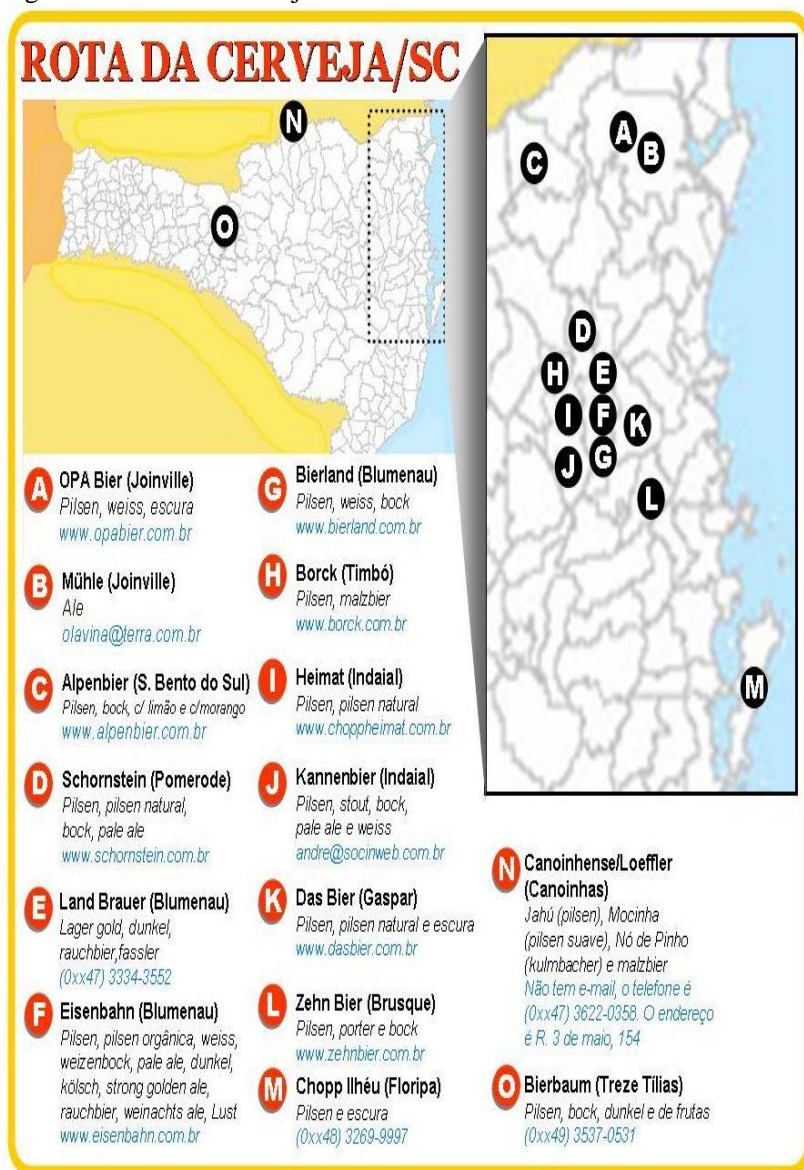
cervejarias de Blumenau. Segundo Kormann (1996), existiram em Blumenau nove cervejarias no período de 1883-1914. Existiam também cervejarias em menor número nas colônias alemãs de Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, provando que esta atividade econômica era bastante ativa e próspera nos anos seguintes da fundação destas colônias.

Apesar da tradição cervejeira herdada dos imigrantes alemães, Santa Catarina foi aos poucos deixando de lado esta tradição/atividade ao longo do século XX, a ponto de restar pouquíssimas fábricas em seu território no fim daquele período. Uma das principais causas foi, sem dúvida, o advento da Segunda Guerra Mundial, que limitou as importações de insumos e equipamentos para a produção de cerveja pelas fábricas catarinenses, já que quase todos os insumos eram importados da Europa, principalmente da Alemanha. Na época, houve também repressão e confisco de empreendimentos de imigrantes e descendentes alemães por parte do governo Getúlio Vargas (1930-1945) e algumas cervejarias, assim como empresas de outros ramos, foram abandonando as atividades e, aos poucos, desapareceram.

Contudo, houve um movimento contrário na última década do século XX e na primeira década do século XXI, quando passou a ocorrer o fenômeno das microcervejarias. Neste período, a atividade cervejeira ressurgiu com força e atingiu o *boom* nos anos 2000. O fenômeno está tomando proporções tão grandes recentemente, que o mapa da Figura 12 a seguir traz somente a localização de algumas das microcervejarias em Santa Catarina, enquanto outras tantas já surgiram e não aparecem nele por serem muito recentes ou, até então, desconhecidas.



Figura 12 - Rota da Cerveja em Santa Catarina



Fonte: ROTA da cerveja/SC. Disponível em: <http://latinhasdobob.zip.net/images/mapasc3.jpg>. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

As microcervejarias em Santa Catarina estão distribuídas por todas as regiões catarinenses e já somam 31 ao total. É oportuno destacar também que existe uma filial da *AmBev*<sup>38</sup> em Lages, no Planalto Serrano e a fábrica da *Kilsen*<sup>39</sup> em Chapecó, no Oeste. Ambas as cervejarias são de grande porte<sup>40</sup> e possuem uma escala de produção e amplitude muito maiores que as demais microcervejarias catarinenses.

---

<sup>38</sup> A filial da AmBev em Lages – SC era inicialmente uma filial da Brahma, inaugurada em 1994. Após a fusão da Brahma com a Antarctica em 1999, criando a AmBev, ela passou a ser controlada por esta. Atualmente, produz quase todo o rol de produtos produzidos pela AmBev. Fonte: AMURIM, Jaeder Ladislau. **A História da cerveja no Brasil**. Disponível em: <<http://www.marketingtradeshowsbrasil.com.br/index.php/a-historia-da-cerveja-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

<sup>39</sup> A Kilsen pertence ao Grupo Alibrás – Alimentos Brasileiros Ltda., fundado na cidade de Chapecó, região Oeste de Santa Catarina, em 1984. Iniciou suas atividades com o engarrafamento de aguardente. Logo, adquiriu a marca Quipo - existente desde 1956 - e passou a produzir também refrigerantes. Somente em 1995, a empresa voltou-se à produção de cerveja, nascendo assim a Cervejaria Kilsen Ltda. Com grandes investimentos em tecnologia, novas técnicas produtivas e alta qualidade de seus produtos, a Kilsen figura hoje como uma das melhores cervejarias do Brasil. Foi a primeira indústria do Sul brasileiro a engarrafar refrigerantes em embalagens descartáveis (garrafas pet) e cerveja em latas. Atualmente, produz as marcas de cerveja Kilsen, Kilsen Extra, Kilsen Malzbier, Plier sem Álcool, Plier Malzbier, Steinecker Bock, Steinecker Premium, Selki Export., Chope Kilsen em barril e garrafas de 600 e 1.000 ml, refrigerantes Quipo e energético Red Club, atendendo o mercado nacional e exportando, principalmente, para os Estados Unidos. Fonte: ALIBRÁS. Disponível em: <<http://www.alibras.ind.br/>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

<sup>40</sup> Ainda que estejam localizadas em Santa Catarina, a AmBev e a Kilsen (consideradas de grande porte) não farão parte deste estudo, pois o foco será dado às microcervejarias. No entanto, elas aparecerão esporadicamente ao longo do trabalho, contribuindo para exemplificar e caracterizar o setor cervejeiro nacional e catarinense, respectivamente, e para explorar outros fatores adjacentes, que fizeram com que elas se estabelecessem, no caso da AmBev, e surgissem aqui, no caso da Kilsen. Até por que elas devem ter sido beneficiadas com diferentes fatores (políticas públicas, incentivos fiscais, financiamentos etc.) e surgirem em contextos diferentes em comparação com as microcervejarias. Talvez por isto mesmo, elas sejam as duas únicas grandes cervejarias presentes em Santa Catarina.

Santa Catarina possui, portanto, 33 cervejarias em atividade no total atualmente. Além disto, conforme levantamentos feitos inicialmente nesta pesquisa, existem outros projetos de microcervejarias em desenvolvimento em diferentes regiões do estado, que devem entrar em operação em breve.

Com será visto mais adiante, como exceção de duas cervejarias, uma na região Norte e outra na Grande Florianópolis, todas as demais cervejarias catarinenses estão localizadas em áreas de colonização europeia e de pequena produção mercantil, principalmente nas regiões do Vale do Itajaí, Nordeste, Oeste e Sul de Santa Catarina. As regiões de colonização alemã se destacam com as cidades de Blumenau com quatro cervejarias, os arredores de Blumenau com Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó com uma cervejaria cada uma delas, Jaraguá do Sul com duas e Joinville também com duas cervejarias. Além destas, existem outras cidades em outras regiões, que também se destacam por ter a mesma origem na pequena produção mercantil e negócio familiar de descendentes de europeus como Chapecó, Concórdia, Piratuba e Treze Tílias e Videira na região Oeste e, na região Sul, Criciúma e Forquilha, todas estas cidades com uma cervejaria cada.

Portanto, as cervejarias surgiram e se desenvolveram em todas as regiões de Santa Catarina, mas com maior intensidade e destaque para as regiões de formação socioespacial diferenciada, baseada na pequena produção mercantil e de colonização europeia. Tais características comprovam os laços entre tais fatores com o setor cervejeiro catarinense e destacam nacionalmente Santa Catarina no contexto nacional no que diz respeito à produção de cervejas especiais por suas microcervejarias.

Após descrever a história da cerveja e das cervejarias em Santa Catarina e analisar seus principais fatores, convém ressaltar e apresentar no próximo capítulo outro agente essencial ao desenvolvimento do setor industrial catarinense como um todo: o Estado. Com isto, pretende-se destacar a importância do seu papel, seja no desenvolvimento industrial nacional e estadual ou, ainda, no que diz respeito às suas políticas industriais e meios de financiamentos para o setor industrial no geral, apresentando, sempre que possível, fatos e impactos desta ação estatal ao setor cervejeiro nacional e catarinense.

#### 4. O Estado e a Indústria Cervejeira em Santa Catarina<sup>41</sup>

Existem várias concepções teóricas e contradições acerca do Estado e seu papel no desenvolvimento econômico de um país e/ou região, que foram sendo moldadas e modificadas durante as distintas fases de desenvolvimento do sistema capitalista mundial e que lhe conferiram diferentes funções e atribuições em determinados momentos ao longo de sua história. Tais fases são caracterizadas basicamente por uma maior ou menor intervenção do Estado numa determinada economia nacional, sendo ela decorrente de vários fatores sócio-político-econômicos.

Diante do tema do presente trabalho, que trata das microcervejarias em Santa Catarina, estabeleceu-se como objetivo aqui identificar e analisar o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico catarinense, em especial no diz respeito ao surgimento e estabelecimento do setor cervejeiro estadual. Por vez, a atuação do Estado neste sentido se mostrou contraditória e contestada em função de suas políticas públicas, mas que, de alguma maneira ou outra, procurou diferentes meios e soluções para contribuir ao processo de desenvolvimento socioeconômico catarinense nas suas diferentes etapas, não sendo muito diferente de outros Estados que também intervieram em suas economias com o mesmo objetivo.

##### 4.1 O Conceito de Estado

Primeiramente, convém-se discutir um pouco sobre o conceito de Estado, com o qual será trabalhado, destacando seu papel no desenvolvimento socioeconômico, sua relação no processo de acumulação e reprodução de capital e, por fim, sua relação com o setor cervejeiro catarinense ao longo de sua história.

Neste trabalho, portanto, o Estado será considerado o governo – mais especificamente o Poder Executivo –, como instituição provedora de políticas públicas, que objetivam a melhoria geral e o

---

<sup>41</sup> Este capítulo resulta, em partes, de um artigo meu intitulado *O Papel do Estado de Santa Catarina no desenvolvimento econômico catarinense*, que foi apresentado no VII Fórum Capital, Estado, Trabalho. São Cristóvão/SE, Universidade Federal de Sergipe em agosto de 2011 e, posteriormente, publicado em seu respectivo anais.

desenvolvimento das condições socioeconômicas de um país, região, estado ou município. Seguindo Ianni (1996, p. 19, grifo do autor), “[...] o Poder executivo se confunde com o *governo*. Isto é, sempre que o governo atua, nesta ou naquela esfera do sistema econômico, estamos em face de uma atividade concreta (e às vezes exclusiva) do Executivo”. Assim sendo, as ações dos governos na economia dependem, quase que exclusivamente, de iniciativas tomadas e desencadeadas por seus governantes, seja ele presidente, governador ou prefeito, dependendo de sua esfera política de atuação. Isso só foi possível após a década de 1930, quando o Executivo se tornou hegemônico no âmbito do Estado brasileiro, visto que,

Em geral, o Executivo dispunha de bases constitucionais, recursos financeiros, condições organizatórias e pessoal especializado para atuar. Assim, ele podia modificar ou propor novos objetivos, diretrizes, técnicas e órgãos relativos às relações e estruturas econômicas do País. Seja quanto aos diversos setores econômicos (agricultura, mineração, indústrias, comércio, moeda) seja quanto às várias forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho), o Executivo sempre desfrutou de ampla capacidade e margem de ação. (*Ib.*, p. 19).

Diante disto e também para fins desta pesquisa, o Estado a ser levado em conta aqui será o Governo do Estado de Santa Catarina, mais especificamente o Poder Executivo, independentemente de suas diferentes concepções e nomenclaturas ao longo dos séculos da história catarinense, podendo aparecer como província, estado, governo, Poder Executivo, poder público etc. O importante é destacar que todos eles se referem ao mesmo conceito, ou seja, o Estado de Santa Catarina. Obviamente, que o Estado brasileiro, ou seja, o Governo Federal aparecerá ao longo do trabalho, visto que sua atuação também se dá muitas vezes através da atuação e sincronia com aquele. Desta forma, a atuação do Governo Federal permeará e/ou norteará a atuação do Governo Estadual, tornando-se necessária sua enunciação e contextualização em determinadas políticas públicas voltadas ao setor industrial nacional, voltando-se a análise aqui mais ao setor cervejeiro nacional e, conseqüentemente, ao setor cervejeiro estadual.

Ao longo da história do capitalismo, persiste a questão: o Estado

deve ou não atuar e intervir na economia? Uma questão levada a cabo por séculos, ocorrendo, em vários momentos da história, a coexistência de diferentes vertentes do pensamento econômico e seus teóricos travando verdadeiros duelos para defender e/ou repudiar a ideia do outro. Segundo Corazza (1981), alguns teóricos veem a intervenção estatal na economia como perturbadora do funcionamento da economia de mercado, enquanto outros defendem a ideia de um Estado dotado de autonomia, vontade e poder de intervenção ilimitados, isto é, um Estado que atua onde, como, quando e até o ponto que desejar, destacando-se aqui as atividades governamentais (políticas públicas), que acabam por formar as bases e oferecer as condições necessárias ao processo de acumulação e reprodução de capital por parte dos empresários numa dada economia nacional.

No capitalismo mundial, ocorreram alguns períodos, nos quais o Estado desempenhou um importante papel no estabelecimento e desenvolvimento das forças capitalistas em determinados países e sua atuação foi condição *sine qua non* para este processo. Por outro lado, existiram outros períodos, em que o Estado foi um mero coadjuvante e sua participação neste processo foi reduzida ao máximo – o chamado Estado mínimo –, tendência ainda defendida atualmente pelo neoliberalismo econômico, quando o mercado, não mais o Estado, seria o regulador da economia – o famoso *laissez-faire*. Por outro lado, a maioria dos Estados capitalistas modernos passou também por momentos críticos e extremamente difíceis em sua história econômica, sendo que, por vezes, passaram a adotar uma postura voltada ao protecionismo de suas economias nacionais. Tal pressuposto era defendido e aplicado por vários países durante alguns anos ou mesmo décadas, apesar das críticas liberais e neoliberais acerca do livre comércio entre os países capitalistas e do *laissez-faire*, para proteger sua indústria nascente de concorrentes já consolidados de outros países e/ou também para preservar alguns setores econômicos considerados estratégicos em função de seus interesses nacionais.

No caso do Brasil, as medidas intervencionistas, no entanto, já eram muito adotadas pelos governantes brasileiros, desde a época do Império e, com mais força e frequência, a partir da instauração da República em 1889. Ianni (*Ib.*, p. 55) destaca isto e enfatiza, também, as razões pela quais a intervenção estatal na economia brasileira ocorria.

Desde o princípio do século XX, o poder público passara a adotar diretrizes cada vez mais elaboradas e tecnicamente mais rigorosas para

fazer face a problemas tais como os seguintes: proteger ou estimular os setores econômicos já instalados da economia nacional; formalizar o mercado de fatores de produção; e, também, controlar as relações sociais de produção.

Seguindo estes preceitos, um dos períodos de maior destaque, no que se refere à atuação do Estado na economia, foi durante a depressão dos anos 1930, quando, após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, o sistema capitalista mundial entrou numa profunda crise. Num ambiente bastante caótico (inflação, desemprego, miséria etc.), discutiam-se alternativas e formas de superar tal fenômeno. Um delas, apresentada e defendida pelo economista inglês John Maynard Keynes, foi levada a cabo por muitos países capitalistas, como EUA e Brasil, por exemplo. Sua proposta surpreendeu o pensamento econômico até então, ao propor um Estado essencialmente intervencionista na economia, sendo ele o seu principal propulsor a partir de pesados investimentos (gastos públicos) em infraestrutura e políticas públicas direcionadas ao crescimento econômico e estabilidade social.

O keynesianismo, como ficou conhecido, contribuiu para superar esta terrível crise, proporcionar crescimento econômico em vários países e, por fim, salvar o sistema capitalista mundial. Diante disto, o intervencionismo estatal nas economias nacionais estabeleceu, assim, e tende a estabelecer continuamente novos parâmetros na relação trabalho e capital, que se transformam constante e rapidamente e acabam por vigorar no sistema capitalista mundial.

[...] no importante período de políticas keynesianas e de *welfare state*, a mediação do Estado se encarregou de construir uma nova relação entre trabalho e capital. Na verdade, muitas vezes esta relação foi mais que mediada; foi assumida pelo Estado. (GURGEL, s. d., p. 7).

Por conseguinte, o Estado se transformou num agente facilitador do processo de desenvolvimento econômico, beneficiando principalmente os detentores dos bens de produção – os empresários –, que puderam acumular e reproduzir constante e incessantemente seu capital através de grandes facilidades e benefícios (financiamentos, crédito, infraestrutura, isenção fiscal etc.) proporcionados pelo Estado.

Durante a Era Vargas (1930-1945), especialmente no período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), o ímpeto nacionalista e

intervencionista do Estado brasileiro foi reforçado, visto que, conforme Ianni (1996, p. 57), “[...] o Estado estava sendo preparado para assumir funções econômicas mais complexas e ativas.” Neste sentido, a Constituição Federal de 1937 veio amparar legalmente e enunciar publicamente “[...] a possibilidade de atuação do poder público em qualquer esfera da Economia”. (*Ib.*, p. 57). Tal ação visava, acima de tudo, obter soluções aos seguintes problemas da economia brasileira:

[...] a possibilidade de gestão direta, por parte do poder público; as ‘razões de Estado’ impondo-se sobre os conflitos entre capital e trabalho, para defender os interesses superiores da Nação; e a necessidade de estabelecerem-se as normas adequadas ao funcionamento mais eficiente dos mercados de capital e força de trabalho, isto é, os fatores de produção. (*Ib.*, p. 57-58).

A partir disto, ocorre um maior acirramento do conflito entre capital e trabalho, onde a classe trabalhadora, pouco beneficiada com tais medidas implantadas pelo Estado sob mando do sistema capitalista, rebela-se frequentemente contra seus patrões através de suas greves e protestos por melhores salários e condições de trabalho. Por sua vez, a teoria marxista explica a origem destas tensões, pois, segundo Corazza (1989, p. 206), “[...] é no movimento de reprodução do capital que se forjam as classes sociais e o próprio Estado”. Por sua vez, tal processo é bastante tenso e conflituoso, resultando nas constantes lutas de classes (proletários *versus* proletariados), enunciadas por Marx (1988) sob a égide do sistema capitalista.

Consequentemente, as circunstâncias e as necessidades das transformações nas relações envolvendo sociedade, Estado, capital e trabalho são bastante claras, pois, quando a realidade muda, as relações entre seus atores também mudam. Sobre isto, destaca Ianni (*Ib.*, p. 58), que

A medida que se expandiam o setor terciário urbano e a industrialização incipiente, aumentava a classe média, o proletariado e a burguesia industrial. Em consequência, surgiam novos interesses econômicos, sociais e políticos. Conforme se intensificava a divisão social do trabalho e diversificava-se a sociedade urbana, o Estado era levado a defrontar-se com problemas



e dilemas novos e, muitas vezes, mais complexos.

No atual ambiente internacional conturbado, como visto anteriormente, se o neoliberalismo tenta apregoar a não intervenção do Estado na economia capitalista por um lado, tem-se, por outro lado, a defesa da intervenção estatal na economia. Poder-se-ia dizer, que a intervenção do Estado na economia é, na maioria das vezes, extremamente necessária e indiscutível, pois o que se vê é a incapacidade autorregulatória do mercado em ajustar por si só toda a economia, sendo o Estado visto como o mediador e, ao mesmo tempo, agente no processo de desenvolvimento socioeconômico de uma nação ou região. Além disto, “É óbvio que o Estado era levado a atuar sempre que surgiam as crises econômicas, financeiras e trabalhistas”. (*Ib.*, p. 58).

Nestes momentos de crises e instabilidades no sistema econômico nacional, a intervenção do Estado na economia ocorre por dois meios: direta ou indiretamente. No capitalismo contemporâneo, segundo Villarreal (1984, p. 86), a intervenção estatal direta na economia nacional diz respeito aos investimentos públicos e às empresas públicas, já a intervenção indireta se refere à política econômica (fiscal, monetária, industrial etc.). Ambas as intervenções podem ocorrer de forma isolada ou em conjunto, tendo como pano de fundo uma economia mista, onde o Estado é considerado um agente econômico atuante na economia, assim como as empresas privadas. O fato é que o capitalismo não funciona sem o Estado, o que varia é somente a definição de seu papel em algum determinado estágio do desenvolvimento capitalista.

Conforme Reis (1996, p. 9), portanto,

[...] as funções deste Estado com a economia têm a ver com a regulação macroeconômica, mas num sentido substancialmente mais largo do que aquele que a macroeconomia keynesiana lhe atribuía. [...], direi que o pressuposto mais óbvio do estudo das relações do Estado com a economia é que aquele desempenha funções de reprodução do sistema econômico: isto é, o Estado concorre, por um lado, para que o regime de acumulação em vigor tenha estabilidade e coerência (o que significa ações de enquadramento da produção e do consumo, a

consagração de padrões gerais de comportamento económico e uma determinada relação com os actores sociais) e assegura, por outro lado, funções de integração institucional e de coesão social que são relevantes para o funcionamento da economia. Estado da regulação económica (enquanto coordenador das relações macroeconómicas que estabilizam o regime de acumulação); Estado da coesão social e do [sic] coordenação institucional (enquanto gestor de políticas sociais e mediador e parceiro das relações entre actores económicos e sociais): eis, pois, duas esferas de acção do Estado na economia que se podem imediatamente identificar [: economia e sociedade].

Como complementa Corazza (1989, p. 189), por conseguinte,

[...] o Estado se constitui em instância reguladora necessária de seu processo de acumulação [de capital por partes das empresas]. [...] O comprometimento decisivo com os destinos da acumulação de capital passa a constituir-se em elemento definatório da própria natureza estatal e delimita, ao mesmo tempo, o espaço de movimentação do próprio Estado.

Finalmente, deve-se ainda levar em consideração, que a presença do Estado na economia, além de garantir as bases do regime de acumulação e reprodução de capital no sistema capitalista, se dá também por outro meio. Ou seja, a despesa pública. Só para se ter uma ideia de sua importância às economias nacionais em determinados países, segundo Bonelli (2009, p. 56), a despesa pública do Governo do Brasil, por exemplo, representou em média 41,18 % do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período 1998-2003, incluindo os gastos de diversas áreas como consumo (do próprio governo), saúde, educação, subsídios, seguridade social etc.

De facto, muitas das acções estatais são provisão pública de bens e serviços ou provisão pública de meios pessoais para o exercício de direitos de subsistência. O que quer significar que o Estado garante capital fixo social, disponibiliza serviços e forma rendimentos através de transferências em

dinheiro ou em espécie. Para além de que o Estado tem um aparelho administrativo através do qual é agente de criação de emprego. Todas estas funções se representam em despesa pública. E a despesa pública é hoje em muitas economias uma percentagem muito significativa do PIB. É, então, legítimo dizer-se que uma das facetas principais da relação do Estado com a economia é a sua própria presença *na* economia, através dos meios que movimenta sob a forma de despesa. (REIS, 1996, p. 17).

Num breve resumo, o papel do Estado na economia pode ser compreendido a partir de suas distintas funções na atualidade, que lhe são atribuídas pelo atual sistema capitalista. Baseando-se em Villarreal (1984, p. 86), o Estado deve ser ao mesmo tempo, planejador, investidor, empresário, banco, promotor, regulador e benfeitor. Seu papel tende desta forma, a tornar-se cada vez mais importante, buscando, através de sua intervenção na economia e sociedade, proporcionar um amplo desenvolvimento socioeconômico da nação.

Visto que o presente trabalho trata da análise de um setor industrial específico, no caso as microcervejarias catarinenses, o Estado teve e tem, portanto, um papel fundamental neste processo e influencia direta e indiretamente a promoção do desenvolvimento econômico através de diversas políticas industriais, que estimulam importantes setores econômicos de um determinado país e/ou região ao longo de sua história. Neste sentido, o Estado age “Tanto por suas ações quanto por suas omissões em proteger ou estimular a indústria nacional” (SIEBERT, 2006, p. 46).

Em termos gerais, segundo Siebert (*Ib.*), o Estado pratica as seguintes medidas para promover o desenvolvimento industrial como um todo:

No plano macroeconômico, tratando a economia como um todo, as políticas de câmbio, controle de importações, estímulo a exportações, tarifas de exportação e importação, taxas de juros e estabilização monetária têm efeito direto no desempenho das indústrias. No plano microeconômico, temos, de forma mais seletiva, as linhas de financiamento para os setores industriais, os incentivos fiscais (isenção de impostos – renúncia fiscal) e físicos (terreno,

terraplanagem e edificação).

Neste contexto, conforme Cruz *apud* Siebert (*Ib.*),

Ao escolher setores estratégicos ou regiões para investir, ao prover – ou não – a infraestrutura necessária ao desenvolvimento, o Estado atua, intrinsecamente, na reconfiguração do território, pois quando articula de forma coerente e intencional em um conjunto de intervenções voltadas ao desenvolvimento industrial, a ação do Estado constitui uma Política Industrial, que pode promover um setor industrial ou uma região.

É neste sentido, portanto, que o Estado será compreendido e considerado aqui para o caso de Santa Catarina: como um agente responsável por prover, incentivar, fomentar e organizar a ocupação populacional e o reordenamento econômico de seu território por um lado, e, por outro lado, por beneficiar a acumulação e reprodução de capital por determinados grupos industriais e comerciais dos mais diversos setores econômicos catarinenses, que se aproveita(ra)m desta situação para criar, fortalecer e expandir seus negócios.

Atualmente, estes grupos industriais representam grandes empresas catarinenses, que se tornaram, em muitos casos, oligopólios e conglomerados multinacionais em seus respectivos setores. Isto se deu graças ao empreendedorismo de seus capitalistas num modelo schumpeteriano, por um lado, e ao incondicional apoio do Estado num modelo keynesiano para promover uma maior acumulação e reprodução de capital e permitir a criação de condições favoráveis para o crescimento de seus próprios negócios, por outro lado.

Como, quando e quais resultados e funções foram obtidos deste processo desempenhados pelo Estado em Santa Catarina serão discutidos a seguir, a partir da elaboração de um histórico socioeconômico de Santa Catarina, da discussão e análise de seus principais antecedentes históricos, fatos políticos e implicações regionais.

## **4.2 O Estado e o Desenvolvimento Econômico Catarinense**

Quanto ao papel do Estado na economia de Santa Catarina, ele teve diferenciadas atuações e apresentou diferentes etapas ao longo dos

séculos, desde a época do Império português até a contemporaneidade. Para melhor compreendê-lo e analisá-lo, a análise será dividida em três distintas fases do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, contendo cada um deles suas peculiaridades e implicações, que coincidem com as etapas do processo de industrialização catarinense. Segundo Silva (2003), a primeira fase é da gênese industrial entre 1880 até a Primeira Guerra Mundial; a segunda fase corresponde à consolidação industrial no período do entre Guerras (décadas de 1920 e 1930); e, por último, a terceira fase inicia com a expansão e diversificação do parque industrial catarinense no pós Segunda Guerra Mundial até a atualidade.

Por se tratar de períodos e contextos distintos, serão apresentadas e discutidas algumas de suas peculiaridades, em especial no que diz respeito ao papel do estado de Santa Catarina no reordenamento socioeconômico de seu território, na industrialização do Estado, na acumulação e reprodução de capital por partes das empresas e no desenvolvimento socioeconômico catarinense nestes três distintas fases de sua recente e próspera história.

Em destaque aqui, estará o setor cervejeiro, objeto de estudo do presente trabalho, a partir do qual serão empregados alguns exemplos, sempre que possível, para elucidar a questão. Evidentemente, outros setores industriais aparecerão ao longo do trabalho para melhor exemplificar e contextualizar a atuação do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro e, mais especificamente, catarinense.

#### **4.2.1 A Ocupação do Território e a Formação Capitalista Catarinense**

Ainda sob os domínios do Império de Portugal, existiam na então Província de Santa Catarina apenas populações indígenas espalhadas pela imensidão de seu território e alguns poucos habitantes brancos ou caboclos em alguns vales próximos ao Litoral. Não havia uma economia estruturada, predominando algumas culturas de subsistência e o extrativismo vegetal. Assim como muitas outras províncias brasileiras durante o período colonial, havia a necessidade de colonizar, fortificar e garantir de fato este território e inseri-lo no contexto socioeconômico brasileiro, segundo pretensões do governo imperial.

Neste sentido, por volta do ano de 1750 começaram a aportar aqui imigrantes dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, territórios ultramarinos portugueses localizados no meio do Oceano Atlântico, para povoar inicialmente o litoral catarinense. Começaram a cultivar a terra

em pequenos lotes cedidos pelos governos imperial e provincial, ainda que para sua própria subsistência, baseada na produção de farinha de mandioca e da pesca artesanal. Este sistema instituiu à região um modo de produção pré-capitalista<sup>42</sup> próprio e, aos poucos, foi se integrando ao sistema econômico imperial através do comércio de excedentes agrícolas. Efetivamente, tem-se aqui, portanto, o primeiro reordenamento territorial realizado pelo Estado português, diga-se de passagem, e reorganização da economia e sociedade no território catarinense. Tal fato pode ser facilmente percebido ainda hoje no litoral catarinense, seja por suas inúmeras fortificações portuguesas, população residente de origem açoriana e madeirense, território configurado em pequenas propriedades ou ainda pela forte atividade pesqueira na região.

A culminância de vários fatores sócio-político-econômicos transformou profundamente a realidade brasileira ao longo do século XIX. Dentre eles, destacam-se a Independência do Brasil em 1822, desvinculando progressivamente o país da metrópole portuguesa e conferindo-lhe poder político independente para tratar de seus próprios assuntos; a Lei de Terras de 1850, que possibilitou a aquisição de terras brasileiras através de contratos de compra e venda, inclusive por estrangeiros; a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibiu o tráfico de escravos africanos, o que viria a resultar numa escassez de mão de obra no país e também anos depois culminaria na Abolição da Escravatura em 1888; e, por fim, a chegada em massa de contingentes de imigrantes europeus ao país para trabalhar como mão de obra assalariada nas plantações de café em São Paulo e nas terras desocupadas no Sul do país.

Não obstante, deve-se destacar acima de tudo, que esta culminância de diferentes fatores foi fundamental para consolidar as

---

<sup>42</sup> Chamarei de relações pré-capitalistas neste período, pois não se pode chamar propriamente de capitalismo o sistema econômico que ainda estava em fase de desenvolvimento em Santa Catarina a partir da metade do século XVIII e começo do XIX, pois o processo ainda era muito incipiente, se comparado ao do centro capitalista (Inglaterra) no mesmo período. Eram, entretanto, as primeiras relações pré-capitalistas, que estavam surgindo aqui neste momento com chegada dos imigrantes europeus e o estabelecimento de um novo modo de produção, baseado na agricultura de subsistência, produção de farinha de mandioca, pesca artesanal e, com o passar dos anos, um comércio de excedentes exportados para outras províncias brasileiras e também para a metrópole portuguesa.

bases capitalistas no Brasil. Para fins deste trabalho, o mais importante deles foi, talvez, a incorporação destes imigrantes europeus à sociedade e economia do Brasil, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, onde eles foram assentados em sua maioria e passaram a viver e transformar as relações socioeconômicas no país.

Tal fenômeno somente foi possível pela convergência de alguns fatores:

Os condicionantes econômicos (necessidade de substituição de mão de obra) e os interesses ideológicos (branqueamento da jovem nação brasileira) são as usas determinantes que explicam a emergência da imigração no século XIX. (OLIVEIRA; SALOMON, 2010, p. 9).

Neste contexto, a política de ocupação de terras e imigração estrangeira começaram a ganhar ainda mais força após 1850, quando, sob o respaldo da Lei de Terras, tanto o Império do Brasil quanto a Província de Santa Catarina passaram a incentivar a vinda de mais estrangeiros, principalmente europeus vindos da Alemanha, Itália, Polônia etc., para ocupar áreas ainda desabitadas e garantir desta forma o domínio sobre elas. As regiões, que mais receberam tais imigrantes europeus num primeiro momento, foram os vales litorâneos das atuais regiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Sul e Nordeste catarinenses.

Durante a fase inicial de implantação da indústria em Santa Catarina no final do século XIX, os governos tanto o provincial quanto o imperial não se fizeram presente diretamente no processo de industrialização catarinense, até porque esta tarefa foi incumbida aos empreendedores locais, como será visto em seguida. O governo catarinense estava ligado às elites estabelecidas no litoral, esquecendo-se de certa forma das regiões interioranas do território catarinense, onde, não obstante, viriam a surgir as primeiras indústrias.

Se nem o Governo Imperial brasileiro e, conseqüentemente, nem o provincial catarinense não tiveram participação direta no processo de implantação das primeiras indústrias catarinenses, eles tiveram, por outro lado, um papel muito importante ao criar as bases de acumulação capitalista ainda nesta época, ao determinar a substituição da mão de obra escrava pela europeia, implantando em algumas regiões brasileiras mão de obra assalariada ou livre voltada à produção para o mercado interno; na distribuição de terras a muitos destes colonizadores,

contribuindo para ocupar terras devolutas e para implantar áreas de pequenas propriedades privadas (minifúndio); e, por fim, na criação de condições voltadas ao lucro destes pequenos produtores através da venda do seu próprio trabalho e/ou o comércio de produtos excedentes de suas propriedades na região, as chamadas pequenas propriedades mercantis rurais vistas no capítulo anterior.

Com passar de alguns anos, alguns destes colonos-agricultores conseguiram acumular capital suficiente para investir em outras atividades. O comércio import/export foi a primeira delas, estruturando o sistema colônia-venda, visto anteriormente. Alguns anos depois, no entanto, muitos comerciantes conseguiram reproduzir consideravelmente seu capital aplicado no comércio e partiram para outra atividade: a indústria. As regiões de colonização alemã do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense foram as precursoras do processo de industrialização em Santa Catarina. Com isto, a economia catarinense entra na sua primeira fase: a gênese industrial, que corresponde ao período entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. Ela caracteriza-se, segundo Silva (2003, p. 168), por:

a) o auge da pequena produção mercantil, que permitiu gerar excedentes transferidos para a atividade industrial a partir da iniciativa de agricultores [...], artesões [...] e pequenos comerciantes; b) rendimentos agrícolas que principiavam uma curva descendente, dada a aplicação do sistema de rotação de terras a uma velocidade desconforme e à inexistência de um mercado urbano de dimensões tais que permitisse a valorização dos produtos agrícolas; c) preços relativos em condições favoráveis, refletindo a crise de longa duração da economia mundial (1873-1896), que deprimindo o comércio internacional (café), criava tanto barreiras naturais aos importados quanto aquelas levada a efeito por aumento das tarifas alfandegárias (década de 1880) e desvalorização cambial (entre 1880 e 1886 e durante toda a década de 1890, compensando a redução na proteção tarifária).

Foi nesta época, portanto, no fim do século XIX e início do século XX, que, conforme Cunha (2000), foi um período divisor de águas, ou seja, quando as atividades artesanais transformaram-se agora em atividades fabris. Como consequência deste processo, surgiram as



primeiras indústrias em Santa Catarina. Tal fato viria a modificar profunda e definitivamente a dinâmica regional a partir desta nova atividade econômica, onde ela viesse a implantar-se, como será visto mais adiante a partir do caso do setor cervejeiro catarinense.

Já existiam grandes estabelecimentos industriais, produzindo em larga escala e utilizando mão de obra assalariada, já nos moldes do capitalismo europeu.

O ramo mais saliente e que manifestava nítidas características do capitalismo industrial era o de têxteis, que englobava três estabelecimentos, ocupando 50 e[ou] mais pessoas, sendo que um deles mobilizava mais de 100 trabalhadores. (*Ib.*, p. 289).

As primeiras grandes indústrias têxteis catarinenses foram fundadas neste período: *Hering* em 1880, *Karsten* em 1882, ambas em Blumenau, e *Döhler* em 1881, em Joinville. Coincidentemente ou não, elas surgiram nas principais regiões beneficiadas pelas políticas colonizadoras adotadas pelos governos da Província de Santa Catarina e do Império do Brasil décadas antes. A saber, o Vale do Itajaí, com destaque para os atuais municípios de Blumenau, Brusque e Rio do Sul, o Vale do Itapocú, com Jaraguá do Sul, e o Norte catarinense, com destaque para Joinville e São Bento do Sul, que hoje são as principais regiões industriais e concentram boa parte das empresas catarinenses.

Neste mesmo período, ocorriam a dissolução do Império e a instauração da República em 1889 e, a partir disto,

[...] os problemas econômico-financeiros criados pelo novo regime exigiram a aplicação de políticas tributárias que oneravam as importações [...] e estimularam a substituição de bens do Exterior pelos produzidos no País. (*Ib.*, p. 285).

Tal postura foi percebida em Santa Catarina de várias formas. Por um lado, isso incentivava a produção interna destes bens pela dificuldade de importação, o que beneficiou o surgimento dos primeiros empreendimentos industriais catarinenses, como já visto anteriormente, para abastecer os mercados regional e nacional principalmente. Por outro lado, impediu a importação de algumas máquinas e equipamentos necessários à instalação e ampliação destas mesmas indústrias.

Apesar de uma participação relativamente ativa do Estado de

Santa Catarina na política de colonização por imigrantes europeus de seu território e, por conseguinte, no reordenamento da economia e sociedade catarinenses no século XIX,

Na virada para o século XX, o Estado [ainda] possuía vastos espaços territoriais com ocupação rarefeita e posse indefinida. A população de 320 mil habitantes concentrava-se nas faixas litorâneas e nos vales dos rios que deságuam no Atlântico, distribuídos num território legalmente definido de 67.000 km<sup>2</sup>, pois os litígios com o Paraná deixavam em suspenso o direito sobre 30% da atual área do Estado. (*Ib.*, p. 287).

Portanto, houve certa ausência da atuação do Estado (poder público), tanto pela esfera federal quanto estadual, que não deu conta de incorporar estas áreas ainda não integradas à economia catarinense e brasileira, como pôde ser visto acima, que só foram incorporadas anos mais tarde e, geralmente, pela iniciativa privada através das companhias colonizadoras, que contaram apenas com concessões do governo estadual para explorar tais áreas. Desta forma, boa parte do território do atual estado de Santa Catarina era pouco conhecido e desprovido de atividades econômicas até o início do século XX.

Além disto, nota-se, que o Estado não foi também capaz de prover infraestruturas para estas indústrias nascentes, a ponto de ficar a cargo novamente da iniciativa privada, geralmente associada com o empresariado e capital locais e, em alguns casos, internacionais, mas quase nunca associados com os Estados brasileiro ou catarinense. Eis alguns exemplos disto.

Os primeiros anos do século XX registraram avanços significativos no perfil infra-estrutural do Estado [de Santa Catarina]: · no campo energético foram construídas usinas hidrelétricas em Joinville e Blumenau, em 1909, e, em Brusque em 1913, idealizadas e implantadas por empresários locais; · a implantação de uma malha ferroviária, com a entrada em operação da Estrada de Ferro Santa Catarina, ligando Blumenau a Ibirama, em 1910; · a implantação do trecho catarinense da ferrovia São Paulo – Rio Grande, do empresário americano Percival Farquhard, um dos maiores investidores

internacionais da época; e, o início de operação, na primeira década do século passado, do ramal ferroviário inicialmente de Joinville a São Francisco e depois até Porto União. (*Ib.*, p. 289).

A demora na implantação de políticas públicas voltadas à indústria na maioria das regiões de Santa Catarina, principalmente nas de colonização alemã no Vale do Itajaí e no Nordeste catarinense, incentivou um movimento dos próprios empresários na busca por melhores condições e aportes para seus empreendimentos. Diante desta situação, alguns empresários, destacando novamente o espírito empreendedor schumpeteriano em especial do empresário-imigrante alemão, tomaram importantes e decisivas iniciativas para criar linhas de crédito para investimentos, financiamentos e infraestruturas nestas regiões, garantindo assim a sustentabilidade de seus empreendimentos e a prosperidade socioeconômica destas regiões na virada do século XIX para o século XX. Entre as principais iniciativas estão a criação de companhias de navegação pelo Rio Itajaí-Açu, a construção de ferrovias de ligação entre as cidades e os portos de Itajaí ou São Francisco do Sul, a criação de casas bancárias ou sociedades de crédito, a instalação de pequenas usinas hidrelétricas etc., como visto no exemplo anterior. Estes novos empreendimentos foram, portanto, praticamente financiados e liderados pelos próprios empresários-imigrantes, que viam nestas ações um complemento para as atividades industriais da região e que o Estado deixou de lhes proporcionar.

De qualquer maneira, passado o primórdio da industrialização, viu-se um fortalecimento e a consolidação das pequenas e médias empresas nestas regiões de colonização europeia, especialmente nas regiões de colonização alemã de Blumenau, Joinville e seus arredores. Em outras palavras, as empresas conseguiram acumular inicialmente novos capitais a partir da atividade industrial e reproduzi-los novamente com investimentos privados em seus próprios estabelecimentos ou ainda associados em outros negócios. Logo, pode-se dizer, que ocorreu, como consequência disto, a “[...] consolidação dos investimentos executados no primeiro período da industrialização catarinense”. (*Ib.*, p. 291).

Portanto, a economia industrial catarinense entrara em sua segunda fase no período do entre Guerras, que corresponde, segundo Silva (2003, p. 168),

[...] ao período de consolidação da indústria têxtil, à capitalização da agricultura e à expansão

da indústria metal-mecânica. As têxteis, que contando com uma importante integração técnica já haviam alcançado o mercado nacional antes mesmo da Primeira Guerra, agora passam a lançar seus excedentes na capitalização da agricultura regional, incentivando os colonos a se dedicarem às culturas industriais [...] [muito provavelmente por meio de investimentos na fundação de novos negócios], o que tem por efeito a expansão da própria indústria metal-mecânica, que invariavelmente encontrou na agricultura um importante mercado inicial [...] [passando a produzir, em muitos casos, utensílios e equipamentos agrícolas].

Além disto, outras áreas periféricas e recém-colonizadas por imigrantes europeus foram sendo incorporadas e integradas à economia regional, resultando, obviamente, em diferentes e novos usos ao território catarinense, que não mais somente a agricultura, mas possibilitando o surgimento de novos e pequenos empreendimentos industriais e comerciais nestas novas áreas. Tal expansão industrial ocorreu nas áreas marginais das primeiras colonizações, saindo do eixo Blumenau-Brusque-Jaraguá do Sul-São Bento do Sul-Joinville para alcançar o Alto Vale do Itajaí (Rio do Sul, Ibirama etc.), o Norte catarinense (Porto União, Canoinhas etc.), o Sul (Criciúma, Tubarão etc.) e, por último, o Oeste catarinense (Joaçaba, Chapecó, São Miguel do Oeste etc.).

Todos estes acontecimentos e fatores desenvolveram-se nestas novas regiões incorporadas à realidade catarinense no início do século XX, sendo elas protagonistas deste processo de expansão das atividades econômicas (agricultura, comércio e indústria) em Santa Catarina e presenciando profundas transformações em suas dinâmicas econômicas regionais. Estas, juntamente com as outras regiões catarinenses já enunciadas, conheceriam outro impulso de grandes proporções durante a Era Vargas, período a ser discutido a seguir.

#### **4.2.2 Os Reflexos do Governo Vargas (1930-1945) em Santa Catarina e suas Implicações Socioeconômicas**

Mesmo com os importantes avanços iniciais registrados no primeiro período, foi somente no período do entre Guerras, mais especificamente depois da Revolução de 1930, que, segundo Ianni

(1996, p. 25-26), as

[...] condições para o desenvolvimento do Estado burguês [capitalista], como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês [capitalista] foram definitivamente criadas e desenvolvidas]. [...] o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema [sócio-]político-econômico. [Assim,] [...] o poder público passou a funcionar – mais adequadamente – segundo as exigências e as possibilidades estruturais estabelecidas pelo sistema capitalista vigente no Brasil; isto é, pelo subsistema brasileiro do capitalismo.

Para entender isto, Singer (1987, p. 71) observa que

Durante a primeira metade dos anos 30, a indústria brasileira se expandiu vigorosamente, em virtude da 'reserva de mercado' que a crise econômica mundial lhe proporcionava. Neste período, se complementava a substituição de importações de produtos do Departamento II [que engloba setores industriais voltados à produção de bens de consumo], promovida tanto por indústrias como por manufaturas capitalistas. O governo brasileiro agia pragmaticamente, dando apoio direto às atividades atingidas pela crise e assim praticava inconscientemente política keynesiana de sustentação da demanda efetiva.

Além disto,

Com o avanço da industrialização [...], suas debilidades estruturais começaram a aparecer. O Brasil dispunha de um amplo Departamento II [...], mas carecia quase inteiramente do Departamento I, isto é, de um parque produtor de meios de produção. Para se prover de equipamentos e matérias-primas e auxiliares, a

indústria nacional dependia de importações. Ora, a crise tinha reduzido drasticamente a capacidade de importar do Brasil, de modo que a continuidade da industrialização estava ameaçada pela impossibilidade de expandir a importação de bens de capital e bens intermediários. Convém notar que a expansão dos serviços de infraestrutura – transporte, energia, telecomunicações etc.- também dependia da importação de equipamentos e *know-how*. (*Ib.*, p.72).

Coube, diante disto, ao Estado tal papel. Ou seja, prover o Departamento I e o Departamento II à economia do Brasil ao longo do século XX. Por isto, o Estado neste processo foi de suma importância neste período.

Dentro do subsistema capitalista brasileiro, o(s) governo(s) de Santa Catarina sempre se inseriu(ram) e também passou(ssaram) a ser influenciado(s) pelo governo federal, adotando os moldes e políticas industriais semelhantes. Neste contexto, ocorreram alianças estratégicas e apoios mútuos entre os governos federal e estadual, como por exemplo, entre o Presidente Getúlio Vargas e seu Interventor Nereu Ramos, governador e indicado por Vargas para o cargo, que acabaram por modificar substancialmente a estrutura política e o panorama socioeconômico catarinense como um todo.

Segundo Siebert (2006, p. 69), o apoio do governo estadual ao desenvolvimento industrial catarinense durante a Era Vargas (1930-1945) se deu através da expansão e ampliação das atividades industriais no Nordeste e no Oeste catarinense, ao criar o primeiro Plano Rodoviário Estadual para interligar as diversas regiões do estado através da ampliação da rede rodoviária catarinense.

Um ponto importante das várias transformações estruturais na área econômica neste período foi que “[...] a indústria irá decididamente assumir um papel mais significativo no interior de cada uma das economias [tanto na nacional quanto na estadual]” (SILVA, 2006, p. 28). Além de alguns setores industriais tradicionais, geralmente de bens de consumo não duráveis (como o alimentício e de bebidas, por exemplo) e intermediários (como o têxtil), houve a criação e o fortalecimento das indústrias de base (metalurgia, siderurgia e química), com a criação de grandes empresas estatais nacionais, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1941 e a Petrobrás de 1953, já no segundo Governo Vargas (1951-1954). Tais indústrias eram consideradas essenciais ao

desenvolvimento industrial brasileiro, já que, a partir delas, tornou-se possível o surgimento de outras indústrias, como a de bens de capital (máquinas e equipamentos) e de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.), antes importados na maioria das vezes por não serem fabricados no país.

Por outro lado, se a indústria passa a ser a principal atividade econômica tanto no Brasil quanto em Santa Catarina, convém mencionar também a mudança nas relações econômicas internas e externas. Isto é,

[...] com a política de defesa dos preços do café, foi mantido o nível de renda interna e, como resultado, expandiu-se o mercado interno, criando-se nova fonte de estímulo, dando início ao deslocamento do centro motriz da economia, desde o Exterior para o próprio País. (CUNHA, 2000, p. 291).

Tal fato contribuiu à integração da economia catarinense, antes ligada quase que totalmente aos mercados local e/ou regional, que agora passa a integrar-se cada vez mais à economia nacional, já que o mercado interno brasileiro passa a necessitar de novos bens pelas dificuldades de importação na época da Segunda Guerra Mundial. Em Santa Catarina, segundo Santos (2005), surgiram nesse período novos setores industriais. Além dos já tradicionais setores têxtil, alimentício e de bebidas, surgiram e consolidaram-se aqui as indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, como os setores eletrometalmecânico, de materiais de construção, de plásticos, de papel e de transporte, diversificando e expandindo a produção industrial catarinense, passando a fornecer cada vez mais produtos e atendendo a crescente demanda de um mercado interno nacional em plena ascensão.

Como fruto e exemplos deste período, destacam-se as fundações de importantes empresas, como a *Wetzel* (1932) *Tupy* (1938), *Consul* (1941), *Tigre* (1941), *Nielsen* (1946), todas em Joinville e bastante conhecidas atualmente nos cenários nacional e internacional. Todas elas, sem exceção, foram fundadas por imigrantes europeus e/ou seus descendentes, geralmente alemães, naquelas áreas de colonização europeia vistas anteriormente, que hoje representam algumas das principais regiões industriais de Santa Catarina e do Brasil. Tudo isto, traz respaldo à compreensão da importância do reordenamento socioeconômico a estas regiões, impulsionado e incentivado, em parte,

pelas políticas públicas estaduais e federais e, em parte, pelo empresariado local.

### **4.2.3 Da Expansão das Atividades Industriais à Atualidade Econômica Catarinense**

A terceira fase do desenvolvimento econômico de Santa Catarina ocorre no período do Pós-Segunda Guerra Mundial até a atualidade, caracterizando-se, segundo Silva (2003, p. 169),

[...] tanto por estímulos aglomerativos especificamente industriais, que viabilizaram a transição de muitas oficinas artesanais fornecedoras de peças ou mesmo máquinas para as indústrias locais à uma fase industrial [...], quanto pelo fenômeno da multiplicação financeira, que permitiu o surgimento ou o fortalecimento de novos ramos industriais [...].

Na década de 1950, as políticas desenvolvimentistas ganharam novo fôlego com Juscelino Kubitschek no Governo Federal e Irineu Bornhausen no Governo Estadual. O Governo JK levava a cabo o nacional-desenvolvimentismo com seu Plano de Metas e intervenções cambiais através da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) impulsionaram ainda mais a substituição de importações, especialmente de bens de capital (máquinas e equipamentos), e a produção no país de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.). No entanto, Cunha (2000) afirma ter ocorrido uma concentração de investimentos em infraestrutura e de projetos privados e estatais no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, marginalizando boa parte do resto do país, inclusive o Sul do Brasil e, por conseguinte, Santa Catarina, onde foi pequena a participação de capitais externos e de investimentos estatais e federais, prevalecendo os capitais internos e locais neste contexto.

Segundo Piazza e Hübener (1987), viu-se que a continuidade do desenvolvimento econômico de Santa Catarina dependia de maiores investimentos por parte do governo estadual em infraestrutura para melhorar o escoamento da produção agrícola e industrial de todas as regiões catarinenses. Com isso, Santa Catarina torna-se um dos primeiros estados brasileiros a elaborar seu planejamento governamental. “Trata-se do ‘Plano de Obras e Equipamentos’ - POE, com vistas a atingir o desenvolvimento através da construção de estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, educação e saúde.”



(*Ib.*, p. 145). Este plano foi efetivado somente em 1951, quando o governo estadual realmente passa a investir em infraestrutura e em outras políticas de apoio para a maioria das atividades econômicas do estado, especialmente para as indústrias do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense.

Por sua vez, tentando buscar alternativas para esta concentração de capital e investimentos na região Sudeste, o governo catarinense também instituiu várias políticas neste sentido. Segundo Silva (2006), além do POE, destacaram-se ainda o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), o Fundo de Desenvolvimento de Empresas Catarinenses (FUNDESC), o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) e a criação de agências de fomento, financiamento e incentivo como o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (BADESC). Por sua vez, estas agências e programas visavam de uma maneira geral subsidiar o capital industrial, liberar capital de giro para os empresários, conceder incentivos fiscais, incentivar o investimento industrial e prover infraestrutura para o escoamento da produção das regiões industriais catarinenses. Como assinala Cunha (2000, p. 294), em função deste processo, iniciou-se “[...] uma fase em que o Estado tornou-se agente ativo do desenvolvimento [econômico em Santa Catarina]”, a qual perpetua, de certa forma, até os dias atuais. Isto é, o Estado catarinense com suas constantes e significativas intervenções na economia ao longo dos anos propiciou, de fato, a acumulação e a reprodução de capitais originários das indústrias e reordenando o uso de seu território com o provimento de infraestruturas e políticas públicas. Seus reflexos também foram sentidos na sociedade catarinense, que se redistribuiu e se reorganizou no seu território conforme as atividades econômicas lhe conferiam melhores condições de trabalho e vida.

A forte implantação de políticas públicas tanto pelo governo federal como pelo estadual na década de 1950 fez com que alguns poucos grupos empresariais fossem beneficiados em Santa Catarina. Constata-se que a maioria das políticas públicas estaduais neste sentido beneficiaria os atuais grandes grupos empresariais catarinenses. Desta forma, o apoio do governo estadual, referente a incentivos fiscais, financiamentos e promoção de infraestruturas de apoio, beneficiou especialmente os grupos empresariais do Vale do Itajaí e da região Nordeste do estado. Com certeza, tal apoio do governo estadual a algumas poucas indústrias se tornaria determinante na consolidação de tais grupos no cenário nacional e internacional nas próximas décadas.

Com o fortalecimento do setor industrial em Santa Catarina, ocorre uma ascensão não só social dos empresários, mas também

política. Os principais grupos empresariais catarinenses passam a ocupar cargos em seus municípios de origem e no governo estadual e influenciaram a política estadual, principalmente na defesa de seus interesses. Um reflexo disto foi a criação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e o estabelecimento de outras entidades nacionais voltadas à indústria no estado, como o Serviço Social da Indústria (SESI) em 1951 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1954. Com isso, os empresários passam a ter destacada atuação política e social em Santa Catarina, mesmo que direta e/ou indiretamente. Ou seja, com o passar dos anos, a influência do empresariado catarinense na política estadual gerou um evidente benefício em favor de seus empreendimentos, principalmente em relação aos grandes grupos industriais do Vale do Itajaí e da região de Joinville. Estes passaram a influenciar cada vez mais nas decisões políticas do governo estadual e, geralmente, em seu favor. Percebe-se, que várias políticas estaduais de incentivos fiscais, de financiamentos e de melhorias da infraestrutura foram destinadas diretamente às principais indústrias catarinenses. Certamente, se não houvesse tal influência empresarial, o governo estadual não se voltaria de livre e espontânea vontade para viabilizar recursos públicos para financiar obras, conjuntamente ou não com o governo federal, como a construção de rodovias para ligar as indústrias aos portos de Itajaí e São Francisco do Sul e ao restante do país.

De qualquer forma, todos estes importantes acontecimentos oriundos desta década de 1950 refletiriam significativamente ao longo das décadas vindouros para a indústria catarinense. Além disto, eles resultariam numa completa reestruturação produtiva, diversificação industrial e consolidação da atividade industrial como atividade econômica mais importante em Santa Catarina, conferindo-lhe grande destaque nacional e internacional em vários segmentos como, por exemplo, os setores eletrometalmecânico, agroindustrial, têxtil, cerâmico, moveleiro, materiais de construção, etc..

Na década de 1960, seguindo a tendência do regime militar em 1964 no Brasil, a atuação do governo estadual foi essencial para o desenvolvimento industrial catarinense, visto que, segundo Siebert (2006, p. 76),

O novo sistema de crédito e os investimentos em energia e transporte possibilitaram a consolidação e expansão da indústria catarinense, com grandes grupos alcançando destaque nacional: Sadia,

Consul, Portobello, Hering, Artex, Klabin, entre outros.

Enquanto o país conhecia o seu milagre econômico brasileiro, a década de 1970 ficou conhecida, para Cunha (*Ib.*, p. 298), como “[...] os anos de ouro da indústria catarinense”. Ainda segundo Cunha (*Ib.*), houve a consolidação de grandes grupos industriais no Estado, vistos anteriormente, cujos parques produtivos já possuíam plantas em outros estados brasileiros e lançaram-se definitivamente ao mercado internacional. Isto quer dizer, que nas décadas de 1970 e 1980 aconteceram paralelamente dois processos distintos, mas decorrentes um do outro: a nacionalização e a internacionalização de empresas catarinenses, processos resultantes de intensa e profunda acumulação e reprodução de capital ao longo das décadas sob a tutela do Governo de Santa Catarina.

Ainda sobre o período do milagre econômico brasileiro na década de 1970, Silva (2003, p. 169) destaca a importância dos estímulos estatais federais e estaduais neste contexto.

Uma vez consolidado o capital industrial regional, este logrou contar, para o fortalecimento de sua capacidade concorrencial, notadamente nos períodos do milagre econômico e do II PND [Plano Nacional de Desenvolvimento] do governo Geisel, com importantes estímulos financeiros por parte dos poderes públicos, tanto em escala estadual (Fundesc, Procape) [como visto anteriormente] quanto federal (BNDES). [...] É preciso, pois, entender que tais estímulos vão permitir que as empresas da região levem a efeito um movimento de modernização no que concerne à organização da produção (estrutura técnica e administrativa, tecnologia de produtos e processos, organização social da produção, etc.).

A partir dos anos 1980, conforme destaca Siebert (2006, p. 149), “[...] a falta de plano nacional se refletiu nos estados da federação. A inflação, o endividamento externo e os sucessivos planos de estabilização econômica debilitaram também a indústria catarinense.” Por conseguinte, a política econômica nacional desta época não foi capaz de sustentar e promover o crescimento de vários setores industriais como presenciado nas décadas anteriormente. Mesmo diante

das adversidades da década de 1980, alguns setores industriais específicos conheceram uma considerável evolução tecnológica e, conseqüentemente, apresentaram um vigoroso crescimento industrial, como, por exemplo, os setores têxtil, eletrometalmecânico e agroindustrial aqui em Santa Catarina.

Apesar da crise das décadas de 1980 e 1990, Santa Catarina sofreu algumas de suas conseqüências, mas conseguiu ajustar-se à ela e seguiu seu rumo de sucesso econômico, mas principalmente devido às próprias empresas, já que tanto o Estado brasileiro quanto o catarinense estavam inoperantes e imóveis diante da situação, apesar de algumas tentativas como o Plano Cruzado (1986) e o Plano Collor (1991), por exemplo. Somente na metade da década de 1990, tais problemas foram superados, em partes, com a estabilização econômica através do Plano Real em 1994, porém a indústria catarinense passaria toda esta década ainda sofrendo e se adaptando frente à reestruturação produtiva exigida pela abertura econômica brasileira à concorrência desleal da economia mundial. Somente nos anos 2000, a indústria catarinense voltaria a crescer e se expandir, principalmente aquelas que puderam fazer os ajustes necessários e conseguiram internacionalizar-se, em especial grandes empresas dos setores mais dinâmicos catarinenses (têxteis, eletrometalmecânico, cerâmico, moveleiro e agroindustrial).

Não obstante, o neoliberalismo da economia mundial pressionava a economia brasileira e pregava novas tendências e preceitos, como a "[...] liberação do comércio, a desregulamentação da economia e ênfase na estabilidade macroeconômica, e, ainda, apregoa a redução do tamanho do Estado [na economia]." (CUNHA, 2000, p. 303). Ou seja, o Estado deveria se retirar e deixar de intervir na economia nacional e, por conseguinte, estadual. Muitas destas tendências foram adotadas pelos governos brasileiro e catarinense, resultando em privatizações de empresas estatais federais (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA, Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima - TELEBRÁS, Companhia Vale do Rio Doce Sociedade Anônima etc.) e estaduais (Telecomunicações de Santa Catarina Sociedade Anônima - TELESC, Banco do Estado de Santa Catarina Sociedade Anônima - BESC etc.) e concessões de uso de infraestruturas para empresas privadas em portos, aeroportos, rodovias etc.

Na metade final da década de 1990 e nos anos 2000, por outro lado, observa-se, que

O novo modelo econômico mundial alterou as bases competitivas das nações, conferindo

crescente importância aos fatores de competitividade dinâmicos, construídos [...] [e], sobretudo, fundamentado[s] no conhecimento e no domínio de tecnologias. (*Ib.*, p. 305).

Neste ponto, reconfigura-se o papel do Estado no desenvolvimento econômico e atribui-se a ele uma nova função, ou seja, uma “[...] ação sinérgica e cooperativa dos governos e das empresas e ênfase na capacitação dos seus recursos humanos” (*Ib.*, p. 305).

Surgem, neste contexto, os vários centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), geralmente vinculados a universidades públicas ou institutos governamentais, que têm como papel capacitar recursos humanos e desenvolver novas tecnologias voltadas ao setor produtivo. Por isto, muitas empresas se beneficia(ra)m desta situação, ao aproximar-se destes centros científicos e tecnológicos públicos e/ou mantidos com recursos financeiros públicos com o propósito de aplicar estas novas tecnologias desenvolvidas em suas linhas de produção, obtendo novos produtos e otimizando seus lucros. Ou seja, as empresas se aproveitam do contexto para acumular e reproduzir seu capital, a partir de inovações tecnológicas geradas à custa do Estado e que são introduzidas em seus negócios para obter novos produtos, conquistar mercado e aumentar o lucro. Portanto, o Estado tornou-se atualmente, além das funções anteriores, um investidor assíduo em P&D, fomentando pesquisas e tecnologias geralmente empregadas nos diversos setores industriais. Em outras palavras, produção científica e tecnológica pública, apropriada gratuitamente pela iniciativa privada. Esta é uma das características observadas atualmente no Brasil, não sendo diferente em Santa Catarina. Aqui, existem universidades públicas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), institutos públicos como a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI), esta última uma parceria mantida pelo governo estadual e empresas catarinenses conveniadas. Todas elas, sem exceção, desenvolvem e financiam pesquisas para a produção de novos conhecimentos e tecnologias, que são absorvidos e aplicados por empresas catarinenses dos mais diversos setores, especialmente aqueles setores de alta tecnologia como a microeletrônica, robótica, nanotecnologia etc.

Além dos pontos já mencionados sobre o papel do Estado no

desenvolvimento catarinense, destaca-se ainda a associação entre o governo estadual e entidades comerciais e/ou industriais catarinenses no que se refere à participação em feiras ou eventos internacionais. Como exemplo disto, anualmente ocorre a missão empresarial catarinense à Feira Internacional de Hannover na Alemanha. Nesta, que é a maior feira multisetorial do mundo, esta missão é empreendida e formada pelo governo estadual em conjunto com o empresariado catarinense, o qual é representado pelas suas entidades, a FIESC e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Santa Catarina. Ela tem como objetivos primordiais divulgar as potencialidades de Santa Catarina no exterior, firmar negócios, contatos e acordos de parcerias público-privadas e, especialmente, atrair novas e maiores possibilidades através do intercâmbio de novas tecnologias, de informações, conhecimentos e experiências para alavancar o desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico catarinense.

De qualquer forma, deve-se destacar, que tanto o Estado brasileiro quanto o catarinense tiveram importantes papéis nos processos de desenvolvimento econômico nacional e estadual respectivamente. No geral, a implantação de medidas intervencionistas e políticas públicas contribuíram para a acumulação e reprodução de capital em determinadas regiões por grupos industriais locais e, conseqüentemente, determinaram novos usos e atividades econômicas ao território, causando o reordenamento socioeconômico de suas regiões conforme a lógica imposta pelo sistema capitalista. Tal fato pode ser percebido com certa facilidade em Santa Catarina, coexistindo áreas altamente povoadas e desenvolvidas, como o Vale do Itajaí, Nordeste, Sul e Oeste com grande concentração industrial e agricultura avançada, e áreas pouco ocupadas e menos desenvolvidas como o Planalto Norte e a Serra com predomínio de latifúndios e poucas indústrias.

Também ficou aqui em evidência e é de grande importância compreender, sob esta forma de análise acerca da importância do papel do Estado no desenvolvimento dos mais diversos setores industriais brasileiros – inclusive do setor cervejeiro nacional e estadual, que

[...] o Estado no Brasil sempre desempenhou um papel importante na liderança do processo de desenvolvimento, não só ao financiar o setor privado e prover infraestrutura física, mas também ao estabelecer prioridades e agenda para o desenvolvimento.(AMADEO, 1996, p. 139-140).

Desta maneira, o Estado em Santa Catarina também foi extremamente importante neste sentido, seguindo a tendência nacional.

Vale ressaltar, assim, que o Estado de Santa Catarina foi e continua sendo uma condição *sine qua non* para a acumulação e reprodução de capital, ao facilitar a criação das condições necessárias para tal e, também, ao favorecer boa parte dos empresários catarinenses e para a ocupação e o reordenamento socioeconômico de seu território ao priorizar a colonização, a localização e organização das atividades econômicas em algumas regiões catarinenses em detrimento de outras, como visto anteriormente. Portanto, economia e sociedade moldadas pelo Estado.

De qualquer maneira, não seria possível pensar no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, reconhecido nacional e internacionalmente, sem destacar o importante papel desempenhado pelo Estado ao longo de sua história. Santa Catarina é hoje assim, graças ao papel do Estado.

Como constatado até aqui, o Estado foi de suma importância para o desenvolvimento industrial brasileiro. Os mais diversos setores industriais foram beneficiados com diversas políticas econômicas no decorrer dos anos, inclusive o setor cervejeiro. Todas as esferas (federal, estadual e municipal) tiveram maior ou menor destaque neste processo, mas certamente contribuíram substancialmente ao desenvolvimento deste importante setor industrial catarinense. A seguir, pretende-se discutir e analisar o papel do Estado, nas suas diferentes esferas, no desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense.

#### **4.3 O Estado e o Setor Cervejeiro Catarinense**

Conforme visto no capítulo anterior, o Estado teve um importante papel no desenvolvimento industrial brasileiro e foi condição *sine qua non* para o fortalecimento da economia nacional, incentivando direta e indiretamente, através de diferentes mecanismos (políticas alfandegárias, cambiais e fiscais, financiamentos e investimentos em infraestrutura e em Pesquisa e Desenvolvimento e Ciência e Tecnologia), vários setores industriais ao longo do século XX, especialmente os mais estratégicos e relevantes ao país como a indústria de base (metalurgia, siderurgia etc.), de bens de capital (máquinas e equipamentos) e de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.). Outros setores industriais, geralmente os mais tradicionais e antigos como o de bens de consumo semiduráveis (têxtil etc.) e não-duráveis (alimentos, bebidas etc.) surgidos ainda no século XIX, não

obtiveram tantos incentivos e políticas públicas por parte do Estado quanto aqueles, particularmente nas suas fases de implantação e surgimento, como será visto a seguir com o exemplo do setor cervejeiro catarinense.

Como foi visto anteriormente, o Estado brasileiro desempenhou um papel de extrema importância no que diz respeito à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país. Num primeiro momento, os dois governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e (1951-1954) incentivaram inicialmente o Departamento II e, posteriormente, o Departamento I. Depois, veio o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e, posteriormente, o regime militar (1964-1985), que também apresentaram fortes políticas econômicas para beneficiar os mais diversos setores industriais da economia brasileira, além de outros segmentos produtivos.

Após estes sucessivos períodos de prioridade e prosperidade no desenvolvimento industrial brasileiro, pode-se afirmar claramente, que o incondicional incentivo pelo Estado aos Departamentos I e II teve um importante impacto na economia brasileira e criou um gigante e diversificado parque industrial nacional bastante diversificado e complexo. Obviamente, que o setor cervejeiro brasileiro também se beneficiou deste processo direta e indiretamente. Um exemplo disto era a dependência externa do setor ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Como foi discutido anteriormente, os primeiros empreendimentos cervejeiros em território brasileiro eram, quase que exclusivamente, de origem estrangeira e, provavelmente por laços culturais e comerciais já existentes, importavam da Europa muitas técnicas, conhecimentos, matérias-primas e equipamentos para implantar, consolidar e inovar seus negócios.

O setor cervejeiro de Santa Catarina, por sua vez, não se beneficiou tão intensa e profundamente num primeiro momento como os outros setores econômicos catarinenses citados anteriormente. Entretanto, existem alguns pontos aqui, que devem ser considerados para constatar tal situação.

Pensando nos exemplos anteriores de casos de sucesso de grandes empresas catarinenses, que se beneficiaram de políticas públicas do Estado e despontaram nacional e internacionalmente, não é a realidade do setor cervejeiro. Primeiramente, não existem atualmente em Santa Catarina cervejarias remanescentes desta época, ou seja, nem do início da industrialização no fim do século XIX nem do período de



diversificação e expansão da atividade industrial catarinense ao longo do século XX<sup>43</sup>. Além disto, talvez por se tratar de um setor menos dinâmico em comparação com outros grandes setores como o eletrometalmecânico, têxtil, cerâmico etc., poucas políticas públicas voltadas ao financiamento, crédito, infraestrutura etc., foram destinadas ao setor cervejeiro catarinenses desde seu surgimento no século XIX até o presente século XXI.

Como Santa Catarina, com exceção da Kilsen em Chapecó e da AmBev em Lages, nunca possuiu grandes cervejarias, elas ficaram desassistidas de certa maneira pelo Estado por muitos anos. Diferentemente do que aconteceu em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem grandes cervejarias e formam um setor industrial muito forte, o Estado se mostrou bem mais atuante e beneficiou muitas delas com políticas públicas de incentivos tanto estaduais como federais. É o que será discutido mais adiante.

Certamente, pode-se dizer, que

Santa Catarina foi a Província que mais se beneficiou com a política imigratória estabelecida em meados do século XIX. Para ela, pelos motivos que já assinalamos, se dirigiram as levas de colonos europeus, de origem nórdica e assim surgiram Blumenau, no Vale do Itajaí, e Joinville, próxima de São Francisco (LUZ, 2000, p. 228).

Além disto, pode-se afirmar que as terras, que estes imigrantes receberam para instalar-se e desenvolver suas atividades econômicas, pertenciam ao Estado, no caso ao Império do Brasil. Tal fato, porém, não contribuiu direta e efetivamente à abertura destes negócios aqui, como já foi visto no capítulo anterior. Tais empreendedores aproveitaram a oportunidade criada por um mercado consumidor em crescimento e colocaram seus conhecimentos em prática, fundando, assim, as primeiras cervejarias em Santa Catarina.

---

<sup>43</sup> Uma exceção é a Cervejaria Canoinhense, fundada em 1908, mas que continua muito pequena, de estrutura familiar e praticamente artesanal. Não teria, portanto, como compará-la com outras empresas antigas e gigantescas de outros setores econômicos catarinenses, como a Hering, Sulfabril, Weg, Embraco etc., que se beneficiaram constantemente de políticas públicas de um Estado “facilitador” do processo de acumulação e reprodução de seus capitais com o passar dos anos.

Num primeiro momento, o Estado não destinou terras e incentivos exclusivamente para este fim e também não facilitou a importação de insumos e equipamentos necessários para o funcionamento das primeiras cervejarias catarinenses nesta época, já que, com exceção da água, tudo teria que ser importado para se produzir cerveja nestas novas terras. Com o tempo, os empreendedores tiveram que substituir os insumos por outros encontrados aqui na região e também que improvisar e/ou fabricar os equipamentos por conta própria dada às dificuldades encontradas.

Além da extinção do tráfico de escravos em 1850 e o incentivo à imigração europeia ao longo do século XIX, o Governo Imperial tomou outras medidas para contribuir com o desenvolvimento industrial brasileiro nesta época. Segundo Luz (2000), a adoção do protecionismo alfandegário foi uma das mais importantes.

Tendo caído bastante a taxa de câmbio [...], firmou-se a opinião de que o Brasil para limitar suas importações, que eram excessivas, e estimular a sua industrialização, deveria adotar o protecionismo alfandegário mediante tarifas novas. Assim, quando extinguiu-se o tratado de comércio com a Inglaterra, assinado em 1827, ao decretar-se novas tarifas, adotou-se nova nomenclatura para quase 3 mil artigos de importação, sendo que a maioria passou a pagar o dobro (30% em vez de 15%) e outros, se produzidos no país, a pagar de 40 a 60% ad valorem. Os comerciantes importadores, especialmente estrangeiros sentiram logo os efeitos desta nova política: o encarecimento dos artigos estrangeiros e a diminuição de sua venda (SILVA, 2000, p. 227-228).

Quando as primeiras cervejarias foram fundadas em Santa Catarina na metade final do século XIX – a cervejaria de Gabriel Albrecht Schmalz de 1852 em Joinville e a cervejaria de Heinrich Hosang de 1858 em Blumenau -, pode-se afirmar com convicção, que o Estado não atuou de forma direta no período de fundação e consolidação destes empreendimentos catarinenses. Não obstante, depois de algumas poucas décadas de funcionamento, ambas as cervejarias fecharam suas portas. A Schmalz encerrou suas atividades em 1880, quando a cervejaria foi vendida. Já a Hosang, apesar do falecimento de seu fundador em 1888, a família seguiu com o negócio até 1923, quando por

motivo de doença na família a fábrica foi fechada (SILVA, 1960).

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético marxista, pode-se afirmar inicialmente, portanto, que as cervejarias catarinenses surgidas ainda no século XIX foram resultados de uma convergência de diferentes fatores (físicos, biológicos e humanos), segundo as combinações de Cholley (1964) discutidas anteriormente. Dentre as quais, destacam-se a imigração europeia, os conhecimentos, técnicas e hábitos trazidos pelos imigrantes, o surgimento de um mercado consumidor cativo, o direcionamento de capitais acumulados em outras atividades econômicas para a indústria cervejeira, a iniciativa empresarial local, as condições físicas e naturais da região constituída de vales de difícil desenvolvimento da agricultura extensiva etc.. Ou seja, um processo historicamente construído através de interações sociais com o espaço em questão, resultado de uma formação socioespacial específica e baseada nestes fatores próprios, presentes em especial no Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, onde surgiram as primeiras indústrias catarinenses, entre elas as cervejarias.

Notoriamente, o Estado em si não se fez presente diretamente neste processo inicial de surgimento das primeiras cervejarias catarinenses. Obviamente, ele teve destacado papel, como visto anteriormente, noutros importantes quesitos como a própria imigração europeia e a distribuição de terras para os imigrantes num primeiro momento. Entretanto, no processo propriamente dito de implantação da atividade industrial em Santa Catarina, o Estado se fez bastante alheio e, geralmente, ausente. Somente após o surgimento e estabelecimento de alguns setores industriais no país em geral, ele procurou encontrar soluções e medidas para que as indústrias pudessem enfrentar e suplantar as dificuldades existentes e prosperar, como o investimento em infraestrutura, o controle de importações etc..

Mais recentemente, outras medidas importantes adotadas durante a intervenção estatal no desenvolvimento do setor industrial brasileiro ao longo de boa parte do século XX foram, sem dúvida alguma, os financiamentos e os subsídios. As políticas estatais neste sentido vieram tanto da esfera nacional quando estadual, dependendo do setor de maior interesse numa dada região do Brasil. Tal medida já existia anteriormente com os exemplos vistos dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e do regime militar, quando importantes órgãos de fomento se estabeleceram ou já estavam estabelecidos e em plena atividade nos cenários nacional e estadual.

Com tantos estímulos estatais nas últimas décadas e condições propícias (mercado consumidor em expansão, produção interna de

máquinas e equipamentos necessários, facilidades de distribuição e logística dos produtos, abertura de novos nichos de mercado, alta qualidade e tecnologia obtidas na produção da cerveja, especificidades regionais, entre outras), o setor cervejeiro nacional e, por sua vez, o catarinense lograram também bastante êxito, no que diz respeito ao estabelecimento, desenvolvimento e expansão da atividade cervejeira no país.

Atualmente, o Brasil possui um dos parques industriais mais avançados do mundo, no que diz respeito à produção de cerveja. No geral, o setor cervejeiro brasileiro, englobando desde micros e grandes cervejarias, conta com alto padrão de qualidade, tecnologia de ponta, produção diversificada, produtos de alto valor agregado, marcas fortes, amplo mercado consumidor e empresas altamente competitivas, inclusive algumas com presença internacional. Como foi visto anteriormente, todo este processo de quase dois séculos de história se tornou possível graças à convergência de pelo menos três fatores essenciais: o empresariado empreendedor geralmente de origem estrangeira, conforme a visão schumpeteriana; as combinações físicas, biológicas e humanas a partir da formação socioeconômica e espacial presente nas regiões de origem dos principais polos cervejeiros nacionais, segundo os fundamentos do materialismo histórico-dialético; a estrutura da pequena propriedade mercantil, muito presente na formação de vários setores industriais catarinenses, por exemplo; e, por fim, baseando-se numa visão keynesiana de desenvolvimento econômico, o papel do Estado.

A partir destes quatro fatores essenciais ao desenvolvimento industrial e do setor cervejeiro brasileiro e catarinense, será discutido e analisado o setor cervejeiro de Santa Catarina e suas implicações socioeconômicas e espaciais no próximo capítulo, destacando seus principais pontos a partir dos exemplos de algumas das principais cervejarias catarinenses e sua dinâmica atual em suas dadas regiões.

## **5. Implicações Socioeconômicas e Espaciais das Microcervejarias em Santa Catarina**

Para entender as implicações econômicas e espaciais das microcervejarias em Santa Catarina, torna-se necessário discutir e analisar diferentes fatores, que determinaram o surgimento, estabelecimento e o desenvolvimento das próprias cervejarias no estado, mas também de outros tantos setores industriais catarinenses em geral. Os principais deles são os aspectos geoeconômicos (a sociedade imigrante aqui implantada, a dinâmica regional dela resultante, o papel do Estado e a formação social, econômica e espacial catarinense), que acabaram por gerar as condições essenciais ao desenvolvimento de vários setores industriais, inclusive o setor cervejeiro catarinense, na maioria de suas regiões.

### **5.1 Aspectos Geoeconômicos das Principais Regiões Industriais Catarinenses**

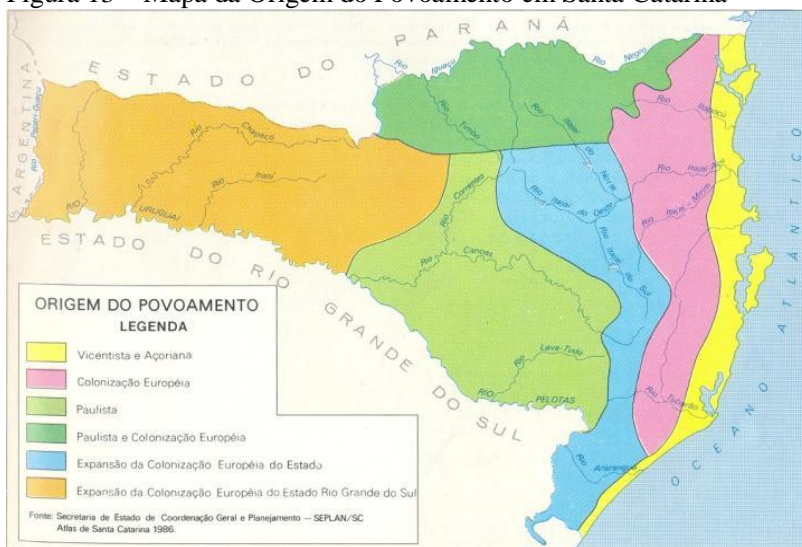
Analisando a partir dum ponto de vista geográfico, é interessante notar que a maioria das indústrias catarinenses, assim como as microcervejarias, está localizada em regiões de formações socioeconômicas e espaciais muito semelhantes aqui em Santa Catarina. Ou seja, o Vale do Itajaí, o Norte, o Oeste e, até mesmo, o Sul de Santa Catarina possuem características muito parecidas, no que dizem respeito à ocupação, organização e uso do território para o seu desenvolvimento socioeconômico. Entre as principais, já destacadas anteriormente, estão a colonização europeia, iniciada com a chegada dos imigrantes europeus (alemães, suíços, austríacos, italianos, poloneses etc.) na primeira metade do século XIX; a predominância dos minifúndios, herança da forma praticada na época da colonização para a distribuição de pequenos lotes para os colonos/imigrantes europeus; a mão de obra qualificada, já que o contingente europeu trazia consigo práticas, técnicas e conhecimentos mais avançados de uma Europa em plena Segunda Revolução Industrial; e a economia dinâmica e desenvolvida, quando se criaram as condições ideais para o surgimento das bases capitalistas nas colônias. Por outro lado, enquanto que em regiões de diferente formação socioespacial, como o Litoral, o Norte e o Planalto Serrano, onde a estrutura fundiária e a organização socioeconômica são diferentes, as microcervejarias são menos presentes e, conseqüentemente, menos importantes do ponto de vista socioeconômico para estas regiões catarinenses.

Provavelmente, uma distinta formação socioeconômica e espacial representa um importante fator para determinar a localização destas e de outras atividades econômicas numa ou noutra região de Santa Catarina, já que

[...] a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendraram, sem, contudo, esquecer as características naturais que ofereceram as bases para o seu desenvolvimento. (PEREIRA, 2003, p. 101).

Isto ajuda a compreender os exemplos acima acerca do desenvolvimento diferenciado ocorrido nas regiões catarinenses e a relacioná-los com a atualidade socioeconômica de Santa Catarina, já que as características resultantes deste processo são bastante visíveis nas diferentes regiões catarinenses, sendo que as regiões de colonização europeia foram as que mais rápida e intensamente se industrializaram e desenvolveram. Se forem comparadas as figuras 13 e 14 a seguir, ficam nítidas as diferentes origens da colonização e ocupação do território catarinense, que se refletem na divisão política de suas atuais regiões e, respectivamente, na formação socioeconômica e espacial de cada uma delas, como se pode constatar em ambas as figuras.

Figura 13 – Mapa da Origem do Povoamento em Santa Catarina



Fonte: ATLAS de Santa Catarina. Florianópolis: SEPLAN/SC, 1986.

Figura 14 - Regiões de Santa Catarina



Fonte: REGIÕES de Santa Catarina. Disponível em: <[http://wikitravel.org/upload/shared/4/40/Regions\\_of\\_Santa\\_Catarina\\_\(pt\).png](http://wikitravel.org/upload/shared/4/40/Regions_of_Santa_Catarina_(pt).png)>. Acesso em: 20 de junho de 2010.

No que diz respeito à realidade catarinense na época da colonização, da definição do uso do território e das atividades econômicas nestas regiões de imigração europeia, pode-se dizer neste sentido, que os estímulos estatais ao estabelecimento e desenvolvimento da indústria catarinense foram essenciais e, mesmo que por muitas vezes eles tenham sido de forma indireta, tal fenômeno não teria ocorrido sem isto. Como foi discutido anteriormente mais a fundo, o Estado foi, portanto, um dos responsáveis pelo advento da indústria em Santa Catarina, especialmente por concentrar os imigrantes europeus em determinadas regiões de seu território, que viriam a moldar as diversas dinâmicas regionais, conceber suas distintas formações socioeconômicas e espaciais e, por fim, industrializá-las.

Desta forma, deve-se levar em consideração um importante fator, que sem o qual nem o Estado e nem as empresas seriam protagonistas de tal processo e merece ser destacado numa análise da atual realidade catarinense: a formação social, econômica e espacial aqui presente. Tal método, empregado inicialmente por Santos e Mamigonian no Brasil e difundido atualmente na geografia brasileira, permite analisar e compreender melhor a industrialização brasileira e, conseqüentemente, a catarinense, incluindo o desenvolvimento de diversos setores industriais, inclusive o setor cervejeiro catarinense no caso deste trabalho.

Levando em conta tais considerações, Silva (2003, p. 169) destaca, que

Uma vez consolidado o capital industrial regional, este logrou contar, para o fortalecimento de sua capacidade concorrencial, notadamente nos períodos do milagre econômico e do II PND [Plano Nacional de Desenvolvimento] do governo Geisel [1974-1979], com importantes estímulos financeiros por parte dos poderes públicos, tanto em escala estadual (Fundesc, Procape) quanto federal (BNDES). Porém, seu poder de concorrência nacional e, mesmo, internacional não pode, como geralmente querem aqueles que minimizam a importância da categoria de formação social, ser limitado a tais estímulos. Aliás, se assim se procede, a própria ação estatal fica sem ser corretamente compreendida, tendo-se em geral uma leitura dela como a de uma ação demiúrgica, que se coloca acima do funcionamento real da



economia regional. É preciso, pois, entender que tais estímulos vão permitir que as empresas da região levem a efeito um movimento de modernização no que concerne à organização da produção (estrutura técnica e administrativa, tecnologia de produtos e processos, organização social da produção, etc.). Esta organização da produção, porém, tem seu funcionamento em boa medida ligado à formação sócio-espacial regional, à unidade contraditória das continuidades e descontinuidades históricas regionais – e que certamente se imbricam com aquelas da formação social nacional – o que permite, pois, caracterizar nossa industrialização regional como desigual e combinada.

Assim sendo, a industrialização e o desenvolvimento econômico destas áreas de colonização europeia, em especial a grande área de colonização alemã correspondente ao Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina – foco deste estudo –, não deve ser compreendida somente pelo papel do Estado ou do empresariado de origem estrangeira, mas acima de tudo a partir das determinações da formação socioespacial enraizada nestas regiões, sendo esta combinação de fatores o sucesso de vários setores industriais catarinenses na atualidade, muitos deles discutidos anteriormente.

Além disto, no que tange à industrialização do Brasil e de Santa Catarina, pode-se afirmar que

[...] os fortes subsídios governamentais – eles mesmos a expressão mais acabada da via prussiana de industrialização que marcou a formação social brasileira – acabaram se mostrando particularmente adaptados ao tipo de mentalidade empresarial encontrada na formação social regional, determinada, pois, pela base econômica com raiz na pequena produção mercantil e na propriedade familiar.

Por conseguinte, a industrialização de Santa Catarina insere-se neste contexto, visto que, de um modo geral, o estado estava inserido no sistema econômico nacional caracterizado pela industrialização denominada "via prussiana" – baseada na combinação de forças entre o Estado, o latifúndio e o comércio *import/export* –, mas também num

subsistema próprio caracterizado pela industrialização denominada "via americana" – baseada na combinação de forças endógenas, geralmente o minifúndio e o empresariado local, praticamente sem apoio do Estado. Em outras palavras, os sócios maiores dominavam o cenário nacional e, concomitantemente, os sócios menores predominavam em pequenas manchas do território nacional, sendo as regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense exemplos para isto.<sup>44</sup> Nelas, surgiam novas atividades econômicas (agricultura intensiva, comércio e indústria), que ditavam novos usos ao território, dinamizavam a economia regional e organizavam as relações sociais, diferentemente dos padrões no restante do país. Portanto, era uma formação social, econômica e espacial nova e distinta.

Como foi colocada anteriormente, a questão da industrialização brasileira também pode ser vista pela ideia industrialização desigual e combinada. Tal concepção foi idealizada por Trotsky (1979), ao analisar a questão do desenvolvimento das forças produtivas na Rússia czarista, e pode ser empregada para analisar e exemplificar a realidade brasileira e catarinense. A partir do exemplo russo, o autor constatou, que países em desenvolvimento tendiam a se industrializar de forma desigual e combinada. Ou seja, por serem países de industrialização tardia, para citar o exemplo da Rússia, do Brasil e outros tantos, eles pulavam etapas e partiam para indústrias de ponta, não as de base como a maioria dos países desenvolvidos, concentrando-as desigualmente em poucas regiões de seus territórios. Por outro lado, coexistiam atividades econômicas muito atrasadas, combinando, às vezes, características pré-capitalistas com semifeudais.<sup>45</sup> No caso do Brasil, coexistiam regiões industriais muito desenvolvidas como várias áreas do Sul, Sudeste e alguns pontos do litoral brasileiro, e outras regiões completamente apartadas desta realidade como boa parte do Nordeste e Norte do país. Silva (2003), também afirmou, que o desenvolvimento econômico de Santa Catarina

---

<sup>44</sup> Ignácio Rangel trabalhou muito com a ideia de polos internos e externos e seus lados para explicar o desenvolvimento econômico e sua ligação com diferentes forças da sociedade brasileira, o que chamou de dualidade básica da economia brasileira. Para mais ver: RANGEL, Ignácio. *A Dualidade básica de economia brasileira*. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

<sup>45</sup> Para mais detalhes, ver a obra de TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

também pode ser caracterizado como desigual e combinado, já que dentro do território catarinense coexistem tais situações: grosso modo, as áreas desenvolvidas de colonização europeia (Vale do Itajaí, Nordeste, Oeste e Sul catarinense) com setores industriais altamente desenvolvidos e áreas menos desenvolvidas de colonização luso-brasileira (Planalto Norte e Serra catarinense).

Após esta breve explanação dos aspectos geoeconômicos, que envolvem o desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense, os quais também já foram enunciados e discutidos mais profundamente nos capítulos anteriores deste trabalho, parte-se agora para uma análise mais detalhada deles através de exemplos práticos e atuais de algumas microcervejarias catarinenses, a fim de estabelecer uma relação entre eles e explicar tal processo como um todo.

## **5.2 As Microcervejarias Catarinenses na Atualidade**

Em Santa Catarina, as microcervejarias surgiram de forma mais intensa e marcante nas regiões de colonização germânica do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense e datam da segunda metade do século XIX, logo após a instalação e fundação das principais colônias como Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul e Joinville. Estas cervejarias mais antigas destas regiões já desapareceram com o passar do tempo, como já visto anteriormente, por causa de falecimento dos proprietários, desinteresse familiar dos herdeiros, concorrência desleal com as grandes cervejarias nacionais, falências, aquisições, fusões etc.. Das antigas cervejarias de Blumenau e região, segundo Freese (2008), a cervejaria Feldmann de Blumenau foi a última desaparecer, encerrando sua produção de cerveja em 1959.

Uma rara exceção é a Cervejaria Canoinhense, fundada em 1908 em Canoinhas na região Norte de Santa Catarina, e é a única das antigas cervejarias catarinenses e a microcervejaria mais antigas do Brasil, que ainda se encontra em funcionamento, apesar de todas as dificuldades enfrentadas neste mais de um século de existência.

QUADRO 5 – As Microcervejarias em Santa Catarina

	<b>Região Catarinense</b>	<b>Cidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Fundação</b>
1	Planalto Norte	Canoinhas	Canoinhense	1908
2	Vale do Itajaí	Timbó	Borck	1996
3	Grande Florianópolis	Florianópolis	Cervejaria da Ilha	1999
4	Vale do Itajaí	Blumenau	Eisenbahn	2002
5	Vale do Itajaí	Blumenau	Bierland	2003
6	Vale do Itajaí	Brusque	Zehn Bier	2003
7	Oeste	Treze Tílias	Bierbaum	2004
8	Vale do Itajaí	Indaial	Heimat	2005
9	Vale do Itajaí	Gaspar	Das Bier	2006
10	Vale do Itajaí	Pomerode	Schornstein	2006
11	Sul	Criciúma	Strauss Bier	2006
12	Nordeste	Joinville	Opa Bier	2006
13	Vale do Itajaí	Blumenau	Wunder Bier	2007
14	Oeste	Concórdia	Fall Bier	2007
15	Nordeste	Jaraguá do Sul	Königs Bier	2007
16	Sul	Forquilha	Saint Bier	2008
17	Vale do Itajaí	Ibirama	Handwerk	2009
18	Vale do Itajaí	Lontras	Holzweg	2010
19	Vale do Itajaí	Blumenau	Oktobier	2010
20	Vale do Itajaí	Guabiruba	Kiezen Ruw	2011
21	Vale do Itajaí	Itajaí	Othomania Catarina <sup>46</sup>	2011
22	Vale do Itajaí	Presidente Getúlio	Breslau Bier	2011
23	Nordeste	Joinville	Volksbier	2011
24	Oeste	Chapecó	Dalla	2011
25	Oeste	Videira	Basement	2011
26	Oeste	Piratuba	Berg Bier	2011
27	Oeste	Caçador	Patrona <sup>47</sup>	2013

<sup>46</sup> Recentemente, a cervejaria Othomania Catarina trocou de nome e se chama agora Cervejaria Itajahy, mas como isto aconteceu depois do encerramento da pesquisa, preferi deixar assim e trabalhar com o nome anterior.

<sup>47</sup> A microcervejaria Patrona de Caçador está já licenciada para funcionar e está atualmente instalando os últimos equipamentos e maquinário para produzir suas

	<b>Região Catarinense</b>	<b>Cidade</b>	<b>Nome</b>	<b>Fundação</b>
28	Oeste	São Lourenço do Oeste	Job Macoy <sup>48</sup>	2013
29	Nordeste	Jaraguá do Sul	Karsten <sup>49</sup>	2013
30	Grande Florianópolis	Águas Mornas	Jester	2013
31	Grande Florianópolis	Santo Amaro da Imperatriz	Badenia	2013

Fonte: *Sites das empresas e elaboração do autor.*

Mesmo com o desaparecimento da atividade cervejeira no Vale do Itajaí e Nordeste catarinense por várias décadas, ocorreu, entretanto, um ressurgimento da atividade cervejeira nestas regiões a partir da última década do século XX. A primeira delas foi a cervejaria Borck, de Timbó, em 1996, mas foi certamente com o surgimento da Eisenbahn de Blumenau em 2002 que o setor cervejeiro catarinense se transformaria totalmente e conheceria uma nova fase, como será discutido mais adiante, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Nas demais regiões do estado, a maioria delas é bastante recente e data da última década do século XX e primeira década do presente século. Ou seja, acontece uma expansão da atividade cervejeira em Santa Catarina, não mais somente localizada e limitada ao Vale do Itajaí e Nordeste Catarinense, a grande área de colonização alemã. Agora, existem microcervejarias em todas as regiões catarinenses, com exceção do Planalto Serrano, o qual possui, por outro lado, uma fábrica da AmBev em Lages. Ainda que a maioria delas ainda esteja localizada no Vale do Itajaí e no Nordeste catarinense, a atividade cervejeira atingiu as

---

cervejas em escala industrial e atingir o mercado consumidor ainda este ano, conforme levantamento feito com o proprietário.

<sup>48</sup> A microcervejaria Job Macoy de São Lourenço do Oeste está em fase de testes finais e aguardando as últimas liberações legais para entrar no mercado de fato, algo que deve ocorrer ao longo do presente ano, conforme levantamento feito com um dos proprietários.

<sup>49</sup> A microcervejaria Karsten de Jaraguá do Sul também está em fase de testes e aguardando as últimas liberações legais para entrar em funcionamento definitivo, que deve ocorrer ainda este ano, segundo informações do proprietário.

demais regiões, multiplicou-se rapidamente e está em plena ascensão. Para se ter uma ideia deste fenômeno, surgiram 30 novas microcervejarias em Santa Catarina em menos de 20 anos.

Conforme o Quadro 1, existem atualmente em Santa Catarina 31 microcervejarias em atividade. Apesar de haver uma pulverização desta atividade em outras regiões do estado e, assim, sua despolarização para fora do eixo Vale do Itajaí e Nordeste catarinense nos dias atuais, estas regiões sozinhas possuem 18 microcervejarias, concentrando, assim, a maior parte da atividade cervejeira no estado. Só Vale do Itajaí tem 14 delas, com destaque para Blumenau que possui quatro. Já o Nordeste catarinense possui quatro, com destaque para Joinville e Jaraguá do Sul com duas cada.

Devido à concentração das microcervejarias no Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, criou-se, numa iniciativa das próprias cervejarias em conjunto com a Secretaria de Turismo do Governo do Estado – Santur -, a Rota da Cerveja ou Roteiro das Cervejarias Artesanais de Santa Catarina, para promover esta atividade econômica e desenvolver ainda mais o turismo nestas regiões, conforme a Fig. 2 mostrou anteriormente.<sup>50</sup>

As demais regiões de Santa Catarina possuem, desta forma, as 13 microcervejarias restantes. Aqui, destaca-se a região Oeste com sete. Depois, a região da Grande Florianópolis com três. Estas duas regiões são destaque também, pois apresentam a maioria das mais novas microcervejarias catarinenses fundadas nos últimos dois anos. Logo após, aparece a região Sul com duas e, por fim, a região Norte com uma. É interessante notar aqui, que estas regiões diferem daquelas, pois cada uma destas cidades possui somente uma microcervejaria, não havendo como em Blumenau e Joinville mais que uma cervejaria nelas.<sup>51</sup>

Por algumas questões metodológicas e pela concentração das microcervejarias nas regiões do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense,

---

<sup>50</sup> Para maiores informações ver: ROTEIRO das Cervejarias Artesanais (Santur). Disponível em: [http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=389&Itemid=216](http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=389&Itemid=216)>. Acesso em: 15 de março de 2012.

<sup>51</sup> Vale lembrar, que existem ainda duas grandes cervejarias em Santa Catarina: uma filial da AmBev em Lages e a cervejaria Kilsen em Chapecó, que, por serem, empresas de grande porte e estarem localizadas fora da área de estudo, elas não foram incluídas neste estudo por questões metodológicas.

serão discutidos exemplos de algumas destas regiões para entender alguns pontos cruciais acerca do setor cervejeiro de Santa Catarina e sua dinâmica atual. Foram escolhidas as seguintes microcervejarias Eisenbahn<sup>52</sup> e Bierland de Blumenau, a Opa Bier de Joinville, a Heimat de Indaial, a Das Bier de Gaspar, a Othomania Catarina de Itajaí, a Schornstein de Pomerode e a Königs Bier de Jaraguá do Sul, juntos as quais foram realizadas entrevistas e visitas para coletar informações e constatar algumas peculiaridades correspondentes a cada uma delas para este trabalho. A partir dos exemplos de cada uma, pretende-se explicitar, assim, pontos em comum a todas elas, que dizem respeito à imigração europeia, ao papel do Estado, à formação socioeconômica e espacial e às implicações resultantes da presença das microcervejarias nestas respectivas regiões.

### 5.2.1 Eisenbahn<sup>53</sup>

A cervejaria Eisenbahn de Blumenau foi fundada em 2002 pelo jovem empreendedor Julianio Borges Mendes e sua família. Anteriormente ao ramo cervejeiro, a família se dedicava a outros negócios, mas decidiu entrar e apostar neste crescente setor, como forma de inovar seus negócios e também para resgatar e concretizar o antigo

---

<sup>52</sup> A cervejaria Eisenbahn não se encaixa mais como microcervejaria atualmente, pois já faz parte de um grande grupo cervejeiro internacional e também já ultrapassou a cota de 200 mil litros/mês para ser caracterizada como tal, como será visto neste trabalho. No entanto, convencionou-se incluir a Eisenbahn neste trabalho e tratá-la como microcervejaria pelo seu pioneirismo e importância neste setor no estado e no país.

<sup>53</sup> As informações sobre a Eisenbahn foram coletadas diretamente do seu site ([www.eisenbahn.com.br](http://www.eisenbahn.com.br)) e duma entrevista realizada pelo autor com Julianio Borges Mendes, sócio-gerente e fundador da cervejaria, em Blumenau no dia 06 de março de 2013. Por questões particulares, Mendes preferiu não revelar o faturamento da empresa, nem o valor da venda e outros detalhes sobre a Eisenbahn, que, no entanto, não são cruciais para este trabalho e não comprometerão o mesmo. Vale lembrar também, que para fins desta pesquisa e também por questões metodológicas, utilizei o exemplo da Eisenbahn como microcervejaria até o fim da gestão da família Mendes, que era a realidade até então da cervejaria e se encaixaria neste estudo. Portanto, a Eisenbahn pós-gestão da família Mendes e pós-aquisição pela grupo Schincariol não foi foco deste estudo, aparecendo somente algumas colocações superficiais sobre a atual realidade da cervejaria.

anseio da sociedade de Blumenau em ter uma cervejaria própria como símbolo da cidade e das tradições germânicas, especialmente após a criação da Oktoberfest em 1984.

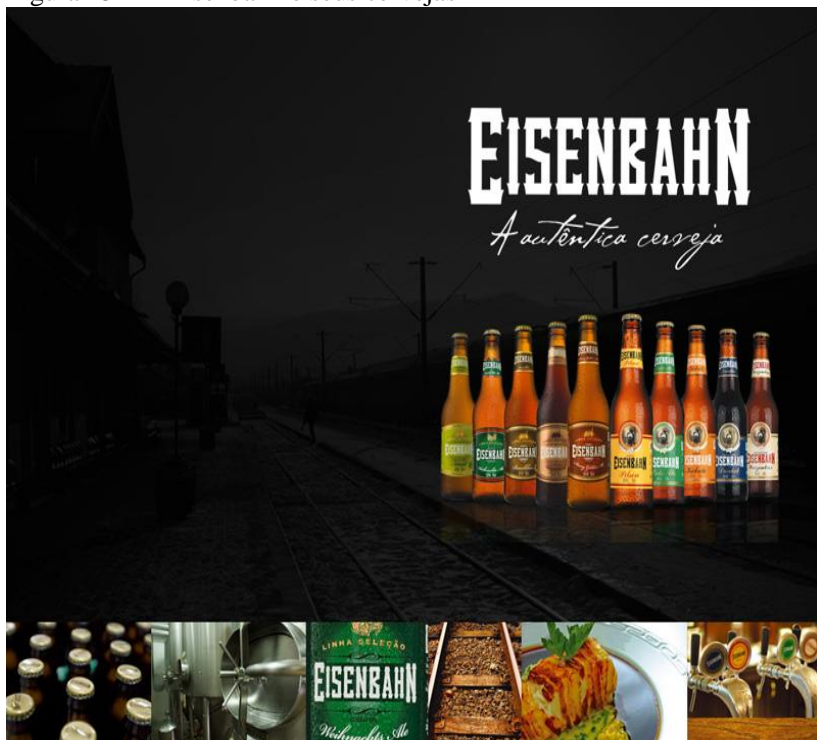
Tradicionalmente, Blumenau sempre ligada à cultura cervejeira desde a época de sua fundação em 1850, como já foi visto anteriormente. Assim sendo, a família Mendes aproveitou a inexistência de cervejarias artesanais na cidade, o alto consumo *per capita* de cerveja na região e fundou a Eisenbahn, que em alemão quer dizer “ferrovia”. O nome veio do local adquirido ocasionalmente para a instalação da cervejaria, já que na frente do atual edifício passava a Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC).

O capital inicial para investimento no empreendimento foi todo familiar, já que a família desenvolvia outras atividades econômicas antes (empresa de engenharia de automação para indústrias e empresa de fiscalização eletrônica de vias públicas), visto que queriam mudar de ramo e realizar um sonho antigo de montar uma cervejaria. Por outro lado, a distribuição acionária inicial era dividida em quatro sócios (três membros da família Mendes – dois filhos e o pai - e mais um sócio minoritário numa destas empresas), mas a família sempre foi majoritária no negócio.

Quanto ao papel do Estado, a Eisenbahn foi beneficiada posteriormente com financiamentos estatais federais (BNDES e outras agências financiadoras) para as ampliações de sua capacidade produtiva, que alcançou os 400 mil litros mensais, e facilidades no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) através de um crédito presumido do governo estadual. Do governo municipal, a cervejaria recebeu uma isenção de taxa de participação na Oktoberfest de 2005, proporcionando e promovendo a entrada de Eisenbahn e da cerveja artesanal na festa, mas somente neste ano.



Figura 15 – A Eisenbahn e seus cervejas



Fonte: EISENBAHN. Disponível em: <<http://www.eisenbahn.com.br>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

A Eisenbahn inovou em qualidade de produto, de processos e equipamentos, trazendo para sua cervejaria uma diversificada gama de produtos e processos produtivos, aliados com maquinário nacional de última tecnologia e o conceituado mestre-cervejeiro alemão Gehard Beutling com formação e experiência internacionais, já que a família Mendes nunca havia trabalhado e não tinha experiência alguma neste novo ramo.

Com o passar dos anos, foi diversificando sua produção e passou a produzir as cervejas Pilsen, Natural, Weizen, Pale Ale, Weizenbock, Dunkel, Kölsch, Golden Ale, Oktoberfest, Amber Lager, Rauchbier, Strong Golden Ale, Weihnachts Ale, Lust, Lust Prestige e os chopes Pilsen, Weizen, Pale Ale e Dunkel, sendo algumas cervejas sazonais, mas sempre mantendo uma grande diversidade de cervejas tanto em barris quanto em garrafas. Além disto, possui para comercialização o

Bierlikör (licor feito a partir de sua cerveja Dunkel), mas de produção terceirizada por uma empresa fabricante de licores de Blumenau. Todas as suas cervejas seguem a Lei Alemã da Pureza, utilizando, desta maneira, somente água, malte (cevada ou trigo), lúpulo e levedura em suas cervejas para garantir a qualidade de seus produtos e o reconhecimento de sua marca. Com diferentes cervejas e sempre primando pela sua qualidade, a Eisenbahn ganhou vários prêmios pelas suas excelentes cervejas em vários concursos nacionais e internacionais, sendo a cervejaria brasileira mais premiada no exterior.

Na época da implantação da fábrica, Mendes destaca, que a automação era de origem alemã, conforme Figura 3, os tanques de origem nacional, o laboratório era de ambas as origens, sendo geralmente o grosso nacional da empresa Mec Bier de Pompéia – São Paulo (tanques, tintas e toda a estrutura em aço-inox) e o resto importado (válvulas, filtros, equipamentos do laboratório, enchedora de barris e garrafas etc.), especialmente estas partes que traziam alta tecnologia embutida eram importadas da Alemanha e outros países. A manutenção disto tudo era própria, onde um mecânico estava sempre à disposição para ajustes e/ou consertos dos equipamentos da linha de produção.

Figura 16 – Aspectos da Automação Alemã na Fábrica da Eisenbahn



Fonte: Acervo do autor.

Além da grande variedade e da alta qualidade de seus produtos, Mendes afirma que a Eisenbahn primou também por constantes investimentos em tecnologia com novos equipamentos e automatização de processos, troca de ideias e assessoria de profissionais estrangeiros (Alemanha, EUA etc.) e montagem de um laboratório completo para análise da qualidade, de microbiologia e manipulação de leveduras, o que nenhuma outra cervejaria na região possui até hoje. Mendes também destaca, que outra inovação da Eisenbahn foi na área comercial, já que como pioneira do setor havia necessidade de educar o consumidor, trazer informações, fazer treinamentos com garçons e revendedores e harmonizar cervejas com pratos gastronômicos.

Durante a gestão da família Mendes e aproveitando o reconhecimento e crescimento da marca, a Eisenbahn sempre se manteve com sua única fábrica em Blumenau, mas, por causa desta expansão repentina, foi instalado em São Paulo – São Paulo um centro de distribuição para atingir a região Sudeste do país, mas que depois de um tempo foi desativado. Na época, o grande mercado da Eisenbahn era Sul e Sudeste, onde a distribuição e a logística eram próprias, mas também alcançava outras regiões como Nordeste e Centro-Oeste com distribuidores terceirizados.

Tratando ainda do mercado, por ser pioneira no mercado de cervejas artesanais e vendo as demais microcervejarias da região surgirem e crescerem, a Eisenbahn sempre encarou a concorrência como totalmente desleal, mesmo sendo a principal microcervejaria catarinense até então. Com as grandes cervejarias brasileiras, a concorrência era muito desleal, segundo Mendes. Havia uma grande manipulação de mercado, especialmente através da compra de pontos de vendas para impedir as pequenas cervejarias de venderem seus produtos, sendo que tais pontos são obrigados a comercializar somente produtos de uma determinada marca. Com relação às pequenas cervejarias, Borges argumenta que o problema é outro. Elas entram sem conhecer o mercado e vão embalados pelo sucesso de outras, mas que logo se deparam com uma dura realidade. Para se manter no mercado, acabam por partir para estratégias como diminuição de preço e doação de produtos e materiais, proporcionando assim um poder de barganha maior dos estabelecimentos e clientes, que passam a exigir preços mais baixos ou melhores benefícios em seu favor a ponto de “prostituir” o mercado e prejudicar as demais cervejarias. Mesmo assim, afirma Mendes, a Eisenbahn cresceu em média 30% ao ano.

Quanto à questão dos recursos humanos empregados na Eisenbahn, a empresa possuía em torno de 100 funcionários, geralmente

locais, que na época do auge da produção chegavam a trabalhar em três turnos. Possuíam treinamento interno para exercer as funções, com exceção dos profissionais já formados. Mendes destaca, que a Eisenbahn tinha uma grande estrutura, que, além da produção, administração e distribuição, havia muitos setores dentro da empresa (marketing, comercial, financeiro etc.). Portanto, era uma empresa familiar profissionalizada com estrutura preparada para crescer e atender a demanda do mercado, pregando agressividade e profissionalismo ao mesmo tempo, garante Mendes.

Em 2007, metade das ações foram vendidas ao proprietário da Malwee – grande empresa do ramo têxtil -, mas a família Mendes continuou à frente do negócio. No entanto, a Eisenbahn foi adquirida por completo na metade de 2008 pelo Grupo Schincariol, o qual se comprometeu em manter a família Mendes à frente do negócio por quase um ano a mais, preservar o parque fabril em Blumenau e os empregos, seguir com o apreço pela produção artesanal e qualidade de seus produtos e, por fim, manter o vínculo afetivo com a cidade de Blumenau e as tradições germânicas.

Antes da aquisição da Eisenbahn pela Schincariol, a projeção comercial de suas cervejas já era nacional, mas com muitos mercados regionais para suprir ainda. Obviamente, sua ampliação de mercado foi inevitável e passou a atingir todos os pontos atendidos pelo grupo em todo o país, aproveitando a logística e pontos de distribuição já existentes da Schincariol e também pela confiança já depositada na marca Eisenbahn. Hoje, a Eisenbahn faz parte do Grupo Brasil Kirin, multinacional de capital japonês, que comprou o Grupo Schincariol em 2011.

### **5.2.2 Bierland<sup>54</sup>**

A Mega Representações Ltda. ou cervejaria Bierland também de Blumenau foi fundada em 2003 por três sócios de Blumenau, que detém partes acionárias iguais na empresa. Bierland quer dizer em alemão “terra da cerveja”, fazendo referência à cidade de Blumenau, onde existiriam várias cervejarias no passado que a transformaram na terra da cerveja em Santa Catarina, conquistando novamente tal título pela

---

<sup>54</sup> As informações sobre a Bierland foram coletadas diretamente do seu site ([www.bierland.com.br](http://www.bierland.com.br)) e duma entrevista realizada pelo autor com Eduardo Krueger, sócio-gerente e fundador da cervejaria, em Blumenau no dia 20 de março de 2013.

quantidade de cervejarias existentes atualmente e também pela Oktoberfest, a maior festa alemã das Américas. Além disto, a localização da empresa se deu também pelos familiares já residirem em Blumenau e por possuírem o imóvel, onde hoje está a fábrica.

O capital inicial para investimento na implantação da cerveja foi conseguido de forma própria e através de financiamento (BNDES), totalizando cerca de R\$ 1 milhão. A cervejaria surgiu como filial e como possibilidade de diversificar os negócios da família, já que a matriz da Mega Representações trabalha com comercialização de tintas anticorrosivas. Do grupo, a fábrica de cerveja da Bierland é única, não havendo mais filiais fabricantes de cerveja em sua gama de negócios.

Atualmente, a Bierland produz nove tipos de cerveja: Pilsen, Weizen, Pale Ale, Vienna, Bock, Imperial Stout, Strong Golden Ale, Belgian Blond Ale e Blumenau, esta última inspirada nas receitas do século XIX trazidas pelos imigrantes alemães para a região do Vale do Itajaí. Destas, três também estão disponíveis em chope: Pilsen, Weizen, Pale Ale, além do chope de vinho – um composto feito de cerveja e vinho –, sendo o único produto que não segue a Lei de Pureza Alemã.

Figura 17 – As cervejas da Bierland



Fonte: BIERLAND. Disponível em: <<http://www.bierland.com.br>>. Acesso em 20 de março de 2012.

Com a capacidade total instalada de 20.000 litros em 2003, iniciou produzindo 2 tipos de chope: o Pilsen e o Amber. Além da fábrica, a cervejaria disponibiliza desde sua fundação um bar anexo para a degustação de seus produtos pelos clientes, que atualmente está terceirizado. Em 2005, foi lançado o chope Weizenbier e o chope estilo Bock. Neste mesmo ano, a Cervejaria fez sua primeira participação na Oktoberfest de Blumenau.

Em 2009, com a capacidade produtiva ampliada, colocou em funcionamento a sua linha de engarrafamento, oferecendo ao mercado a linha de cervejas Bierland agora em garrafas. A partir daí, a expansão de mercado e o consumo crescente de seus produtos fez com que a cervejaria tivesse que aumentar novamente sua capacidade produtiva. Já no ano de 2010, foram instalados mais três tanques de fermentação/maturação na fábrica, quando foram lançados mais quatro tipos de cerveja: Pale Ale, Vienna, Imperial Stout e Strong Golden Ale. Segundo Krueger, a capacidade produtiva instalada é de 110 mil litros ao mês atualmente, mas produz em média 70 mil litros ao mês, e o faturamento anual chega na casa dos R\$ 5 milhões.

Até pela ampliação do consumo e as vendas crescentes da Bierland, as ampliações da fábrica se tornaram necessárias, sendo sua capacidade de tancagem aumentada, o moinho de malte trocado por um maior, a cozinha foi ampliada e a linha de envase foi implantada. Desta maneira, Krueger destaca que a Bierland investe constantemente em renovação tecnológica de equipamentos e no desenvolvimento de novos produtos, conforme a necessidade e a demanda do mercado consumidor. A fábrica possui um laboratório básico para análise da produção, mas para análises mais aprofundadas utiliza-se de laboratórios externos.

As cervejas Bierland têm projeção nacional e podem ser encontradas em todos os estados das regiões Sul e Sudeste, além de outras regiões, tais como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e em alguns pontos do Nordeste do país, utilizando logística e distribuição terceirizadas. Já os chopes tem projeção regional (Vale do Itajaí, Região Norte e Litoral) e têm logística e distribuição próprias.

Quanto à concorrência regional, Krueger afirma vê-la ainda de forma sadia, já que a Bierland tem certa preferência e um público assíduo entre os consumidores da região, pois prima pela qualidade e diversidade de seus produtos e todas as suas cervejas reconhecidas por numerosos prêmios conquistados no Brasil e no exterior.

Além do financiamento inicial do BNDES, a cervejaria Bierland contou posteriormente com a redução do ICMS através do crédito

presumido para microcervejarias como benefício do governo estadual, sendo estes os únicos benefícios estatais recebidos pela empresa ao longo de sua história.

Os recursos humanos empregados pela Bierland totalizam 18 funcionários, sendo seis na linha de produção, seis na administração e seis na distribuição. A mão de obra é toda local. Possui mestres-cervejeiros, *beersommerliers* e alguns funcionários da administração com formação externa, sendo os demais com treinamento interno.

Figura 18 – Aspectos do Interior da Fábrica da Bierland



Fonte: BIERLAND. Disponível em: <<http://www.bierland.com.br>>. Acesso em 20 de março de 2012.

Na planta industrial da cervejaria, como se observa na Figura 2, foram utilizados equipamentos nacionais de alta tecnologia. Na produção do chope, utilizam equipamentos (tanques, cozinha etc.) da Egisa S.A. de Bento Gonçalves - RS e Saumec de Vespasiano - MG no envase das garrafas, sendo a manutenção destes prestada por estas empresas ou alguma outra terceirizada. Somente pequenos ajustes ou

reparos são feitos na própria cervejaria, mas que não possui pessoas específicas para isto.

### 5.2.3 Opa Bier<sup>55</sup>

Com o intuito de resgatar a tradição e a história de Joinville na produção de cerveja, que desde a fundação em 1851 teve inúmeras cervejarias através de iniciativas de imigrantes alemães ali estabelecidos e muitas delas com reconhecimento nacional por produzirem cervejas de alta qualidade, surge em 2006 a Cervejaria Joinville Ltda. ou Opa Bier, sendo a maior de Joinville e umas das maiores microcervejarias de Santa Catarina na atualidade.

A sociedade é composta por cinco sócios, sendo um dos principais deles o destacado empresário Harry Weege da Incasa, uma importante indústria química de Joinville, de onde veio a maior parte do capital inicial para investimento na Opa Bier. A cervejaria não possui filiais. O investimento inicial foi em torno de R\$ 1 milhão, mas estima-se que, desde a sua fundação até hoje, já foram investidos mais de R\$ 4 milhões na cervejaria.

Inicialmente, a Opa Bier produzia somente os chopes Pilsen e Porter e a capacidade produtiva era de 7, 8 mil litros ao mês. Depois, ampliou a gama de produtos e passou a produzir vários tipos de cervejas. Atualmente, comercializa e produz só chope Pilsen em barril e cervejas engarrafadas Pilsen, Pale Ale, Porter, Weizen, Old Ale, Weihnachts e sem álcool. Além da marca Opa Bier, produz ainda a Göttlich Divina nas versões Pilsen Extra e Weiss Extra, ambas com extrato de guaraná, e a Balsa nas versões Pilsen, Pale Ale e Weiss. Boa parte delas também tem prêmios e menções nacionais e internacionais, atestando a qualidade da Opa Bier na fabricação de cervejas especiais. Atualmente, a capacidade produtiva é de 150 mil litros por mês. Como a capacidade de produção é grande, a cervejaria trabalha constantemente com capacidade ociosa, menos no período de pico que antecede o verão.

---

<sup>55</sup> As informações sobre a Opa Bier foram coletadas diretamente do seu site ([www.opabier.com.br](http://www.opabier.com.br)) e de uma entrevista realizada pelo autor com Eumar Schmitz de Alvarenga, mestre-ervejeiro da cervejaria, e outros funcionários da empresa em Joinville no dia 05 de julho de 2011. Alguns pontos específicos sobre a cervejaria, eles não souberam informar.



Figura 19 – As cervejas da Opa Bier



Fonte: OPA BIER. Disponível em: <<http://www.opabier.com.br>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

Assim como sua capacidade produtiva aumentou vertiginosamente, seu mercado também. Até 2009, quando produzia ainda só chope, a abrangência era regional. O chope ainda continua regional e atinge no máximo Curitiba - PR, mas ainda é o carro-chefe da cervejaria e mais contribui ao faturamento da empresa. Não obstante, com o engarrafamento de suas cervejas, a Opa Bier pulverizou o mercado e conquistou abrangência nacional. Em 2010, já passou a atender todos os estados do Sudeste, alguns do Centro-Oeste, do Norte e Nordeste do país. Para atender este mercado crescente, possui distribuidora própria para o chope na região de Joinville, mas conta com outras distribuidoras parceiras para distribuir suas cervejas pelo país.

Os recursos humanos empregados na fábrica somam 18 pessoas, sendo destas 10 na distribuição e o restante na produção e administração. Com exceção do mestre-cervejeiro Eumar Schmitz de

Alvarenga com formação externa e experiência na AmBev por vários anos, os demais têm origem local e possuem treinamento interno.

Os equipamentos utilizados na produção são de origem nacional, sendo a maior parte deles Egisa S.A. de Bento Gonçalves - RS, mas também conta com equipamento catarinense como a rotuladora da Maqmundi de Ascurra - SC. Os equipamentos (tanques, cozinha etc.) são os mesmos desde o início, mas, após o inclusão dos equipamentos para envase de garrafa, houve uma atualização tecnológica na fábrica, existindo paralelamente equipamentos “obsoletos” e de ponta na linha de produção. Possui um pequeno laboratório para análises básicas da produção e, para análises mais detalhadas, utiliza laboratórios externos. Entretanto, segundo Eumar, o espaço físico já não permite novas ampliações e a empresa tem que lidar com tal situação constantemente.

Figura 20 – Aspecto Interno da Fábrica da Opa Bier



Fonte: Acervo do autor.

A empresa possui um perfil conservador para novos investimentos em produtos, processos e inovações tecnológicas, que são feitos somente

quando é realmente necessário e há recursos financeiros para tal. Mesmo assim, pode-se dizer que a Opa Bier é pioneira não só por ser a primeira microcervejaria de Joinville nesta nova fase de ressurgimento das cervejarias na cidade, mas também por lançar produtos novos como a cerveja Old Ale, a cerveja sem álcool, estas até então ainda não fabricadas por microcervejarias em Santa Catarina, e a Pilsen em garrafa de alumínio, a primeira do Brasil e cervejas em barris de 5 litros.

#### **5.2.4 Heimat<sup>56</sup>**

A história da Lindauer Indústria de Alimentos Ltda ou simplesmente cervejaria Heimat começou muito antes da própria cervejaria. O imigrante alemão Paul Nuber, vindo da cidade de Lindau no sul da Alemanha, já era mestre-ervejeiro na sua cidade-natal e trouxe consigo receitas, conhecimentos e técnicas de produção para Indaial em 1932. Seus amigos traziam os ingredientes da Europa e a cevada era maltada em casa mesmo. Entretanto, depois que Paul faleceu, sua vocação cervejeira não foi seguida pela família.

---

<sup>56</sup> As informações sobre a Heimat foram coletadas diretamente do seu site ([www.heimat.com.br](http://www.heimat.com.br)), de material fornecido pela empresa e de uma entrevista realizada pelo autor com Georg Sigmar Nuber, sócio-proprietário da cervejaria, em Indaial no dia 06 de março de 2013. Nuber também preferiu não divulgar o faturamento anual da empresa.

Figura 21 – Logo da Cervejaria Heimat



Fonte: HEIMAT. Disponível em: <http://www.cervejariaheimat.com.br>. Acesso em: 20 de março de 2012.

Com o ressurgimento das cervejarias na região na primeira década do século XXI, o neto de Paul, Georg Sigmar Nuber, decidiu resgatar o legado e os ensinamentos deixados pelo avô e recuperou sua receita de cerveja para oferecê-la ao público em geral. Assim, passou a fabricar cerveja e, em 2005, fundou a cervejaria Heimat, que em alemão quer dizer “terra natal” ou “pátria”, remetendo seu nome à Alemanha, terra natal de seus familiares.

A localização da cervejaria Heimat em Indaial se deu por ser o lugar estabelecido anteriormente para a fixação da família Nuber, quando imigraram para o Brasil, mas também por seu fundador possuir um imóvel próprio para a instalação da fábrica, no caso, o local onde ela se localiza hoje. A empresa é totalmente familiar, já que seu fundador, Georg Sigmar Nuber, possui 99% e sua esposa 1% de controle acionário.

Para a instalação da cervejaria, não houve financiamento e nem benefícios fiscais, que resultou num aporte inicial de capital próprio no valor de cerca de R\$ 1,5 milhão e outro para a ampliação da fábrica no que diz respeito à capacidade de tancagem/armazenamento em 2006, passando os 6 mil litros iniciais para os 9 mil litros atuais ao mês. Em 2008, novos investimentos em enchedora e pasteurizadora na linha de envase para garrafas.

Figura 22 – Aspecto Interno da Fábrica da Heimat



Fonte: Acervo do autor.

Atualmente, a Heimat produz os chopes Pilsen, Malzbier e de Vinho em barril e a cerveja Pilsen em garrafa, seguindo normas rígidas de qualidade, mas não a Lei de Pureza Alemã por adicionar também cereais não-malteados. O mercado é basicamente regional, mas a partir do engarrafamento de seus produtos pretende atingir outros pontos do país. Nuber afirma, que o mercado está saturado por causa da grande concorrência existente com a presença de muitas grandes cervejarias e um número crescente de micro cervejarias, enquanto o consumidor está bitolado e acostumado ainda a consumir muita cerveja Pilsen.

Para produzir, distribuir e administrar a empresa, a Heimat conta com seis funcionários, sendo três na produção, dois na administração e um na distribuição. A origem dos trabalhadores é local mesmo, ou seja, de Indaial. O mestre-cervejeiro possui formação externa e o restante recebe treinamento interno.

Quanto à planta industrial, todo o equipamento empregado na fábrica é de origem nacional fornecido pela empresa Egisa S.A., sendo esta responsável pela manutenção e envio de pessoal técnico para isto.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos são mínimos, até pela estrutura enxuta da empresa, mas possui um pequeno laboratório para a análise da qualidade da produção.

### **5.2.5 Das Bier<sup>57</sup>**

A Agropecuária Lauro Schmitt Ltda. ou Das Bier Gastronomia, Pesca e Lazer surgiu após a restauração do antigo casarão construído no início do Século XX pela família Schmitt em Belchior Alto, Gaspar, agregando valor aos empreendimentos que ela já desenvolvia na propriedade da família (pesque & pague desde 1995) e inaugurou a cervejaria em 2006.

Inicialmente, a proposta era produzir chope para consumo em sua sede e para o fornecimento a pontos turísticos locais como as famosas cascatas, bares e restaurantes existentes na região e a domicílio para seus clientes da região. Hoje, a Das Bier orgulha-se de estar entre as maiores cervejarias artesanais do estado de Santa Catarina e poder, através da fabricação do mais puro chope alemão, preservar a história e a tradição local.

O investimento inicial foi bancado exclusivamente pelo sócio-majoritário e presidente da empresa Maurílio Leopoldo Schmitt, filho do Sr. Lauro Schmitt proprietário da terra e patriarca da família, que possuía uma empresa de consultoria em Curitiba, mas que decidiu investir cerca de R\$ 1 milhão na propriedade da família para fundar a cervejaria Das Bier. Por outro lado, estão mais três irmãos como sócios minoritários. Ou seja, uma empresa totalmente familiar.

---

<sup>57</sup> As informações sobre a Das Bier foram coletadas diretamente do seu site ([www.dasbier.com.br](http://www.dasbier.com.br)) e de uma entrevista realizada pelo autor com Êmerson Bernardes, gerente comercial da cervejaria, em Gaspar no dia 05 de março de 2013. Bernardes preferiu por motivos particulares não divulgar alguns dados e detalhes da empresa como o faturamento, entre outros.



Figura 23 – Aspectos do Entorno da Cervejaria Das Bier



Fonte: DAS BIER. Disponível em: < <http://www.dasbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

A cervejaria investe constantemente em sua infraestrutura para melhor servir e receber turistas e clientes. Possui um amplo restaurante em anexo à fábrica, onde os clientes podem consumir todos os chopes produzidos, apreciar petiscos e pratos típicos, adquirir acessórios e outros produtos da Das Bier e se inserir ainda mais na cultura cervejeira. Além disto, vários projetos são desenvolvidos ou estão em andamento, visando a ampliação dos negócios, como o Das Bier Kneipe, um pub em estilo alemão localizado no Shopping Park Europeu em Blumenau, e a participação em festivais e eventos.

Produz atualmente só chopes nas versões Pilsen, Natural, Weizen, Pale Ale, Braunes Ale e Starkes Bier (Strong Scotch Ale), que podem ser adquiridos em barris ou em garrafas retornáveis e estilizados pela Das Bier. Além disto, possui também uma cachaça “Der Schnaps”, de fabricação terceirizada por um alambique local, mas envelhecida em barris de carvalho na empresa, e também oferece peixe, que podem ser pescados e consumidos no local.

O mercado abrangido pela Das Bier é regional, já que se trata somente de chopes, mas mesmo assim atinge Blumenau, Gaspar e regiões adjacentes e o Litoral de Joinville até Florianópolis. Para isto, possui logística e distribuição próprias para todos os seus produtos. Ainda sobre o mercado, Bernardes afirma, que a concorrência com as demais cervejarias ainda é sadia, mas que já ocorre certa “prostituição” do mercado com micro cervejarias vendendo seus produtos abaixo do preço real de mercado.

Para conquistar novos mercados e consumidores, a Das Bier se destaca pela qualidade e variedade de seus chopes, mas também pelo seu espaço amplo e diferenciado junto à natureza e opções de lazer em anexo e pelos acessórios e produtos relacionados à cerveja. Bernardes destaca que, desde a sua fundação, a Das Bier cresceu entre 15 e 20% ao ano, apontando como possíveis causas o aumento do poder aquisitivo do consumidor em geral, um mercado consumidor mais exigente, uma oferta e variedade de produtos com melhor qualidade, uma crescente tendência de harmonização de cerveja com gastronomia, uma busca cada vez maior de informações e conhecimentos acerca da cerveja pelos consumidores, a grande divulgação de festivais e eventos cervejeiros pelo país etc.

Por outro lado, como o chope é um produto sazonal, Bernardes destaca que a Das Bier apresenta de abril a agosto 50% ou mais de capacidade ociosa neste período. De setembro a março, a cervejaria passa a operar com capacidade plena, já se preparando para as festas de outubro em Santa Catarina e a alta temporada do verão.



Figura 24 – Aspecto Interno da Fábrica da Das Bier



Fonte: DAS BIER. Disponível em: <<http://www.dasbier.com.br>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

Quanto ao papel do Estado, Bernardes destaca que a cervejaria obteve alguns incentivos ou benefícios fiscais como a terraplanagem fornecida pela governo municipal e a redução de ICMS pelo crédito presumido e a lei de reserva de mercado em 20% para microcervejarias locais em festas locais pelo governo estadual. No entanto, destaca que a falta de incentivos municipais, estaduais e/ou federais para o desenvolvimento do setor cervejeiro na região e reclama de leis como a última acerca de lei seca, que acabou por reduzir o movimento e prejudicar as cervejarias.

Os recursos humanos empregados somam 30 funcionários, sendo seis na produção, cinco na administração, quatro na distribuição e quinze no restaurante. Quanto à formação e capacitação profissional, o

pessoal ligado diretamente à linha de produção e à administração da empresa tem formação superior externa, enquanto os demais da distribuição e do restaurante tem treinamento interno. Por exemplo, o mestre-cervejeiro Antônio Soares Souza tem formação externa e anos de experiência na AmBev. No entanto, a origem dos funcionários é preferencialmente local, mas também de Blumenau.

Quanto ao equipamento utilizado na fábrica, ele é de origem nacional, também fornecido pela empresa Egisa S.A., a qual fornece manutenção deste equipamento. Trata-se do mesmo equipamento desde a instalação, sendo ampliada somente a capacidade de tancagem. Em 2014, a cervejaria pretende ampliar sua cozinha para aumentar ainda mais sua capacidade de produção. Além disto, a cervejaria possui manutenção de suas chopeiras. A prioridade da empresa, segundo Bernardes, não é inovação tecnológica, até por que os equipamentos são de última tecnologia e por se manter numa zona de conforto atualmente por só trabalhar com chope. Por isto, não possui laboratório para análise de seus produtos, utilizando para isto laboratórios externos.

### 5.2.6 Othomania Catarina<sup>58</sup>

A Indústria e Comércio de Cervejas Costa Esmeralda Ltda. ou cervejaria Othomania Catarina surgiu em 2011 na cidade de Itajaí e foi fundada pelo empreendedor Vilson Sandrini Filho. Inicialmente, a Othomania foi fundada na cidade de Pompéia em São Paulo, mas a ideia da cervejaria em Santa Catarina foi fruto de um antigo desejo seu de produzir uma cerveja *premium* de qualidade superior e por um preço justo, diferente das cervejas comerciais que se encontram no mercado atualmente. Sandrini, um grande apreciador de cervejas artesanais, decidiu então a criar a fábrica de cerveja Othomania Catarina.

A localização da empresa em Itajaí se deu, pois o sócio-proprietário majoritário já morava lá e também pela cidade ser a porta do Vale do Itajaí, mas cogitou-se também na época a possibilidade de a fábrica ser instalada em Pomerode. Por fim, decidiu-se por Itajaí. Sandrini informa, que foram investidos inicialmente de forma própria

---

<sup>58</sup> As informações sobre a Othomania Catarina foram coletadas diretamente do seu site ([www.othomaniacatarina.com.br](http://www.othomaniacatarina.com.br)) e duma entrevista realizada pelo autor com Vilson Sandrini Filho, sócio-proprietário e fundador da cervejaria, em Itajaí no dia 19 de março de 2013. Por questões particulares, Sandrini também preferiu não divulgar o faturamento anual da empresa.

cerca de R\$ 600 mil para a instalação da cervejaria, ficando a distribuição acionária assim dividida entre três sócios: 50% para Sandrini, 30% Othomania de Pompéia – São Paulo e 20% Mec Bier também de Pompéia – São Paulo.

Figura 25 – Logo da Cervejaria Othomania Catarina



Fonte: OTHOMANIA. Disponível em: <http://www.othomaniacatarina.com.br>. Acesso em: 20 de março de 2013.

Desta forma, Sandrini aliou-se com importantes sócios para realizar seu sonho e viabilizar a fundação da cervejaria em Itajaí, trazendo para a Othomania Catarina o *know-how* e a experiência da Othomania de Pompéia – São Paulo e os equipamentos e a tecnologia da Mec Bier de Pompéia – São Paulo, importante fabricante nacional de equipamentos cervejeiros.

Hoje, são produzidos os chopes Pilsen, Brown Ale e Weizen, que seguem a Lei da Pureza Alemã e são comercializados em barris, principalmente em Itajaí e Balneário Camboriú. Também podem ser consumidos diretamente na fábrica, juntamente com petiscos, pratos típicos harmonizados por um chefe de cozinha e, dependendo do dia, com música típica ao vivo num espaço para degustação e para inserção do consumidor cultura cervejeira num ambiente extremamente familiar.

Quanto à concorrência no mercado, Sandrini não encara como uma ameaça, mas o que lhe preocupa é a qualidade e o nível dos produtos feitos por outras cervejarias. Não obstante, Sandrini destaca que a Othomania Catarina prima pela qualidade de seus produtos combinando matérias-primas de primeira qualidade na produção de seus chopes e rigorosa higiene em todos os processos produtivos até o consumidor final. Além disto, oferece um atendimento excepcional e bastante informal a seus clientes tanto na fábrica quanto a domicílio e agrega a cultura cervejeira em seus produtos, no sentido de informar e educar o consumidor acerca de seus produtos e introduzi-los ao mundo da cerveja.

Quando da instalação da cervejaria em 2011, ela não obteve incentivos e/ou benefícios por parte de nenhuma esfera dos governos para a implantação da empresa na cidade. No âmbito municipal, a Othomania Catarina nunca foi convidada a participar de uma Marejada – festa típica portuguesa da cidade de Itajaí que faz parte do calendário das festas de outubro de Santa Catarina -, para expor, comercializar os seus chopes e ser mais uma oferta gastronômica e cultural na festa por falta de estímulo e/ou interesse por parte do governo municipal. No âmbito estadual, houve somente a inclusão da cervejaria na lei estadual de redução de ICMS – crédito presumido -, por se tratar de uma microcervejaria. No âmbito federal, nada foi recebido neste sentido.

A Othomania Catarina emprega nove funcionários, sendo dois na produção, três na administração, um na distribuição e três no espaço gastronômico da fábrica, estes contratados temporariamente conforme a necessidade e a demanda em determinadas épocas do ano. A origem dos funcionários é local, geralmente estudantes, que são treinados internamente. Somente os mestres-cervejeiros são de fora, mas que não trabalham diretamente na fábrica e fazem consultoria à distância ou, às vezes, comparecem à fábrica, havendo necessidade. Há somente um chefe de produção. Futuramente, pensa-se em contratar um mestre-cervejeiro para trabalhar e permanecer na fábrica, para diversificar ainda mais as receitas e melhorar as técnicas de produção. Na distribuição, a Othomania Catarina conta com uma parceria com uma distribuidora de

bebidas da cidade, que retira os chopes diretamente na fábrica e atende todos os clientes a domicílio. No espaço gastronômico, além do chefe de cozinha responsável por variar e harmonizar os pratos com os distintos chopes, os garçons são treinados como *showmen*, para atender, informar, cativar e inserir o cliente da maneira mais informal e familiar possível na cultura cervejeira.

Figura 26 – Aspecto Interno da Fábrica da Othomania Catarina



Fonte: OTHOMANIA catarina. Disponível em: <http://www.othomaniacatarina.com.br>. Acesso em: 20 de março de 2013.

O equipamento empregado é nacional da empresa Mec Bier de Pompéia – São Paulo, com capacidade de produção de 6.600 litros ao mês. A manutenção é fornecida pela empresa fornecedora dos equipamentos, quando necessária. A empresa está constantemente investindo em novas tecnologias para expandir sua produção e aumentar a qualidade de seus produtos. Possui laboratório para análise básica de sua produção, mas para análises mais detalhadas utiliza-se de laboratórios externos, especialmente da Universidade do Vale do Itajaí – Univali -, localizada em Itajaí e local de trabalho de Sandrini.

### 5.2.7 Schornstein<sup>59</sup>

Fundada em 2006, a cervejaria Schornstein Ltda. preserva ainda um patrimônio histórico da cidade de Pomerode, pois está sediada num antigo prédio, tombado pelo patrimônio histórico municipal e que tem uma chaminé de 30 metros de altura toda de tijolos maciços. Daí, o nome Schornstein, que em alemão quer dizer “chaminé”. As características, as tradições germânicas mantidas na região, o marketing nacional e internacionalmente feito sobre a cidade mais alemã do Brasil e o grande fluxo de movimentação turística fizeram com o lugar escolhido para sediar a cervejaria fosse Pomerode.

Segundo Maurício Zipf, um dos sócios-proprietários e fundadores, o capital inicial investido foi na casa de R\$ 1 milhão, provenientes de recursos próprios dos quatro sócios e também de financiamento do BNDES. Posteriormente, o sócio da filial de Pompéia - SP foi adicionada ao grupo, totalizando cinco sócios com participações acionárias distintas. Destes, dois sócios são de Pomerode e três de fora.

Com o reconhecimento pela qualidade dos chopes produzidos em Pomerode, a Cervejaria Schornstein decidiu expandir sua atuação para o mercado paulista, inaugurando uma segunda fábrica na cidade de Holambra - São Paulo, a cidade mais holandesa do Brasil. A fábrica de Pomerode tem capacidade para produzir mensalmente 32 mil litros de chope e a de Holambra 45 mil litros ao mês, mas esta última está apta à uma rápida expansão para até 120 mil litros ao mês. Segundo Zipf, por só produzir chope, a sazonalidade afeta ainda mais a Schornstein, tendo períodos de grande capacidade ociosa, especialmente no inverno. Por outro lado, o auge da produção e do consumo ocorre entre outubro e janeiro e as duas fábricas trabalham em três turnos para dar conta de abastecer o mercado, mas mesmo assim, somente a unidade de Pomerode não é capaz de abastecer suficientemente o mercado catarinense e boa parte da produção dos chopes é feita na unidade de Pompéia – São Paulo e transportada para cá.

A fim de estimular o fortalecimento da cultura cervejeira, valorizando a apreciação de bebidas diferenciadas e sua harmonização gastronômica, a Schornstein mantém em suas unidades dois bares de

---

<sup>59</sup> As informações sobre a Schornstein foram coletadas diretamente do seu site ([www.schornstein.com.br](http://www.schornstein.com.br)) e duma entrevista realizada pelo autor com Maurício Zipf, sócio-proprietário e fundador da cervejaria, em Pomerode no dia 25 de março de 2013. Por questões particulares, Zipf preferiu não divulgar o faturamento anual e a participação acionária exata de cada um dos sócios.

fábrica: Schornstein Krug em Holambra e Schornstein Kneipe em Pomerode. Os locais servem petiscos tradicionais da culinária holandesa e alemã respectivamente e ainda sugerem harmonizações para cada tipo de chope e comercializam *souvenirs* (copos, camisetas, acessórios etc.). Além de visitarem os bares de fábrica, as pessoas têm a possibilidade de conhecerem o processo de produção dos chopes através de uma visita monitorada às fabricas, que inclui a degustação de um chope tirado direto do tanque.

Atualmente, produz chopes Pilsen Natural, Pilsen Cristal, Weiss, Índia Pale Ale (IPA), American Pale Ale (APA), Bock e Imperial Stout. Por só produzir chope, devido a perecibilidade do produto e os cuidados rigorosos de manuseio do produto (refrigeração, transporte etc.), a Schornstein tem sua área de abrangência de mercado limitada a algumas regiões dos estados de Santa Catarina, abrangendo o Vale do Itajaí, Rio Negrinho, Florianópolis, Criciúma e Litoral, e São Paulo, principalmente Holambra e a região de Campinas. Para atender estes mercados, a logística e distribuição são próprias nas microrregiões de Pomerode e Blumenau em Santa Catarina e Holambra e Campinas em São Paulo. Nos demais pontos de venda e distribuição nestes estados, se dá através de terceiros.

Figura 27 – As cervejas da Schornstein



Fonte: SCHORNSTEIN. Disponível em: <http://www.schornstein.com.br>. Acesso em: 15 de março de 2013.

Para Zipf, a concorrência regional existente no mercado atual de chope é altamente concorrencial e prejudicial, já que pela limitação geográfica do chope impede a expansão das atividades para outros mercados e, além do mais, já existem muitas cervejarias no Vale do Itajaí, que acabam por bater de frente umas com as outras e acirram bastante a disputa por mercado. Em alguns casos, isto resulta num “leilão reverso” de chope, onde o consumidor dita o preço e não as cervejarias. Para superar isto, a Schornstein tem como diferenciação a qualidade de seus produtos, não acelerando os tempos dos processos, mantendo as receitas originais e seguindo a Lei de Pureza Alemã, e uma marca constituída com valor agregado, focado nas tradições germânicas e na rigidez alemã na fabricação de produtos com qualidade.

O número total de funcionários na unidade de Pomerode é de 12 pessoas, sendo cinco na produção, quatro na administração e três na distribuição. Junto à fábrica, o bar foi terceirizado e conta geralmente com oito funcionários, dependendo da necessidade e da demanda. Interessante notar, que a Schornstein não tem mestre-cervejeiro, mas sim cervejeiros práticos formados dentro da própria fábrica, mas que contam com assessoria de mestres-cervejeiros consultores com formação internacional para elaborar novas receitas e aprimorar as técnicas de produção. Os demais funcionários da cervejaria têm treinamento interno. Com exceção dos cervejeiros que são de fora, por não haver mão de obra especializada na região durante a implantação da cervejaria, o resto dos empregados é de Pomerode e região.

Na linha de produção, a Schornstein conta com equipamentos nacionais da empresa Egisa S.A. de Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul nas duas fábricas, que é responsável pela manutenção dos equipamentos, mas existem também algumas poucas empresas da região que se especializaram neste ramo e também prestam serviços de manutenção às vezes. Somente alguns pequenos ajustes ou detalhes são feitos diretamente na cervejaria.

A unidade de Pomerode, que saltou de uma capacidade produtiva de 6.500 litros para uma atual de 32 mil litros ao mês, possui a mesma cozinha ainda de apenas 500 litros por brassagem. Por isto, em dias de brassagem, são necessárias quatro brassagens nestas painéis para encher um tanque. Zipf explica, que há uma limitação interna de espaço na linha de produção, não havendo condições de uma nova ampliação, pois se trocar a cozinha, tem que trocar a caldeira e aumentar a tancagem, não havendo mais espaço para isto. Seria mais fácil construir uma fábrica nova, segundo Zipf, mas que não é a intenção atual da empresa.



Já a fábrica de Pompéia – São Paulo foi superdimensionada e comportaria tranquilamente novas ampliações. É visível, que a Schornstein investiu constantemente em novos equipamentos. Recentemente, investiu na ampliação da capacidade de tancagem, trocou o *chiller* de resfriamento e o trocador de calor. A Schornstein também pretende expandir futuramente sua produção e partir para o envasamento de suas cervejas em garrafa. Além disto, está instalando um laboratório de análise em cada fábrica para não precisar mais enviar para fora seus produtos para análise em laboratórios externos.

Figura 28 – A Cervejaria Schornstein em Pomerode



Fonte: SCHORNSTEIN. Disponível em: <http://www.schornstein.com.br>. Acesso em: 15 de março de 2013.

Quanto ao papel do Estado, Zipf afirma que a Schornstein foi beneficiada pelo governo municipal que apoia o turismo em Pomerode e, geralmente, inclui a cervejaria em eventos de divulgação turística do município. Além disto, existe o apoio do governo estadual através da Santur, o órgão de turismo de Santa Catarina, na divulgação das microcervejarias do Vale do Itajaí dentro de pacotes turísticos como o da

rota da cerveja, incluindo a Schornstein nela. Zipf considera tal apoio dado pelos órgãos de turismo essencial para a cervejaria. Além disto, destaca que a cervejaria também se beneficiou pela linha de crédito presumido de ICMS do governo estadual<sup>60</sup>, por ser uma ferramenta de atração turística e não simplesmente por ser fabricante de cerveja ou de bebidas alcoólicas, que gera muitas receitas indiretas ao município e ao estado por beneficiar outros segmentos de negócios através do turismo em Pomerode como o zoológico, museu, fábrica de chocolates, hotéis, restaurantes etc. Entretanto, a cervejaria não recebeu nenhum incentivo do governo federal e também se sente prejudicada pela nova lei seca, visto que a cervejaria é encarada como um fabricante de bebidas alcoólicas e não concede benefícios para tal setor.

### 5.2.8 Königs Bier<sup>61</sup>

A Königs Bier surgiu no fim de 2006, mas entrou em funcionamento só em 2007, produzindo seis mil litros inicialmente. A

---

<sup>60</sup> Segundo Zipf, este crédito presumido não é concedido a todas as microcervejarias. A lei tem alguns impedimentos para limitar e beneficiar somente as microcervejarias catarinenses, que não façam parte de nenhum grande grupo nacional, como a Eisenbahn que faz parte do grupo Schincariol e não recebe tal benefício, e que não produzam acima de 200 mil litros por mês. Este crédito presumido de ICMS do governo estadual de Santa Catarina significa uma redução da alíquota deste imposto na prática, mas na teoria quer dizer as micro cervejarias pagam o montante total deste imposto devido, mas recebem uma parte deste imposto como crédito presumido para abater no mês seguinte. Isto dá um intervalo de um mês para pagar o imposto total devido e também resulta num fôlego para empresa. Zipf destaca, que com exceção da Eisenbahn, todas as demais microcervejarias de Santa Catarina se beneficiam atualmente deste crédito presumido de ICMS do governo estadual, justamente por não serem taxadas como simples fabricante de bebidas alcoólicas, mas sim como ferramenta de atração turística para os municípios, regiões e estado. Outro ponto interessante disto é que Santa Catarina foi o primeiro estado do Brasil a conceder tal benefício às micro cervejarias, abrindo precedentes para o resto do país.

<sup>61</sup> As informações sobre a Königs Bier foram coletadas diretamente do seu site ([www.konigsbier.com.br](http://www.konigsbier.com.br)) e duma entrevista realizada pelo autor com Dennis Torres, sócio-fundador da cervejaria, em Jaraguá do Sul no dia 07 de julho de 2011. Alguns dados e/ou informações não foram fornecidas pelo entrevistado, não constando, por isto, no decorrer deste trabalho.

cervejaria pertence à família Torres, da qual Dennis Torres está à frente da empresa. O intuito de fundar a cervejaria foi o de resgatar a tradição da cerveja e dos costumes dos descendentes alemães de Jaraguá do Sul. Daí, o nome Königs Bier, que em alemão quer dizer “cerveja do rei”, em homenagem aos reis do tiro e das sociedades de tiro que preservam esta antiga tradição alemã em Jaraguá do Sul. A própria família Torres tem ascendência alemã entre seus familiares e, com viagens à Alemanha par pesquisar o setor, decidiu-se pelo negócio.

Atualmente, a Königs Bier tem capacidade produtiva de 22 mil litros mensais de chope, mas produz em média 15-16 mil litros por mês. Produz só chope nas versões Pilsen Natural, Pilsen Cristal, Bock (sazonal), Landbier (chope com cinco tipos de malte), Radler (mix de chope e refrigerante de limão, o qual é fabricado também na cervejaria) e Pilsen Extra (sob encomenda). É seguidora da Lei da Pureza Alemã.

Figura 29 – Logo da Cervejaria Königs Bier



Fonte: KÖNIGS BIER. Disponível em: <http://www.konigsbier.com.br>. Acesso em: 20 de março de 2012.

O mercado atendido pela cervejaria é somente o de Jaraguá do Sul e algumas cidades vizinhas da região do Vale do Rio Itapocú, rio que passa por alguns municípios da região. Por outro lado, pretendem expandir o mercado para o Litoral Norte de Santa Catarina para atender a alta temporada de verão.

O capital inicial para o investimento na cervejaria veio a maior parte do principal negócio da família: um escritório de contabilidade. Uma pequena parte veio de empréstimos bancários. O investimento total gira em torno de R\$ 700-800 mil. Novos investimentos estão previstos em breve como o engarrafamento de cerveja e um bar em anexo à fábrica.

Figura 30 – Aspecto Interno da Fábrica da Königs Bier



Fonte: KÖNIGS BIER. Disponível em: <http://www.konigsbier.com.br>. Acesso em: 20 de março de 2012.

O maquinário utilizado é cerca de 60% nacional e 40% importado. Os investimentos são constantes em inovações tecnológicas para ampliar e diversificar a produção. Além do aumento da capacidade com novos tanques, o próximo investimento será em maquinário para o engarrafamento de cervejas.

Os recursos humanos da Königs Bier contam com quatro pessoas, além dos proprietários da família Torres. A mão de obra é local, sendo somente o mestre-servejeiro de fora.

### **5.3 O Impacto das Microcervejas nas Regiões do Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina**

A partir das concepções teóricas apontadas anteriormente para explicar o fenômeno das microcervejas em Santa Catarina e das informações apresentadas neste capítulo sobre algumas delas no Vale do Itajaí e Nordeste catarinense, serão discutidas e analisadas agora as implicações socioeconômicas e espaciais, que elas determina(ram) a ambas as regiões. Certamente, como outros tantos setores industriais presentes nestas regiões, eles acaba(ram) por modificar e impactar a economia, a sociedade e o espaço, onde elas estão inseridas, não sendo diferente com as microcervejas.

Uma análise a partir da formação socioespacial destas regiões aponta características marcantes, que determinaram o surgimento das microcervejas no Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense, que já foram vistas anteriormente. Não obstante, pensando na continuidade dos processos históricos e sociais pela visão materialista e das combinações geográficas presentes num determinado espaço, percebe-se que elas não foram só determinantes no passado, mas também no presente. Ou seja, tais características foram essenciais para o surgimento das cervejas no passado e do ressurgimento delas no presente nestas regiões.

Se no passado as raízes germânicas contribuíram para o surgimento das cervejas ainda no século XIX no Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, elas também tiveram influência agora no ressurgimento das microcervejas neste século XXI, pois todas elas, sem exceção, têm por intuito um resgate histórico das tradições alemãs, da cultura e da cerveja nestas regiões, sendo, portanto, a cultura um determinante fator baseado nas “múltiplas determinações” neste caso.

Para lembrar a teoria dos ciclos econômicos, o “ciclo servejeiro catarinense” da metade do século XIX foi diferente e com novas características (métodos, técnicas e processos de produção e administração dos negócios) do atual ciclo neste século XXI. Houve

uma interrupção da atividade cervejaria por décadas nestas regiões, como foi visto. Obviamente, este grande intervalo culminou neste novo ciclo atual, mas precisando passar por uma “destruição criadora”, quando todas as bases daquela atividade cervejaria anterior foram destruídas sob a lógica do sistema capitalista, para então criar as novas bases e as atuais característica do setor cervejeiro catarinense.

Com o ressurgimento da atividade cervejeira no Vale do Itajaí e Nordeste catarinense, assim como antigamente, foram constatados que os negócios surgidos tiveram e a maior parte deles ainda tem uma estrutura familiar. Com base nisto, são três linhas de negócios familiares: a) algumas famílias descendentes de imigrantes alemães como os exemplos das cervejarias Das Bier de Gaspar, Bierland de Blumenau, Königs Bier de Jaraguá do Sul e Heimat de Indaial; b) algumas famílias não-descendentes de alemães como os exemplos das cervejarias Eisenbahn de Blumenau e Othomania Catarina de Itajaí; e, por fim, c) um *mix* entre famílias de descendentes e não-descendentes de alemães, que se uniram para formar sociedades, como os exemplos da cervejaria Schornstein de Pomerode e Opa Bier de Joinville. Convém mencionar aqui, que, apesar de haver algumas sociedades neste ramo, até estas se mantêm com uma estrutura familiar, já que se trata de uma estrutura enxuta e com poucos sócios, sendo que alguns só aportaram capital, recebem parte dos lucros e não administram diretamente a empresa. Portanto, pode-se afirmar claramente que todas as microcervejarias catarinenses aqui estudadas são empresas familiares, mas que certamente reflete a realidade de todo o setor aqui no estado. Somente a Eisenbahn, por pertencer atualmente a um grande grupo cervejeiro internacional e não ser mais uma microcervejaria de fato, deixou de sê-lo.

É interessante notar que as famílias envolvidas nesta atividade atualmente não eram de origem cervejeira, isto é, eram inexperientes neste ramo e não tinham nenhum ancestral cervejeiro no passado. Com exceção da cervejaria Heimat, que resgatou uma atividade econômica desempenhada no passado por seus familiares, o restante viu neste ramo um novo negócio para diversificar os negócios da família e ingressar num setor em plena ascensão com o boom das microcervejarias em Santa Catarina e no Brasil. Desta maneira, não houve continuidade de negócios familiares antigos, por eles haverem simplesmente desaparecidos com o passar dos anos, mas abrindo precedentes para o ressurgimento da atividade cervejeira e possibilitando a entrada de novas famílias neste ramo.

Estas famílias responsáveis pelo ressurgimento da atividade cervejeira em Santa Catarina investiram boa parte de seus capitais de forma própria, sendo, desta maneira, tantos os industriais quanto os capitais locais. Com poucas exceções, como a Othomania Catarina de Itajaí e a Schornstein de Pomerode que recorrem a capitais externos, a maior parte das cervejarias surgiu a partir dos investimentos de capitais familiares próprios de seus idealizadores.

Ainda em relação à formação social do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense, vê-se que todas as cervejarias citadas preferem mão de obra local, certamente por ser especializada e disciplinada. Eis, portanto, um fator que as microcervejarias contribuem para a dinâmica socioeconômica regional: geração local de empregos.

Vê-se que a questão social foi de extrema importância para o ressurgimento da atividade cervejeira em Santa Catarina, assim como o foi para o seu surgimento no passado, especialmente por causa da formação da sociedade (cultura, tradições e famílias) do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense. Por outro lado, a questão do espaço não teve tanta importância como fator decisivo para o desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense, visto que ele não teve e/ou tem influência na determinação desta atividade econômica nestas regiões. Ou seja, o meio físico (relevo, paisagem, natureza etc.) não determinou o surgimento da atividade cervejeira, nem no passado nem no presente. Além disto, todos os ingredientes utilizados para a produção de cerveja é importada e não vem destas regiões. O único recurso natural proveniente do meio-ambiente é a água, mas que com tantos recursos tecnológicos existentes e empregados atualmente nas cervejarias, ela não é mais fator de localização como era antigamente.

Por outro lado, a localização das cervejarias tem, às vezes, a ver com o espaço escolhido para sediar uma cervejaria. Por exemplo, a Othomania Catarina de Itajaí teve sua localização determinada não somente por ser cidade de residência do seu proprietário, mas também por ela ser a porta do Vale do Itajaí. Já a Schornstein de Pomerode teve sua localização escolhida a dedo pelos seus proprietários, já que a maioria deles é de fora, para sediar a cervejaria por ser a cidade mais alemã do Brasil e polo de turismo nacional em função disto. Por fim, a Das Bier também teve sua localização determinada, não só por ser sede de outro negócio da família, mas certamente por causa do entorno natural exuberante existente na área. Em outros casos, a localização da cervejaria determinou o próprio nome. Por exemplo, a Eisenbahn – ferrovia em alemão - se chama assim por localizar-se num edifício em frente à antiga linha férrea da Estrada de Ferro de Santa Catarina, que

passava por Blumenau. Já Schornstein – chaminé em alemão – se chama assim por localizar num antigo prédio de uma fábrica de frios e embutidos de Pomerode, que tem uma grande chaminé em tijolo à vista e é considerado patrimônio histórico municipal.

Outra forma de interação com o meio e entorno, no qual as microcervejarias catarinenses se inserem, se dá com outros setores da economia local e/ou regional. Se, por um lado, a agricultura fica de fora, já que os insumos para a produção de cerveja são produzidos e vindos de fora, geralmente importados, existem o setor de serviços e outras indústrias, que interagem direta e indiretamente e impulsionam a dinâmica socioeconômica regional. No setor de serviços, destaca-se o setor de logística, transporte e distribuição, quando as cervejarias contratam empresas terceirizadas deste setor e utilizam seus serviços para escoar seus produtos local, regional e nacionalmente em alguns casos. Também são contratadas empresas do segmento de publicidade e propaganda, que são utilizados serviços para criar estratégias de *marketing* e divulgação através de diversos meios de comunicação (internet, jornais, rádios, *outdoors* etc.), visando promover suas marcas e incrementar suas vendas. Além disto, elas procuram empresas do segmento de design gráfico, para estampar e desenvolver seus rótulos das cervejas, copos estilizados, bolachas de chope e outros materiais gráficos, para conquistar seu público-alvo, agregar valor e confiança à marca e divulgar seus produtos. Por fim, outros setores de serviços ainda prestam serviços às micro cervejarias como as empresas de turismo, construção civil, manutenção elétrica e mecânica, para aquelas que não possuem das empresas fornecedoras de equipamentos ou tampouco própria, segurança de patrimônio, contabilidade e outros segmentos. Por fim, um setor produtivo envolvido nesta dinâmica regional trata-se do setor industrial de máquinas e equipamentos como, por exemplo, algumas cervejarias adquirem as rotuladoras da indústria Maqmundi de Ascurra ou, ainda embutidos em outros equipamentos, motores elétricos e componentes eletrônicos fabricados pela WEG de Jaraguá do Sul, Bühler de Joinville, entre outras empresas da região deste setor.

Quando se trata de analisar o papel do Estado no ressurgimento e no desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense, sob as óticas keynesiana de Estado promotor do desenvolvimento e marxista de Estado facilitador do processo de acumulação de capital, pode-se dizer, que a maioria das microcervejarias foi beneficiada por alguma política pública e/ou fiscal de órgãos municipais, estaduais e/ou federais. Pensando na esfera municipal, por exemplo, a Das Bier recebeu a terraplanagem do terreno para a instalação da fábrica da prefeitura



municipal de Gaspar, a Eisenbahn recebeu isenção da taxa de participação em seu primeiro ano na Oktoberfest da prefeitura municipal de Blumenau e a Schornstein recebe geralmente apoio da prefeitura municipal de Pomerode para participar de eventos turísticos municipais. As demais cervejarias declararam que não receberam incentivos municipais ou não informaram.

Já no âmbito estadual, a maioria das cervejarias recebe(u) incentivo fiscal, em especial no que diz respeito à concessão do crédito presumido do ICMS, e também apoio recebido direta e indiretamente através da Santur com a criação do Roteiro das Cervejarias Artesanais de Santa Catarina. Além de benefícios fiscais, assim como para com outras indústrias, as microcervejarias se beneficia(ra)m de políticas públicas tanto do governo estadual quanto o federal como o investimento em infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, distribuição de energia elétrica, água e saneamento etc.) e, principalmente, os financiamentos via BNDES, principalmente. A maior parte delas utilizou ou ainda utiliza os financiamentos a baixo custo do BNDES, para investir em maquinário e equipamentos para renovar sua planta industrial e ampliar a capacidade produtiva. Quase todas as microcervejarias deste estudo usaram este tipo de financiamento do governo federal, para comprar novos tanques, máquinas e aumentar a estrutura física da planta industrial, ampliando sua capacidade produtiva e agregando novas tecnologias.

A partir das duas visões keynesiana e marxista de Estado, constatou-se que as microcervejarias foram beneficiadas por políticas públicas (investimentos em infraestrutura, incentivos culturais e financiamentos) de incentivo e desenvolvimento do setor das três esferas de governo, sendo elas essenciais para o desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense e para a acumulação e reprodução de capital pelos empresários do ramo cervejeiro catarinense. Não significa dizer, que isto tenha sido suficiente para atender as constantes necessidades do setor, mas certamente já foi um bom respaldo dado pelo Estado às microcervejarias em Santa Catarina.

Talvez, alguns impactos negativos, mesmo que pequenos, das microcervejarias nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense seriam as questões que envolvem o meio-ambiente e a exploração da mão de obra. A questão ambiental diz respeito ao exagerado uso de água na produção de cerveja – estima-se em média de 7 a 10 litros de água para

produzir um litro de cerveja nas microcervejarias catarinenses<sup>62</sup> –, ao lançamento de gás carbônico (CO<sup>2</sup>) na atmosfera pelas caldeiras e também pelo próprio processo de fermentação e maturação da cerveja e à destinação de resíduos líquidos (esgoto) e sólidos (bagaço de malte). Pelo que se pôde notar *in loco*, as microcervejarias catarinenses se preocupam constantemente com a questão ambiental e tentam, sempre que possível, minimizar os impactos ambientais com investimentos em novas tecnologias e/ou recursos, que permitam o tratamento satisfatório dos efluentes líquidos, a diminuição do uso da água no processo industrial e a destinação correta para os resíduos sólidos.

Já a questão da mão de obra, sob um ponto de vista marxista, se refere à sua exploração, quando os empresários se apropriam do trabalho e exploram os trabalhadores – a mais-valia –, pagando pouco por isto, aumentando seus lucros e expandindo seus negócios. Ou seja, não somente por outros fatores como, por exemplo, o Estado e a pequena produção mercantil, ocorre uma maior acumulação e reprodução de capital pelo empresário também por uma maior exploração da massa assalariada com salários baixos, trabalho intenso e produção de produtos com alto valor agregado, apropriando-se o empresário desta mais-valia produzida pelo empregado para otimizar ainda mais os lucros e possibilitar a expansão de seu negócio.

Pode-se concluir, portanto, que as microcervejarias catarinenses constituem uma espécie de *cluster* cervejeiro nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense pela proximidade geográfica e as relações tanto de competição como de cooperação entre elas e contribuem,

---

<sup>62</sup> Segundo a AmBev, a meta de produção para o ano de 2012 era de chegar a 3,5 litros de água por litro de cerveja produzida. AMBEV, *op. cit.*. Isto é, a eficiência de uma grande cervejaria é muito maior, no que diz respeito ao uso racional da água no processo industrial, se comparado com os 7 – 10 litros de água utilizados numa microcervejaria para a produção de um litro de cerveja. Só para se ter uma ideia de quanto a água é importante para a cerveja, estima-se que são necessários 155 litros para produzir um litro de cerveja, se contar toda a cadeia que envolve a produção da bebida desde o início da produção das matérias-primas até o consumidor final. 155 litros de água para 1 litro de cerveja. Disponível em: <[http://ciclovivo.com.br/noticia/155\\_litros\\_de\\_agua\\_para\\_1\\_litro\\_de\\_cerveja](http://ciclovivo.com.br/noticia/155_litros_de_agua_para_1_litro_de_cerveja)>. Acesso em: 05 de abril de 2013. Se em 2011 o Brasil produziu 13,3 milhões de litros de cerveja, foram gastos mais de 2 bilhões de litros de água para produzir isto tudo. Ou seja, a água é um recurso natural muito importante e essencial para a produção de cerveja, não só pela sua qualidade, mas principalmente pela sua quantidade.

impactam e modificam significativamente a dinâmica socioeconômica e espacial dos municípios e regiões, onde elas estão instaladas, pois geram empregos diretos e indiretos, renda às populações locais, demanda a outras indústrias e empresas prestadoras de serviços, divisas aos municípios, contribuem ao turismo local e regional, transformam a imagem e paisagem de seus arredores e preservam as tradições, os costumes e a cultura europeia de Santa Catarina. De qualquer maneira, o setor cervejeiro de Santa Catarina contribui como um todo, talvez não tanto como um setor tradicional como o têxtil ou como um setor dinâmico como o metalmeccânico, mas certamente com sua importância e dinâmica próprias.

## 6. Considerações Finais

A partir da análise, explanação e discussão do tema do presente trabalho, pretendeu-se compreender a gênese, o estabelecimento, o desenvolvimento e a dinâmica econômica das microcervejarias em Santa Catarina. Para tanto, foi apresentada e analisada a história e os processos de surgimento e evolução do setor cervejeiro catarinense, assim como de sua cadeia produtiva (origem do capital, conhecimento técnico, grau de desenvolvimento tecnológico, empresas fornecedoras de insumos e equipamentos, mercados etc.); o papel do Estado na criação, crescimento e consolidação do setor cervejeiro catarinense e os diferentes impactos das microcervejarias catarinenses à(s) região(ões) e sobre o Estado como um todo até o momento atual.

No desenvolvimento do estudo, pôde ser observado a partir do método de análise da formação socioeconômica e espacial de Lênin e Santos, que o setor cervejeiro catarinense surgiu e se desenvolveu, assim como outros setores industriais de Santa Catarina, devido uma combinação de fatores essenciais para engendrar este processo. Originalmente, eles são fatores físicos, biológicos e humanos, conforme as concepções das combinações geográficas de Cholley e das múltiplas determinações de Marx discutidas anteriormente.

Seguindo este raciocínio, o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels traz a ideia de que qualquer processo tem interações sociais contínuas com o meio em questão, não sendo um fato isolado social e historicamente. Isto ajudou a compreender que o setor cervejeiro catarinense foi um processo com etapas ou ciclos historicamente constituídos ao longo dos anos por suas relações sociais com o meio em que ele se insere. Ou seja, ele surgiu antigamente e ressurgiu na atualidade por convergir fatores de ordem socioeconômica e espacial num mesmo ambiente - a grande área de colonização alemã do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense -, como um processo contínuo de três “ciclos cervejeiros” com características muito parecidas, mas, ao mesmo tempo, muito distintas por suas novas formas de relações sociais neste contexto.

Diante disto, foi possível constatar três ciclos cervejeiros na história do setor cervejeiro catarinense, ou seja, o primeiro ainda no século XIX, quando surgiu de fato a atividade cervejeira em Santa Catarina; o segundo, a partir da segunda metade do século XX, quando as cervejarias desapareceram e, por fim, o terceiro ciclo na virada do século XX para o XXI. Certamente, eles têm relação com os ciclos

longos da economia do sistema capitalista mundial estudados por Kondratieff, mas que seguiram uma lógica mais despassada e lenta. Isto é, o primeiro ciclo durou 100 anos, o segundo 50 e o atual está com quase 20 anos, sendo todos eles contínuos, mas com características muito diferentes.

Usando as concepções de Schumpeter da “destruição criadora” e da questão tecnológica num novo ciclo, o setor cervejeiro catarinense surgiu, foi “destruído” e “recriado” atualmente a partir da combinação de outros fatores num novo contexto. No presente, baseiam-se em alta tecnologia, processos produtivos e administrativos muito mais modernos, empresas altamente profissionalizadas e competitivas, abrangências de mercado regionais e até nacionais, cadeia produtiva organizada etc.

Outro fator determinante neste processo foi, sem dúvida, a relação direta existente entre a pequena propriedade mercantil - não somente com o processo de industrialização de Santa Catarina, como já havia apontado Mamigonian em seus estudos - com o surgimento, estabelecimento e consolidação do setor cervejeiro catarinense. Isto pode ser verificado, dado que todas as microcervejarias aqui estudadas tiveram seu surgimento a partir de pequenos negócios familiares, originalmente na sua maioria de descendentes de alemães, que possuíam um pequeno capital inicial vindo de outra atividade comercial para investir numa microcervejaria e conseguiram reproduzi-lo até chegar ao atual estágio.

O Estado também foi outro fator determinante neste processo de desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense. Quanto ao seu papel durante as etapas de desenvolvimento do setor, no que se refere às microcervejarias estudadas, ele deixou a desejar por algumas vezes, conforme algumas queixas constatadas nas entrevistas, mas pode ser considerado condição *sine qua non* ao desenvolvimento industrial catarinense e, conseqüentemente, do setor cervejeiro estadual. Se, de um lado, numa visão keynesiana, o governo estadual interveio positivamente na economia catarinense ao implementar políticas públicas via investimentos em infraestrutura, linhas de crédito e financiamentos, para expandir as atividades industriais no geral e desenvolver o setor cervejeiro; de outro, numa visão marxista, ele contribui(u) através destas políticas para facilitar a acumulação e a reprodução de capitais por grupos empresariais catarinenses, sendo que alguns deles quiseram diversificar seus negócios e decidiram investir na fundação duma cervejaria, como foi o caso, por exemplo, da maioria das cervejarias como a Eisenbahn e Bierland de Blumenau, Opa Bier de

Joinville, Königs Bier de Jaraguá do Sul, Das Bier de Gaspar, Schornstein de Pomerode etc.

De qualquer maneira, o desenvolvimento socioeconômico catarinense foi indissociável da ação do Estado e muito difícil de ser assim analisado, já que se trata de mais um fator determinante no processo de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, do setor cervejeiro catarinense. Ou seja, o Estado através de suas esferas federal, estadual e municipal desempenhou um importante papel no processo de desenvolvimento da indústria cervejeira em Santa Catarina, ao implantar determinadas políticas públicas, certamente em função da lógica capitalista, que acabou assim por facilitar a acumulação e possibilitar a reprodução de capital por parte das empresas deste setor.

Por fim, um último fator teve que ser levado em conta para analisar o desenvolvimento do setor cervejeiro catarinense: os empresários. Numa ótica schumpeteriana de empresários empreendedores, eles também contribuíram e tiveram importância neste processo, pois realizaram novas combinações no meio produtivo, mais especificamente no setor cervejeiro, e contribuíram ao ressurgimento deste setor aqui em Santa Catarina.

Como foi descrito ao longo do trabalho, o setor cervejeiro catarinense, representado aqui pelas microcervejarias, só se desenvolveu por uma combinação de fatores de distintas ordens, não sendo possível analisar todo o processo somente a partir da análise de um fator isolado e determinando que só um ou outro fator fosse responsável por engendrará-lo. Seria uma visão muito simplista afirmar, por exemplo, que só o Estado ou só os empresários teriam sido os propulsores do desenvolvimento deste setor. Portanto, para uma análise mais correta, coerente e concreta deste processo, deve-se levar em conta todos estes fatores de forma conjunta e indissociável, não dando importância ou, simplesmente, deixando de lado um ou outro fator, mas sim analisando o processo a partir do seu todo.

Um último ponto a ser levado em consideração e analisado neste trabalho foi identificar as implicações ou os impactos das microcervejarias às suas respectivas cidades, regiões e ao estado de Santa Catarina como um todo. Uma cervejaria numa cidade não implica em muitas transformações socioeconômicas e/ou espaciais como uma fábrica do setor metalmecânico ou do têxtil, por exemplo, que transformam a paisagem do local, moldam a sociedade local e movimentam a economia regional direta e indiretamente. No entanto, as microcervejarias têm sua importância econômica e social num determinado lugar, pois elas certamente contribuem para modificar,

ainda que pouco, a dinâmica regional devido alguns fatores, como foi visto. Os principais deles podem ser divididos em três categorias: impactos econômicos, sociais e espaciais.

A partir do ponto de vista social, elas empregam geralmente mão de obra local, geram renda (em forma de salários e/ou outros tipos de rendimento) para elas e preservam e divulgam valores relacionados à cultura local e/ou regional. Sob o aspecto espacial, elas transformam a paisagem (como pôde ser visto nas fotos anexadas das cervejarias ao longo do trabalho), modificam a imagem do próprio município e região e, dependendo da localização duma cervejaria, podem contribuir para alavancar outros processos paralelos, que resultarão numa transformação ainda maior da paisagem e da imagem do local e região, como, por exemplo, a instalação de outras empresas fornecedoras ou não de produtos ou serviços para as cervejarias nos arredores.

Apesar de alguns impactos ambientais, como foi visto, os impactos econômicos das microcervejarias em suas cidades e regiões são mais perceptíveis e visíveis, pois elas contribuem com o pagamento de impostos aos municípios, incentivam o turismo regional, utilizam serviços de outras empresas (transportadoras, gráficas, distribuidoras etc.) e, dada a concentração das microcervejarias no Vale do Itajaí e Nordeste catarinense, formam um espécie de *cluster* e concentram 18 das 31 microcervejarias de Santa Catarina, movimentando ainda mais a economia destas regiões e do estado propriamente dito.

Todos estes três impactos juntos modificam significativamente a dinâmica municipal, ainda mais se tratando de municípios pequenos ou médios onde as microcervejarias estão localizadas. Certamente, elas têm sua importância socioeconômica neste sentido e, geralmente, municípios e regiões com cervejarias instaladas como o Vale do Itajaí e Nordeste catarinense têm uma visibilidade ainda maior para atrair novos negócios, atividades e eventos, acabando por se beneficiar direta e indiretamente. Exemplos disto são o Roteiro das Cervejarias Artesanais e as festas de outubro nestas regiões, incentivando o turismo e movimentando a economia regional.

No decorrer do trabalho, observou-se que é possível obter novos rumos, definir melhor alguns pontos, avançar no desenvolvimento deste tema e, assim, realizar um importante estudo geográfico e, possivelmente, um futuro projeto para um doutoramento na área ou mesmo outros trabalhos acadêmicos.

## 7. Referências

155 litros de água para 1 litro de cerveja. Disponível em: [http://ciclovivo.com.br/noticia/155 litros de agua para 1 litro de ceveja](http://ciclovivo.com.br/noticia/155%20litros%20de%20agua%20para%201%20litro%20de%20ceveja)>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

A ALEGRE e pitoresca história das cervejarias de Blumenau e seus folclóricos fundadores. Disponível em: <http://carlostonet.wordpress.com/2010/11/26/a-alegre-e-pitoresca-historia-das-cervejarias-de-blumenau-e-seus-folcloricos-fundadores/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

A AMBEV. Disponível em: <http://www.ambev.com.br/pt-br/a-ambev/institucional/a-ambev>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012.

A HISTÓRIA das antigas cervejarias. Disponível em: <http://cervisiafilia.blogspot.com/>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

ALIBRÁS - Kilsen. Disponível em: <http://www.alibras.ind.br/>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

ALPENBIER. Disponível em: <http://www.alpenbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

ALTEMEYER, Alexander. **Die Entwicklung des Brauereiwesens in Westfalen**. Disponível em: [http://www.lwl.org/LWL/Kultur/Westfalen\\_Regional/Wirtschaft/Industrie/Brauereiwesen](http://www.lwl.org/LWL/Kultur/Westfalen_Regional/Wirtschaft/Industrie/Brauereiwesen)>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

AMADEO, Edward J. O Estado e a sociedade civil organizada: políticas de mercado de trabalho, relações capital/trabalho e entidades de classe no Brasil. In: MATHIEU, Hans. **A nova política industrial: o Brasil no novo paradigma**. São Paulo: Marco Zero; ILDESFES; FINEP, 1996.

AMURIM, Jaeder Ladislau. **A História da cerveja no Brasil**. Disponível em: <http://www.marketingtradeshowsbrasil.com.br/index.php/a-historia-da-cerveja-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

ANTARCTICA paulista. Disponível em:



<<http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2012/06/antarctica-paulista-fabrica-de-gelo-e.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

APESAR da crise, consumo de cerveja cresce 5% no País. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/noticias/economia,apesar-da-crise-consumo-de-cerveja-cresce-5-no-pais,501081\\_0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/economia,apesar-da-crise-consumo-de-cerveja-cresce-5-no-pais,501081_0.htm)>. Acesso em: 26 de outubro de 2011.

ATLAS de Santa Catarina. Florianópolis: SEPLAN/SC, 1986.

BASEMENT. Disponível em: <<http://www.basementcervejas.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BAYERISCHE Staatsbrauerei Weihenstephan. Disponível em: <<http://www.weihenstephaner.de>>. Acesso em: 13 de junho de 2012.

BEER Production: market leaders and their challengers in the top 40 countries in 2010. Disponível em: <[http://www.biersekte.de/downloads/fakten\\_statistik/market\\_leaders\\_2010.pdf](http://www.biersekte.de/downloads/fakten_statistik/market_leaders_2010.pdf)>. Acesso em: 02 de agosto de 2012.

BEM-VINDO à Heineken Brasil. Disponível em: <<http://www.heinekenbrasil.com.br/>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

BERG BIER. Disponível em: <<http://bergbier.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BIERBAUM. Disponível em: <<http://www.bierbaum.com.br>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BIERLAND. Disponível em: <<http://www.bierland.com.br>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BLECHSCHILD "Wer Bier trinkt, hilft der Landwirtschaft". Disponível em: <<http://www.agrarvideo.de/blechschild-wer-bier-trinkt.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

BONELLI, Regis. **Estado e economia**: Estado e crescimento econômico no Brasil. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, s.l., abril de 2009. Disponível em:

<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/35816/LCBRSR201RegisBonnelli.pdf>>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

BORCK. Disponível em: <<http://www.borck.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BRESLAU BIER. Disponível em: <<http://www.breslaubier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

CAMINHA, Luiz Eduardo. **A Primeira cervejaria de Blumenau**. Disponível em: <<http://adalbertoday.blogspot.com.br/2008/01/primeira-cervejaria-de-blumenau.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

CERVEJA. Disponível em: <<http://www.sindicerv.com.br/clipping/11/sindicerv1011.pdf>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

CERVEJARIA Canoinhense. Disponível em: <<http://www.portaldecanoinhas.com.br/noticias/6172>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

CERVEJARIA da ilha. Disponível em: <<http://cervejariadailha.com/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

CERVEJARIA Otto Jennrich. Disponível: <<http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2011/03/cervejaria-otto-jennrich.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

CERVEJARIA Schmalz. Disponível em: <<http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2011/11/cervejaria-schmalz.html>>. Acesso em: 02 de agosto de 2012.

CERVEJAS do mundo. Disponível em: <<http://www.cervejasdomundo.com/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Rio de Janeiro, **Boletim Geográfico**, v. 22, n. 179, p. 139-145, mar./abr. 1964.

CORAZZA, Gentil. Estado e Economia no Brasil: uma revisão da

bibliografia recente. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 189-232, 1981.

CRUZ, Iara *et al.* **Produção de Cerveja**. Disponível em: <[http://www.enq.ufsc.br/labs/probio/disc\\_eng\\_bioq/trabalhos\\_grad/trabalhos\\_grad\\_2008\\_2/cerveja/cerveja.doc](http://www.enq.ufsc.br/labs/probio/disc_eng_bioq/trabalhos_grad/trabalhos_grad_2008_2/cerveja/cerveja.doc)>. Acesso em: 02 de agosto de 2012.

CUNHA, Idaulo José. A indústria catarinense no século XX. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org.). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

DALLA BIER. Disponível em: <<http://www.dallabier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

DAS BIER. Disponível em: <<http://www.dasbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

DAS REINHEITSGEBOT von 1516. Disponível em: <<http://pub.ch/rheinheitsgebot>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

DILLARD, Dudley. A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. São Paulo: Pioneira, 1964.

EISENBAHN. Disponível em: <<http://www.eisenbahn.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

ERSTE Bierrezepte vor 4.000 Jahren. Disponível em: <<http://www.brauer-bund.de/index.php?id=21>>. Acesso em: 05 de setembro de 2012.

ESPÍNDOLA, Carlos J.; SILVA, Marcos A. da. Formação Sócio-Espacial: um referencial para os estudos sobre industrialização. São Paulo, **Experimental**, n. 3, p. 61-67, set. 1997.

FREESE, Soila. **Ein Prosit Blumenau**: a história da cerveja em Blumenau. Blumenau: Ed. da Autora, 2008.

GRUPO Petrópolis. Disponível em: <<http://www.grupopetrópolis.com.br/>>. Acesso em: 30 de janeiro de

2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. *A Formação Econômica de Santa Catarina*. Porto Alegre, Ensaios FEE, v. 23 n. 2, p. 977 – 1007, 2002.

GURGEL, Cláudio. **Estado, economia e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s. d. Disponível em: <<http://www.uff.br/sta/textos/cg011.doc>>. Acesso em: 24 de junho 2011.

HANDWERK. Disponível em: <<http://www.handwerk.ind.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

HEIMAT. Disponível em: <<http://www.cervejariaheimat.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

HENKELS, Henry. História resumida de algumas das cervejarias antigas de São Bento do Sul. Disponível em: <[https://sites.google.com/site/hhenkels/hist%C3%B3ria\\_sbs/hist\\_cerv\\_sbs1](https://sites.google.com/site/hhenkels/hist%C3%B3ria_sbs/hist_cerv_sbs1)>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

HENKELS, Henry; TORKASKI, Fernando. **Cervejaria Canoinhense**. Disponível em: <<http://cervisiafilia.blogspot.com/2010/09/cervejaria-canoinhense.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.bierort.com.br/historia.html>>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

HOLZWEG. Disponível em: <<http://www.holzweg.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

HUGO, Victor. **A Cerveja no Brasil**. Disponível em: <<http://www.engenhariadacerveja.com.br/2013/a-cerveja-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KAISER. Disponível em: <<http://www.kaiser.com.br/>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, dos juros e da**

**moeda.** São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

KIEZEN RUW. Disponível em: <<http://www.kiezenruw.com.br/>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

KÖB, Edgard. Como a Cerveja se Tornou Bebida Brasileira: A História da Cerveja no Brasil desde o início até 1930. Rio de Janeiro, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 161 n. 409, p. 29-58, 2000.

KÖNIGS BIER. Disponível em: <<http://www.konigsbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

KORMANN, Edith. **Blumenau**: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985). Florianópolis: Paralelo 27, 1996.

LÊNIN, Vladimir Litch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina**: quatro séculos de história. Florianópolis: Insular, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: CNG/DEGC, 1958.

\_\_\_\_\_. A Indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas conseqüências na vida urbana. Rio de Janeiro, **Boletim Carioca de Geografia**, n. 13, 1960.

\_\_\_\_\_. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Geografia**, v. 27, n. 3, jul./set. 1965.

MARTINS, Lígia Márcia. **As Aparências enganam**: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042-Int.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MORADO, Ronaldo. **Larousse da cerveja**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

NAPOLEÃO, Fábio. **Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC: 1941 – 2002**. 2005. 230 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Henrique L. P.; SALOMON, Marlon. **A decadência de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

OPA BIER. Disponível em: <<http://www.opabier.com.br>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

OTHOMANIA. Disponível em: <<http://www.othomaniacatarina.com.br>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

PEREIRA, R.F. do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. Florianópolis, **Revista Geosul**, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura M.. **Santa Catarina: história da gente**. 2. ed., rev. e amp. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987.

QUEM é quem na cerveja. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/51280\\_DUELO+DAS+LATIHAS](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/51280_DUELO+DAS+LATIHAS)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REGIÕES de Santa Catarina. Disponível em: <[http://wikitravel.org/upload/shared/4/40/Regions\\_of\\_Santa\\_Catarina\\_\(pt\).png](http://wikitravel.org/upload/shared/4/40/Regions_of_Santa_Catarina_(pt).png)>. Acesso em 20 de junho de 2010.

REIS, José. O Estado e a economia: novas e velhas questões. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa, n. 21, p. 9-27, 1996.

ROTA da Cerveja/SC. Disponível em:

<<http://latinhasdobob.zip.net/images/mapasc3.jpg>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

ROTA da cerveja em Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.mecbier.com.br/mostranoticias.php?m=33>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

ROTEIRO das cervejarias artesanais - Santur. Disponível em: <[http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=389&Itemid=216](http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=389&Itemid=216)>. Acesso em: 15 de março de 2012.

SAINT BIER. Disponível em: <<http://www.saintbier.com/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo, **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, n. 54, p. 9-23, jun. 1977.

SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. **Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)**. 2009. 185 f.. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Rafael dos. **Transferência, incorporação e desenvolvimento de tecnologias de empresas alemãs para as catarinenses**. 2005. 112 f.. Monografia de Conclusão de Curso em Relações Internacionais – Universidade do Vale do Itajaí, São José/SC, 2005.

\_\_\_\_\_. Industrialização e tecnologia no Vale do Itajaí e Nordeste catarinense. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo 52, n. 5, p. 44-71, set./out. 2011.

\_\_\_\_\_. O papel do estado de Santa Catarina no desenvolvimento econômico catarinense. São Cristóvão/SE, **Anais do VII Fórum Nacional Estado, Capital, Trabalho**, v. único, n. 7, ago. 2011. CD-ROM.

SCHINCARIOL. Disponível em: <<http://www.schincariol.com.br>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Introdução ao materialismo histórico/dialético**: curso de introdução partidária. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/porta1/docs/materialismo.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

SIEBERT, Cláudia Araripe Freitas. **Indústria e Estado**: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí. 2006. 215 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, José Ferreira da. A História das antigas cervejarias de Blumenau. Blumenau, **Revista Blumenau em Cadernos**, Fundação Cultural de Blumenau, tomo III, n. 9, set. 1960.

SILVA, Marcos Aurélio da. Geografia e Marxismo: questões de método e notas de pesquisa. Bauru, **Revista Ciência Geográfica**, vol. IX, p. 165-173, mai./ago. 2003.

\_\_\_\_\_. O processo de industrialização no Sul do Brasil. **Cadernos Geográficos**, Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 15, maio de 2006.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Pequena produção mercantil, meio técnico e rede colonial: o processo de formação territorial do Vale do Rio Pardo-RS. Florianópolis, **Revista Geosul**, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v. 25, n. 50, p. 59-81, jul./dez. 2010.

SIMÕES, Auriphebo Berrance. **Dicionário Michaelis - UOL**. Michaelis Soft Executivo. 5 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. 5 v.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CERVEJA. Disponível em: <<http://www.sindicerv.com.br/index.php>>. Acesso em: 13 de setembro de 2011.



SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CERVEJA; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impacto econômico geral** – 2008. Disponível em: <<http://www.cervejaebrasil.com.br/sobrePesquisa.aspx>>. Acesso em: 28 de outubro de 2011.

SINGER, Paul. **O Capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 8. ed.. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHORNSTEIN. Disponível em: <<http://www.schornstein.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed.. São Paulo: Atlas, 1999.

STRAUSS BIER. Disponível em: <<http://www.straussbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

THE BARTH report 2011/2012. Disponível em: <[http://www.barthhaasgroup.com/images/pdfs/Barth\\_Bericht\\_2012\\_Englisch.pdf](http://www.barthhaasgroup.com/images/pdfs/Barth_Bericht_2012_Englisch.pdf)>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

VILLARREAL, René. Economia mista e jurisdição do Estado: para uma teoria da intervenção do Estado na Economia. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, out./dez, 1984.

VOLKSBIER. Disponível em: <<http://www.volksbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

WUNDER BIER. Disponível em: <<http://www.wunderbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

ZEHN BIER. Disponível em: <<http://www.zehnbier.com.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

## 8. Anexos

### Anexo A – Questionário Básico Aplicado nas Microcervejarias

#### Roteiro para Entrevista nas Microcervejarias

Cervejaria:

Entrevistado:

Cargo:

#### 1) Caracterização da empresa

1. Razão social da empresa:
2. Ano de fundação:
3. Localização: Por quê?
4. Origem do capital:
5. Distribuição acionária:
6. Filiais e localização: Por quê?

#### 2) Mercado

- 2.1) Principais marcas e produtos
- 2.2) Principais mercados
- 2.3) Logística e distribuição
- 2.4) Faturamento
- 2.5) Concorrência
- 2.6) Diferenciação e/ou inovação perante os concorrentes:

#### 3) Recursos Humanos

- 3.1) Número de empregados no total:
- 3.2) Por setor: a) Produção: b) Administração:
- c) Distribuição:
- 3.2) Formação e capacitação dos empregados:
- 3.3) Origem da mão de obra:

#### 4) Linha de produção

- 4.1) Capacidade total:
- 4.2) Origem do equipamento atual:
- 4.2) Manutenção própria:
- 4.3) Investimento constante em novos equipamentos:
- 4.4) Investimento em C&T e/ou P&D:

## **Anexo B – Lei Nº 14.961 sobre Incentivo à produção de cerveja artesanal**

LEI Nº 14.961, de 03 de dezembro de 2009

Procedência: Governamental

Natu

reza: PL./0367.7/2009

DO:

18.744 de 03/12/09

\*

Alterada pela Lei 15.242/10

Fonte - ALESC/Coord. Documentação

Dispõe sobre o incentivo à produção de cervejas e chopes artesanais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica autorizada, mediante tratamento tributário diferenciado concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda, observados os termos e condições previstos em regulamento, a concessão às microcervejarias de crédito presumido equivalente a 13% (treze por cento) do valor do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que incidir nas saídas de cerveja e chope artesanal, produzidos pelo próprio estabelecimento, tributados pela alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).~~

LEI 15.242/10 (Art. 1º) – (DO: 18.898 de 28/07/10)

“O *caput* do art. 1º da Lei nº 14.961, de 3 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:”

Art. 1º A Secretaria de Estado da Fazenda fica autorizada, mediante tratamento tributário diferenciado, observados os

termos e condições previstos em regulamento, a conceder às microcervejarias crédito presumido equivalente a até 13% (treze por cento) do valor utilizado para cálculo do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente na saída de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento, tributados pela alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).” (NR)

§ 1º O benefício fica limitado à saída de duzentos mil litros por mês, considerando a soma dos dois produtos mencionados no *caput* e abrange a parcela relativa ao imposto retido por substituição tributária.

§ 2º Salvo disposição em contrário, fica autorizada a manutenção integral dos créditos relativos à entrada de bens, mercadoria e serviços.

§ 3º Não poderá ser concedido o benefício previsto neste artigo ao contribuinte em débito com a Fazenda Estadual.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se:

I - microcervejaria a empresa cuja soma da produção anual de cerveja e chope, não seja superior a três milhões de litros, considerando todos os seus estabelecimentos, inclusive aqueles pertencentes a coligadas ou a controladora; e

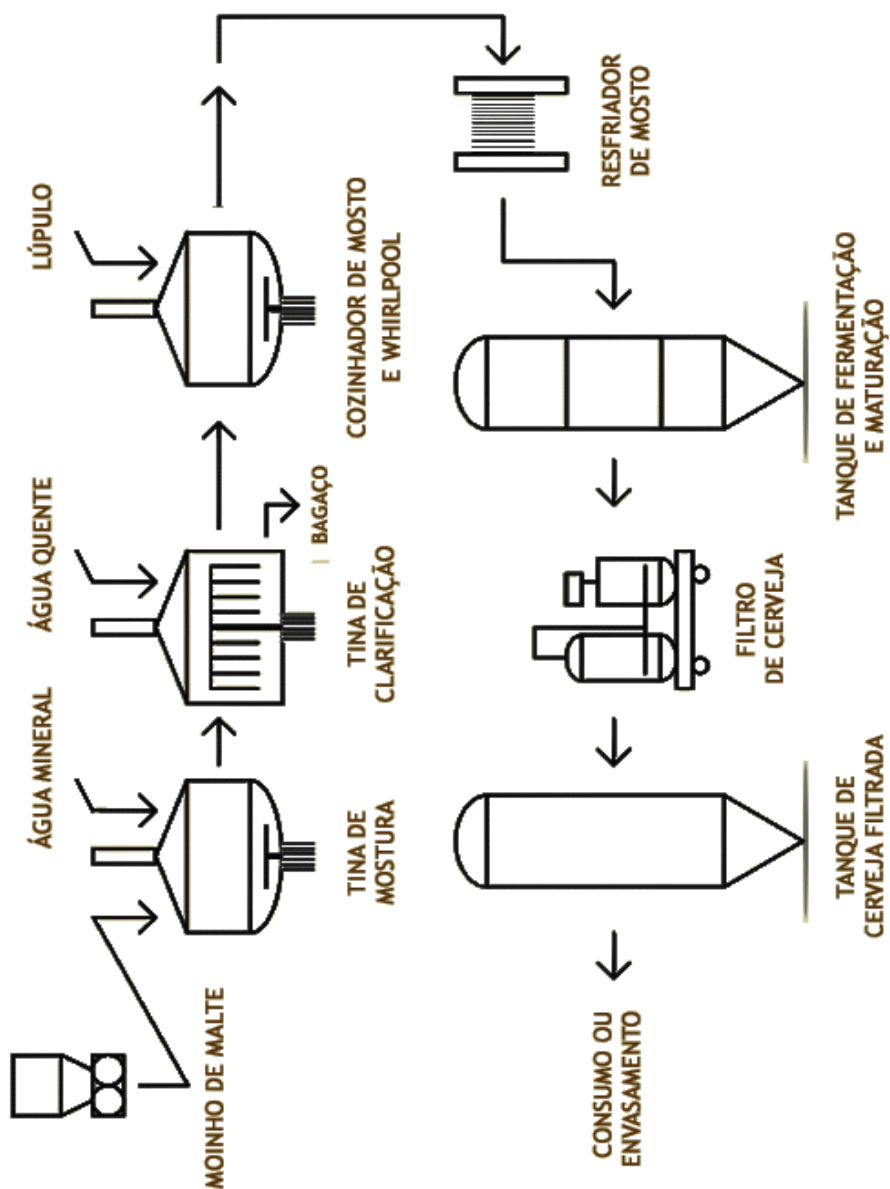
II - cerveja ou chope artesanal o produto elaborado a partir de mosto cujo extrato primitivo contenha no mínimo 80% (oitenta por cento) de cereais malteados ou extrato de malte, conforme registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Florianópolis, 03 de dezembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA  
Governador do Estado

## Anexo C – Os Processos de Produção da Cerveja



Anexo D – Os diferentes estilos de cerveja

